ABRISIO SILVA PEDRO

A construção da escola indígena Kaiowá no Tekoha Panambizinho em contexto de retomada territorial

DOURADOS - 2025

ABRISIO SILVA PEDRO

A construção da escola indígena Kaiowá no Tekoha Panambizinho em contexto de retomada territorial

Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em História.
Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof. D **Profº. Dr. Cássio Knapp**

DURADOS - 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P372c Pedro, Abrisio Silva

A construção da escola indígena Kaiowá no Tekoha Panambizinho em contexto de retomada territorial [recurso eletrônico] / Abrisio Silva Pedro. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Cássio Knapp.

Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. Tekoha. 2. Kaiowá. 3. Terra Indígena Panambizinho. 4. Educação Escolar Indígenas. I. Knapp, Cássio. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

.

ABRISIO SILVA PEDRO

A construção da escola indígena Kaiowá no Tekoha Panambizinho em contexto de retomada territorial

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:
Profº. Dr. Cassio Knapp (Dr. UFGD) _____

2º Examinador:
Prof. Dr Thiago Leandro Vieria Cavalcante (Dr. UFGD) _____

3º Examinadora:
Profa. Dra. Lauriene Seraguza Olegário e Souza (Dra. UFGD) _____

4º Examinador (Suplente):
Prof. Dr. Éder da Silva Novak (Dr. UFGD/UEM) _____

5º Examinadora (Suplente):
Profa. Dra. Rosa Sebastiana Colman (Dra. UFGD) _____

AGRADECIMENTOS

A trajetória que percorri foi uma luta de resistência e persistência por um conhecimento que aprendi ao longo da caminhada com: educação, respeito, experiências de amar o próximo, e ajudar o meu povo Kaiowá quando estiver ao meu alcance, hoje sou defensor do direito do Guarani kaiowá.

Agradeço muito a minha mãe Terezinha da Silva por ter jogado a água na minha cara pela manhã, para ir na escola e me puxar a orelha por ter tirado nota vermelha no bimestre, se não fosse pela minha mãe eu não estaria nessa caminhada de vida acadêmica. Por essa razão eu reconheço que ela estava certa, e o meu pai que nunca acompanhou a minha trajetória escolar por motivo de não saber ler e escrever. Por isso o meu pai não se intromete na vida escolar e deixava mais na mão da minha mãe. E o meu pai foi um professor para mim, por ter ensinado a lição da vida que vou levar pro resto da vida o ensinamento dele. Agradeço meu Pai Sebastião Pedro que é neto de Pa`i Chiquito e nós é da família do Pa`i Chiquito Pedro.

Agradeço a memórias da Dorice Pedro (in memorian) que deu a entrevista para mim, em 2015 antes de ela falecer e a minha avó Luzia Pedro (in memorian) que me contou muito a história de Tekoha Panambizinho quando era criança. Dorice e Elza, são filhas de Pa´i Chiquito Pedro, e o pai delas foi Hexa Kary (xamã), um grande líder religioso, também ele foi o fundador da aldeia Panambizinho.

Aguyjevete Dorice Pedro, omombe´u akue ha´e oikua´a akue inhakame, omombe´u akue xe´y pe ro´y 2015 py omano ey mboyve, ha xe Jari Luzia Pedro katu omombe´u akue xe´y xe mitã ramo guare Panambizinho rã onhepyru ramo guare. Mokoi kuña ha´e Pa´i Chiquito rajy, ha moko`i ve reheve omanoma.

Resumo

O trabalho de pesquisa tem como objetivo apresentar o processo histórico da Terra Indígena Panambizinho, abordando a trajetória de escolarização e a transformação da Escola Indígena Pa'i Chiquito Pedro. É importante ressaltar que a demarcação da Terra Indígena Panambizinho ocorreu em 2004. Durante o processo de retomada, existiu uma sala de aula desde pelo menos o início dos anos 1980, sob funcionamento do Posto Indígena da FUNAI de Panambi Lagoa Rica. Posteriormente, houve uma sala de extensão da Escola Municipal Indígena Tengatuí Marangatu nesse espaço. A parir da demarcação da Terra Indígena, ocorreu um aumento significativo da presença de professores e professoras indígenas atuando na escola, contudo nos últimos anos o número de estudantes tem diminuído. Dessa forma, é evidente a existência de um processo contínuo de construção e transformação desse ambiente escolar. No entanto, surge a questão crucial: como essa escola se insere no debate da educação escolar indígena, específica e diferenciada? Nesse contexto, a pesquisa pretende fazer uso da documentação oficial da escola para apresentar como essa instituição, aparentemente já consolidada, passou a lidar com a diminuição do número de estudantes.

Palavras-chave: Tekoha, Kaiowá, Terra Indígena Panambizinho; Educação Escolar Indígena**s.**

Abstract

This research aims to present the historical process of the Panambizinho Indigenous Land, addressing the trajectory of schooling and the transformation of the Pa'i Chiquito Pedro Indigenous School. It is important to highlight that the demarcation of the Panambizinho Indigenous Land took place in 2004. During the land reclamation process, a classroom had already existed since at least the early 1980s, operating under the Panambi Lagoa Rica FUNAI Indigenous Post. Later, an extension classroom of the Tengatuí Marangatu Municipal Indigenous School was established in this space. After the demarcation of the Indigenous Land, there was a significant increase in the presence of Indigenous teachers working at the school; however, in recent years, the number of students has decreased. Thus, it is evident that there has been a continuous process of construction and transformation of this school environment. Nevertheless, a crucial question arises: how does this school fit into the debate on specific and differentiated Indigenous schooling? In this context, the research seeks to use the school's official documentation to present how this institution, seemingly already consolidated, has begun to deal with the decline in the number of students.

Keywords: Tekoha, Kaiowá, Panambizinho Indigenous Land, Indigenous School Education.

Nhe’ê mbyky

Ko tembiapo japopyre ikatuháxa oxukáta tekoha Panambizinho reko ramo gware, omombe'úta ohóvy mbo'e ro`y rekore ha mbo'e ro`y Pa'i Chiquito onhemoatyrõ ma jave rãgware. Iporã omomba'e gwasu omombe'úvy Panambizinho yvy onheme'ẽ ramo gware 2004 py., Oimema akwe oñe mbo`e yvyraguy py ha peteĩ koty jere mbo'e renda rami ko 1980 jave, Funai Panambi Lagoa Rica omba'apo upe ramo kuare. Upei akwe omoĩ jevy peteĩ koty jere Mbo'e róy Tengatui Marangatu gwi oúva upe mbo'eha rã py.

Ome'ẽma jave yvy te´yi pe, ombotuvixave oimémagwi mbo'e háry kuimba'e ha kunha ombo'évy mbo'e ro`y py, upei katu kwehe ete ro'y ohasa jave, mbo'epy kwéry ndahetâive ohóvy.

Upevagwi, oime vyteri oikoveva omopu'ã ha onhemoatyrõvy ko mbo'e ro`y. Ha pexa hágwi, ojehu ambue nheporandu: mba'exapa ko mbo'e ro`y onhemoĩ ko nhe'ẽ joja upe arandu renda mbogwataha te`e, mba'erãte`e ha ambue tembiapo rã.

Ko tembixuka, jererupyre ojapose ombohasávy mbo'e ro`y rehegwa mba'ehápo ojekwa`a mbo'e ro`y te`e ha opyta ojekwa`avy mbo'epy kwéry ndaheta ve`iry.

Nhe’e ropyta: Tekoha, Kaiowá, Takoha Panambizinho; Mboera’ry mbo'e ro`y.

Lista de ilustrações

Figura 1. Marco de identificação foto por cima da aldeia Panambizinho. Latitude e Longitude p. 11
Figura 2. Marco de identificação da aldeia Panambizinho que fica na divisa entre distrito vila Panambi. A aldeia Panambizinho é à esquerda na foto e a vila distrito Panambi-MS na direita na foto. p. 11
Figura 3. Entrevista dona Elza p. 15
Figura 4. Corrego de Yju Mirim p. 22
Figura 5. Mapa do distrito de Panambi p. 23
Figura 6. Matéria de jornal com a presença do Ministro Nelson Jobim p. 25
Figura 7. Mapa com as áreas da Terra Indígena Panambizinho, Terra Indígena Lagoa Rica e da RID p. 27
Figura 8. Área de retomada do Tekoha Pikyxi'y p. 28
Figura 9. cerimônia de festa de milho no Jerosy p. 31
Figura 10. Recorte da matéria sobre suicídio em Panambizinho p. 33
Figura 11. Recorte da matéria sobre suicídio em Panambizinho p. 34
Figura 12. Comissão da retomada p. 36
Figura 13. Decreto de Demarcação da TI Panambizinho p. 38
Figura 14. Ritual do Jerosy com a escola ao fundo. p. 39
Figura 15. Desenho do Misael das escolas antigas p. 40
Figura 16. Registro da conversa com Fineida Concianza p. 44
Figura 17. Registro de transferência de estudante da extensão Tengatuí p. 45
Figura 18. Os três estudantes de Panambizinho na escola da Missão p. 46
Figura 19. Ata da reunião entre o MPF e os moradores da aldeia Panambizinho p. 48
Figura 20 - Minha filha Yohana Kaiowá segurando um papagaio p. 56
Figura 21. Recorte de matéria comparativa p. 59
Figura 22. Registro do ritual de Kunumi pepy p. 61
Figura 23. Material produzido pelo Projeto Saberes Indígenas na Escola p. 63
Figura 24. Imagem do livro em que fui alfabetizado p. 64
Figura 25. João Aquino e Nailton Aquino p. 83
Figura 26. Valdomiro e Reginaldo p. 83
Figura 27. Atas da Escola Municipal Indígena Pa´i Chiquito Pedro p. 85
Figura 28. Documentos com registros dos diretores da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro p. 92
Figura 29. Documento de visita a escola 2005 p. 94
Figura 30. Registro escolar de avaliação bimestral p. 95
Figura 31. Foto do dicionário Kaiowá- Português p. 97
Figura 32. capa do PPP da Escola Municipal Indígena Pa`i Chiquito p. 100

Lista de Quadro

Quadro 01. Os principais fatos sobre o processo de escolarização em Panambizinho p. 55

Lista de Tabela

Tabela 1. Dados do censo escolar da Escola Municipal Indígena Pa’i Chiquito - Chiquito Pedro. Série Histórica p. 85
Tabela 2. Dados do censo escolar da Escola Municipal Indígena Pa’i Chiquito - Chiquito Pedro. Ano 2025 p. 91

Lista de abreviaturas e siglas

AISAN (Agente Indígena de Saneamento)

BIFF (Brasil Internacional Filme Festival)

BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados)

CEMS (Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul)

CF (Constituição Federal)

CIMI (Conselho Indígena Missionário)

CRMS (Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul)

DGPI/FUNAI-Departamento Geral de Patrimônio Indígena

FAIND (Faculdade Intercultural Indígenas)

FAO (Food And Agriculture Organ)

FCBA (Faculdade de Ciências Biológicas)

FLIB (Festival Literatura de Bonito)

FUNAI (Fundação Nacional do Índio)

FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas a partir de 2023)

FUNASA (Fundação Nacional de Saúde)

ISA (Instituto Socio Ambiental)

LDB (Lei de Diretrizes de Bases)

MEC (Ministério da Educação)

MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos)

MPF (Ministério Público Federal)

MS (Mato Grosso do Sul)

ONU (Organização das Nações Unidas)

PPGBMA (Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Meio Ambiente)

PPGET (Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade)

PPGG (Programa de Pós-Graduação em Geografia)

PPGH (Programa de Pós- Graduação em História)

PPGT (Programa de Pós Graduação em Educação e Territorialidade)

PPP (Projeto Político-Pedagógico)

PROFECM (Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Matemática)

RCNEI (Referências Curricular Nacional para as Escolas Indígenas)

RH (Recursos Humanos)

RID (Reserva Indígena de Dourados)

SED (Secretaria de Educação)

SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Dourados)

SESAI (Secretária Especial de Saúde Indígena)

SIASI/SESAI (Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígenas - Secretaria de Saúde Indígenas)

SIL (Summer Intitute of linguistic)

SPI (Serviço de Proteção ao Índio)

TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)

TI (Terra Indígena)

UEM (Universidade Estadual de Maringá)

UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

UFGD (Universidade Federal de Grande Dourados)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO p. 11
Considerações Iniciais p. 11
Minha trajetória p. 17
CAPÍTULO 1 – Contexto histórico da Terra Indígena de Panambizinho os primeiros processos de escolarização p. 21
1.1 Algumas considerações sobre a História de Panambizinho p. 21
1.2 Algumas considerações sobre a Escolarização em Panambizinho p. 38
Capítulo 2. A Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada p. 56
2.1 O que significa uma educação escolar indígena específica e diferenciada p. 56
2.2 Os avanços para construção de uma Educação Escolar Indígena específica e diferenciada p. 65
2.3 A Lei, o Currículo e a Educação Escolar Indígena p. 77
Capítulo 3 – A Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro p. 80
3.1 A História da escola Pa'i Chiquito: com disputas internas acabaram refletindo na escola p. 80
3.2 A trajetória de diminuição do número de estudantes na Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro p. 85
3.3 As aulas de História na Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro p. 93
3.2.1 O perfil dos professores indígenas que atuam na disciplina de história p. 96
3.2.2 O Currículo da disciplina de História da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro p. 99
3.2.3 Os diários de classe da disciplina de História da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro p. 101
CONSIDERAÇÕES FINAIS p. 104
REFERÊNCIAS P. 107

INTRODUÇÃO

Considerações iniciais

A Terra Indígena Panambizinho, localizada no distrito de Panambi município de Dourados MS, é uma Terra Indígena demarcada com predominância da população Kaiowá que teve sua área homologada e registrada pela União no ano de 2004, pelo Decreto s/n - 28/10/2004, com uma área de 1.289,57 hectares e uma população de 414 pessoas[1].

Figura 1. Marco de identificação foto por cima da aldeia Panambizinho. Latitude e Longitude.



Fonte: Foto de Abrisio Silva Pedro data: 08/08/2024

Figura 2. Marco de identificação da aldeia Panambizinho que fica na divisa entre distrito vila Panambi. A aldeia Panambizinho é à esquerda na foto e a vila distrito Panambi-MS na direita na foto.



Fonte: Foto de Abrisio Silva Pedro data: 08/08/2024

Os Kaiowá desta Terra Indígena tiveram um maior contato com a população não indígena por meio das frentes de expansão agropastoril do início do século XX, principalmente com o

[1] Dados do SIASI/SESAI de 2014. Fonte retirada de https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras_indigenas/3959#direitos acesso em 30 de agosto de 2023.

estabelecimento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, que foi um projeto de colonização que no início da década de 1940, delimitou pequenas áreas para o projeto de colonização que se insere no que ficou também conhecido como “Marcha para o Oeste”.

A Marcha para o Oeste foi um projeto criado durante a ditadura varguista do Estado Novo com o objetivo de promover a integração econômica e incentivar a povoação de vastas áreas no Centro-Oeste e Norte brasileiros, que eram pouco povoadas e estavam à margem na economia brasileira.

> Na propaganda de governo da época para atrair a população para o centro oeste ele usa a mídia para incentivar a migração de pessoas para o Centro Oeste, sem dizer que existia indígenas nesse lugar. Sem consciência dos indígenas, os colonizadores já vinham posando nos territórios indígenas com a autorização do estado. Que no futuro o problema do território indígena veio afetar a vida social indígenas, misérias, doenças e até morando embaixo de lona na margem da rodovia, por ter retirado a sua terra a força ou é removido para reservas que foram criadas pelo estado. O Cassiano traz na sua dissertação qual era característica da A Marcha para o Oeste.
> Características da Marcha para o Oeste
> A marcha para o oeste possuía as seguintes propostas:
> ● integração do interior brasileiro a fim de promover o desenvolvimento nacional;
> ● estabelecer uma espécie de reforma agrária ao proporcionar o desenvolvimento de pequenos núcleos agrícolas, que enfraqueceriam os latifúndios existentes no interior do Brasil;
> ● dar incentivos econômicos ao Norte e Centro-Oeste do Brasil para desenvolver as economias dessas regiões, principalmente a partir do crescimento da produção agrícola;
> ● promover o desenvolvimento populacional das regiões a partir do deslocamento de brasileiros pobres. O governo varguista não via com bons olhos o desenvolvimento da marcha para o oeste a partir de mão de obra estrangeira;
> ● integração dos grupos indígenas com a economia brasileira;
> ● desenvolvimento da malha rodoviária para integrar o interior do Brasil, principalmente no estado de Goiás, que estava localizado em uma posição mais central. (Cassiano, 2002, p. 69).

Essa característica dá “Marcha para Oeste” foi uma destruição para o povo ancestral algumas etnias indígenas até sumiu do mapa por não ter mais sua localização com o progresso que o governo Getúlio Vargas chama. E para a vida do Meio Ambiente também foram afetados, que levou muitas plantações e animais a se mudarem de seu habitat natural. Este projeto também foi ampliado na região de Grande Dourados, que se chama pelo nome CAND.

Na CAND, cada colono teria direito a 30 hectares, contudo o que impactou a população indígena da região, foi que este processo aconteceu sobre as terras de presença dos indígenas Kaiowá. Este fato fez com que essas famílias permanecessem em um local de 60 hectares até o

processo de demarcação da Terra Indígena Panambizinho em 2004. Quando a CAND se instalou na região de Dourados afetou muito a comunidade indígena no seu território. Nesse sentido, Brand (1997), apresentou como foi o início da CAND:

> Na região da grande Dourados inicia-se, a partir de 1943, a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, atingindo em cheio inúmera aldeias (BRAND, 1993: 55 e ss). Em outras regiões, especialmente nas áreas de mata, a chegada das fazendas agropecuárias se dá a partir de 1950. (Brand, 1997, p. 30).

Compreendo que parte do processo de mobilização da comunidade indígena para demarcação deste Tekoha[2] foi a construção de um modelo de escolarização alinhado com a defesa de sua identidade étnica e valorização de suas memórias ancestrais. Neste sentido, esta pesquisa quer mostrar este processo de escolarização, desde a presença do ensino escolarizado na área de retomada, a "aldeia velha", como a construção e manutenção da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito Pedro, construída no contexto da luta pela da demarcação da Terra Indígena. O objetivo, portanto, é apresentar e compreender a presença do ensino escolarizado nestes anos e principalmente, se conseguimos identificar atualmente se a escola está baseada nos fundamentos da educação escolar indígena, isto é, especificidade, bilinguismo e interculturalidade.

A trajetória da educação escolar na Terra Indígena Panambizinho teve início em uma sala de aula que operava como extensão da escola da aldeia Panambi, hoje conhecida como aldeia Lagoa Rica. Vinha (2016, p.15) apresenta como se deu o início do processo de escolarização entre os Guarani e Kaiowá no século passado:

> Em Mato Grosso do Sul, a escola entre os Guarani Kaiowá começou a funcionar em 1928, através da Missão Evangélica Caiuá, em Dourados. Esta escola seguia a mesma política de integração dos índios, com evangelização. As missões instalaram escolas ao lado de 7 reservas demarcadas, sendo que algumas tinham escolas mantidas pela FUNAI e depois pelos municípios, onde todos os professores eram não indígenas. (Vinha, 2016, p.15).

Com base nessa declaração, compreendemos que a escola foi inicialmente estabelecida na aldeia com a intenção de integrar e evangelizar os povos indígenas. Inclusive, apenas nos anos 2000 que a escola passou a ter professores indígenas da própria comunidade. mas ante os professore indigenas era da Reserva Indígenas de Dourados, que veio a dar a aula na aldeia Panambizinho por não ter nem um formado da aldeia Panambizinho, um dele é Jair Cabreira que morou na casa da

[2] Tekoha é a forma tradicional em que vivem os indígenas Guarani e Kaiowá, em uma tradução adaptada, poderíamos dizer que é o "lugar onde se vive com os seus costumes".

Missão Caiuá que fica na vila Panambi. E a outra foi a Clara Almeida Barbosa que casou com um morador da aldeia Panambizinho que no futuro passou pela Ára Vera e quando passou concurso foi morar na RID (Reserva Indígena de Dourados).

Na pesquisa no campo a entrevista com uma da primeira turma que passou pela a escola da aldeia Panambizinho que foi ex-aluna que chama a Neuza Alziro Jorge liderança atual da aldeia Panambizinho relata que estudou com o Abrão (o relato do Abrão que vou contar mais para frente). A mesma relatada por Abrão a Neuza também relata com versão dela o começo da escola da aldeia Panambizinho. Com o começo da escola na aldeia Panambizinho, ela conta que: "o começo era na casa de reza tinha a aula de alfabetização quando nós não queria mais ficar na casa de reza nós ia embaixo das árvores estudar". (Jorge, 2025). Ela continua:

> Cada minha colega era boa em matéria diferente, uma da minha colega Clarissa ela era muito boa em matemática, o professor era Chaga funcionário da Funai, eu estudei com ele até terceira série. Quarta série nós estudamos com a professora Zenir que era professora chata que é filha dos colonos. As matérias que foram passadas são Matemática, Geografia, História, Portugues e Educação Física. Nós tínhamos um time bom para jogar contra os homens na hora do jogo de futebol. O funcionário da Funai Chaga (Francisco Bezerra da Silva), morreu e a professora Zenir veio no lugar e substituto era Quitéria. E depois que o funcionário da Funai morreu, sempre continuou a escola no Barracão da Funai. Todos que estudaram comigo terminou a quarta série e casou, porque na época se ver te pegar conversando com rapaz a mãe já te faz casar a força. Por isso nós conversamos com rapaz só na escola. E muito não continuou o estudo por motivo de não ter dinheiro para estudar na escola da vila Panambi, porque na época todos materiais da escola eram comprados na escola do branco. Quando terminei a quarta série eu fui selecionado para estudar na Missão Caiuá o instituto bíblico que estuda Bíblia para se tornar missionária da missão levar palavra de Deus a sua aldeia, mas não deu certo de terminar o estudo por motivo que minha mãe foi me buscar por motivo de mentiras de outra pessoas que inventou de mim. Se a minha mãe na época deixasse eu estudar hoje já teria terminado faculdade e já seria delegada. Na época, a minha mãe cuidava muito de mim e até hoje. (Jorge, 2025, entrevista)

Essa é a fala da liderança Neuza, aponta como era a escola na aldeia Panambizinho e conta parecido com a versão do vigia da escola indígenas Abrão, como eles passaram a experiência da primeira turma da alfabetização com a educação do Mba´y ry (Branco), na aldeia Panambizinho.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental para a educação escolar indígena, uma vez que garantiu o direito das comunidades indígenas a uma educação diferenciada, específica, intercultural e bilíngue.

No que tange a garantia de educadores indígenas nestas escolas, o poder público atendeu à demanda da Grande Assembleia Guarani e Kaiowá do Cone Sul de Mato Grosso do Sul (Aty Guasu)

e deu início ao curso de formação de professores indígenas, conhecido como Ára Verá. Esse curso de formação de nível médio foi estabelecido em 1999 com o propósito de capacitar os professores indígenas para atuarem na educação infantil e nos anos iniciais. Posteriormente, surgiu a formação inicial da Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), cujo objetivo era preparar os professores indígenas para lecionar no ensino fundamental e médio nas aldeias. Em 2025 teve início a turma do curso de graduação em Pedagogia Intercultural na Faculdade Intercultural Indígena na UFGD.

Na aldeia Panambizinho, os primeiros três alunos do curso Ára Verá se tornaram os primeiros professores indígenas a lecionar na sala de aula. Atualmente, seis professores formados pelo Ára Verá e onze pela formação inicial do Teko Arandu estão atuando, ou não, na sala de aula.

Durante o trabalho de campo, obtive documentos que comprovam a atuação da Funai na aldeia Panambizinho, já em uma área de 60 hectares, e recuperei notícias de jornal da época que relatam a visita do então ministro Nelson Jobim à aldeia para assinar o documento de reconhecimento oficial da terra indígena Panambizinho. No campo da educação, realizei uma entrevista com dona Elza Pedro, que compartilhou suas memórias sobre o primeiro processo de alfabetização na aldeia. Abaixo, incluo uma foto de dona Elza no dia da entrevista.

Figura 3. Entrevista dona Elza



Fonte: Foto Abrísio Silva Pedro data: 07/01/2024.
Na casa da Ñandesy dona Elza Pedro que está sentado à direita na foto e a irmã mais velha Adelina Merina Ramona que está à esquerda na foto, as duas são filhas do Hexakary Pa´i Chiquito que é fundador da aldeia Panambizinho só sobrou essa duas as filhas vivas no momento do Pa´i Chiquito

Durante a conversa com dona Elza Pedro, no início de 2024, ela compartilhou memórias

sobre o início da alfabetização na aldeia Panambizinho, na época em que seu pai, Hexakary Pa'i Chiquito Pedro, liderava a comunidade. Ela descreveu como foi conduzido o primeiro processo de alfabetização na aldeia. De acordo com informações de Egon Schaden, que visitou Panambizinho em 1979, a comunidade já estava estabelecida na área de 60 hectares. Schaden relatou em seu livro que as famílias viviam na aldeia, oferecendo uma visão detalhada das condições de vida naquela época.

> a família-grande no exercício da autoridade paterna. O exemplo duma das poucas famílias-grandes que sobrevivem entre os Kayová atuais, a de Paí Chiquinho (Panambi), ilustra bem a importância de uma personalidade masculina na manutenção do padrão tradicional. Como poderia alguém tornar se chefe de numerosa família-grande, se ele próprio abandonasse a mulher com que se casou? (Shaden, 1979, p. 71).

Nesse relato, Schaden destaca como os Kaiowá lideravam a comunidade indígena da aldeia Panambizinho durante sua expedição pelo território Kaiowá no Cone-Sul.

As lutas e os enfrentamentos das pessoas em Panambizinho, são constantes, mesmo depois da criação de uma escola e da demarcação da Terra Indígena. A comunidade foi além, reivindicando que os alunos formados na Faculdade Intercultural Teko Arandu, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), assumissem o papel de professores na educação escolar indígena da aldeia Panambizinho.

Com a conclusão da construção da escola na aldeia, a partir dos anos 2000, os alunos que terminavam o Ensino Fundamental I enfrentavam dificuldades para continuar os estudos, pois não tinham como se deslocar para outra escola, devido à falta de transporte e ao preconceito enfrentado no distrito na vila Panambi. Por isso, a comunidade lutou para trazer o Ensino Médio para dentro da aldeia. A diretora da Escola Estadual aceitou criar uma extensão na aldeia, ligada à Escola Estadual da Vila Vargas, localizada no distrito de Vila Vargas. Durante o trabalho de campo, recuperei o documento que registra o início dessa discussão sobre a implantação do Ensino Médio na aldeia como uma extensão da escola.

No dia 13/04/2024, na pesquisa de campo que fiz, fui falar com a nova liderança da aldeia Panambizinho, Neuza Alziro, sobre os desafios de governar a comunidade. A Neuza me contou que os desafios são grandes, com muitas brigas e problemas familiares para resolver. Muitas pessoas a procuram para tratar de questões simples, mas o maior problema que enfrenta hoje é a ameaça de fechar a escola, pois há poucos alunos nas salas de aula. Algumas famílias preferem mandar seus filhos para a escola no distrito de Panambi, por causa da desinformação ou de difamações sobre a

escola indígena da aldeia Panambizinho.

Um dos exemplos dessas desinformações é a ideia de que a escola indígena não é boa e não ensina em português, o que faz com que muitos pais escolham a escola do Mbairy (não indígena) para seus filhos.

Neste ponto, é preciso ressaltar que esta pesquisa é resultado de minha experiência e curiosidade com a educação escolar indígena, uma vez que também passei pelo curso do Ará Verá e pela Licenciatura Intercultural Indígena. Importante ressaltar que já em 2005 atuei como substituto na escola Pa'i Chiquito, quando o tema da educação começa a chamar minha atenção.

Minha trajetória

Meu nome é Abrísio Silva Pedro, moro na aldeia Panambizinho, nasci nessa terra no ano de 1989. Minha mãe, Terezinha da Silva, era da aldeia Panambi, município de Douradina - Mato Grosso do Sul. A família dela veio da aldeia Panambi para o Panambizinho, por causa da perseguição política, sobretudo da ditadura militar em virtude do envolvimento de lideranças indígenas vinculadas ao SPI (Serviço de Proteção ao Índio).

Meu pai, Sebastião Pedro, é neto do Pa`i Chiquito Pedro, que foi o fundador da aldeia Panambizinho, e esta aldeia quando foi criada tinha apenas 60 hectares. Portanto, na época esse espaço era localizado como *Ka'aguyrusu* (a grande floresta). Meu Pai Sebastião nasceu nesse espaço, e esse espaço era reconhecido pelos kaiowás em *Yvy Akândire* (terra sagrada), então hoje é reconhecido pela aldeia Panambizinho, e o nome desta aldeia foi colocado pelo funcionário do SPI, segundo informação da Aparecida Mônica, de 93 anos.

A aldeia Panambizinho na época de sua criação tinha uma nascente *yvu* do córrego *yju mirin* (corguinho amarelinho), e esse corguinho tem uma grande história na cosmologia kaiowá, e, entretanto, a água deste corguinho era compartilhada para lavar a roupa e para beber água. Na época não tinha encanamento de poço artesiano e tinha muitas árvores em volta da casa. A roça da aldeia de Panambizinho na época de 60 hectares, o roçado era feito à mão, e com a chegada de maquinário na aldeia, então a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) iniciou a fazer a roça com o trator, e mesmo assim os mais velhos gostavam mesmo de fazer a roça na enxada. Essa foi uma mudança no modo de viver da minha aldeia.

Estudei do pré a 4ª série na aldeia Panambizinho, na época a nossa escola era extensão da Escola Municipal Tengatuí Marangatu, localizada na Reserva Indígena de Dourados na aldeia Jaguapiru. Na antiga 5ª a 8ª série estudei na Escola Municipal Francisco Meireles, que é uma escola

da Missão Caiuá, município de Dourados-MS.

No primeiro ano de Ensino Médio comecei a estudar na Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, no distrito Panambi, e por causa do conflito de terra entre indígenas da aldeia Panambizinho e colonos, o pessoal da Vila vê os alunos indígenas com muita maldade. Por causa desses problemas, me mudei para estudar na Escola Agrícola na rodovia Gumercindo Pimenta, aproximadamente uns 5 quilômetros da Aldeia Velha. E ali terminei o 1ª ano de ensino médio e essa escola do ensino médio na escola Agrícola era extensão da Escola Estadual Dom Aquino Corrêa do distrito Panambi. E, por fim, não consegui terminar o 2ª e 3ª ano do ensino médio, por motivo de saúde.

Posteriormente, fui convidado para participar como ator protagonista no filme da "Terra Vermelha", depois de terminar o filme eu comecei a viajar pelo mundo para apresentar o filme no festival de cinema, uma delas foi o Festival de cinema de Veneza na Itália-Europa.

Depois de acabar a apresentação do cinema pelo mundo fiquei doente e não consegui voltar a estudar. Quando melhorei de saúde, voltei a trabalhar no SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), como AISAN (Agente Indígena de Saneamento).

Devido ao trabalho que fiz no cinema acabei abandonando os meus estudos, pois esse trabalho requer muita viagem. E através desse trabalho de cinema fiz várias viagens pelo Brasil e passei a transitar no mundo dos não indígenas, fui estabelecendo e me levaram a ser convidado para trabalhar em projetos ligados às agências internacionais, entre elas a Organização das Nações Unidas (ONU).

No ano 2011 iniciei o trabalho na ONU (Organização Das Nações Unidas) na instituição da FAO (Food and Agriculture Organ) por meio de um projeto de Bioconstrução, que o FAO estava realizando na aldeia Panmbizinho. A FAO é uma agência especializada do Sistema ONU que trabalha no combate à fome e à pobreza. Fiz curso de Bioconstrução em Rio Verde-MS e trabalhei 2 anos na SESAI. O que me levou a ficar durante 07 anos sem estudar. Compartilho que trabalhei no festival de Ava Marandu, na sua produção, em Campo Grande.

Ainda trabalhei no FLIB (Festival de Literário de Bonito) em Bonito como Produção, BIFF (Brasília International de Films Festival). Menciono que durante a faculdade de Ciências Humanas, em 2020, fui convidado para fazer outro filme "O Pastor e Guerrilheiros", que acarretou na minha ausência em uma etapa do Teko Arandu. Sou casado com a Reigineide Perito Concianza, tenho uma filha que se chama Yuwana Silva Perito.

Em 2014 voltei a estudar no Ensino Médio, na extensão da Escola Estadual Getúlio Vargas

e em 2015 ingressei no curso Normal Médio Ára Verá, mas não consegui concluir. Entretanto, em 2017, passei no vestibular da UFGD e ingressei na FAIND, no curso Teko Arandu. Foi muito bom esse meu processo de formação acadêmica, de ocupar o espaço na universidade, pois aprendi muitas coisas que levarei para o resto da vida. Compartilho que ser indígena e estar no mundo acadêmico foi uma experiência essencial e fundamental, e destaco também que foi uma experiência incrível de estudar a realidade do meu povo Guarani Kaiowá.

Estas experiências de seguir a carreira de acadêmico, levou-me a continuar a estudar e chegar, como exposto, no curso superior a cursar graduação na Licenciatura Intercultural Indígena - FAIND, concluindo a área de habilitação em Ciências Humanas. Atualmente segui e iniciei o curso de Pós-Graduação no mestrado em História, no qual tenho a oportunidade de pesquisar a história a partir da escola onde me formei.

Esta curiosidade surge da necessidade de compreender o contexto em que eu me inseri, mas também a partir de uma reclamação das mães e dos pais dos alunos da escola Municipal Indígena Pa´i Chiquito Pedro, criticando os professores que passaram pelo curso de Ará verá e de curso de licenciatura do Teko Arandu na FAIND. Os pais dos alunos argumentam que os professores indígenas não estão ensinando direito os filhos sobre a realidade das histórias do povo Kaiowá da aldeia Panambizinho, insinuando que eles não estão abordando e repassando o cotidiano da realidade do interesse do Kaiowá.

Esta reclamação foi entendida como uma provocação para a minha proposta de pesquisa, me incentivando a entender como a partir da escola indígena é possível compreender a realidade Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. A chegada de professores e professoras indígenas com formação específica na área de Ciências Humanas aponta para uma possibilidade de transformação no ensino e na formação de estudantes mais engajados com as suas próprias realidades.

O objetivo central desta pesquisa é investigar como se desenvolveu a Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro, verificando se está fundamentado no discurso da Educação Escolar Indígena específica e diferenciada. Para isso, serão apresentados o contexto histórico da Terra Indígena Panambizinho e a construção, implementação e transformações da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedrona aldeia Panambizinho.

A dissertação está organizada da seguinte forma. No primeiro capítulo, elaboro um esboço do contexto histórico deste Tekoha, abordando algumas considerações sobre a História de Panambizinho desde antes da demarcação da Terra Indígena. Neste sentido, apresento como se deu

os primeiros processos educativos escolarizados que envolvem esse território para quem no último capítulo reforçar a história da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro.

No Segundo capítulo elaboro um debate sobre o tema da Educação Escolar Indígena específica e diferenciada, pautado no debate legal sobre os avanços e retrocessos neste campo, faço uma reflexão a partir da discussão curricular inaugurada no RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas e, atualmente na BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

Por fim, o foco do terceiro capítulo passa a ser a Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito Pedro, a partir da contextualização sobre as disputas internas da aldeia e de dados educacionais da escola, delimito meu olhar sobre as aulas de história dessa escola.

CAPÍTULO 1 – Contexto histórico da Terra Indígena de Panambizinho os primeiros processos de escolarização

1.1 Algumas considerações sobre a História de Panambizinho

O *Yvy Akandire* (terra sagrada), é o nome de batismo que o rezador Pa´i Chiquito deu para o espaço, que essa terra sagrada pertencia ao seu povo Kaiowá (ka´aguyrussu ygua), esse nome não foi dado por acaso, mas que permaneça com esse nome para sempre. Com a instalação da CAND, os indígenas foram encurralados pelos colonos, sertanistas e capangas. Eles foram expulsos da região do Guassu (hoje é reconhecido como Rio Dourados), que fica ao redor da Distrito Macaúba, segundo informação dona Dorice Pedro filha do Pa´i Chiquito[3].

> Um branco alto com bigode com chapéu preto montado no cavalo chegou e falou para *ñamoi* (avô) Chiquito aqui vocês não podem mais morar porque aqui já foi comprado do governo e vocês tem que sair. Se eu voltar aqui e encontrar vocês, nós vamos queimar tudo sua casa e atirar em vocês. (Pedro(a), 2015).

Como o Pa´i Chiquito era *Hexakáry* (xamã, que tem uma visão que enxerga para além de nós e faz conexão com o sobrenatural), ele dialoga com as coisas sobrenaturais e conversa com o criador do mundo e seu guardião celestial. Pa'i Chiquito teria sido então orientado a procurar um lugar adequado para levar suas famílias e pessoas ligadas a elas. Pa'i Chiquito os guiaria para um outro lugar como o céu, para que fossem viver em paz com alegria. E a rezadora Doríce, relata também que:

> Por essa razão ele rezou a noite toda para partir e procurar a terra sem-males. No amanhecer do dia eles partiram rumo que se pôs ao entardecer, trouxeram junto a galinha e outros animais domésticos que pertenciam a eles. A caravana do Pa´i chiquito caminhou por três dias, eles chegaram em um lugar para descansar, pois só iriam continuar no outro dia. Na vinda o pessoal do Chiquito caçava e quando achava córrego ou lago pescava e compartilhava com a caravana a comida (Pedro (a), 2015).

E ela foi contando no dedo assim: "na quinta caminhada chegamos no Lago bem grande e ficamos um tempo. Por motivo de Pa´i Chiquito procurar o lugar definitivamente que ia se instalar para rezar. Na época não tinha branco nesta região" (Pedro (a), 2015). Nas conversas com a dona Dorice, perguntou onde fica este lago, e ela responde:

> Ela fica ali subindo a vila Panambi que chama *Ypaparim* (região que o povo do

[3] Os relatos de Dona Dorice Pedro são do ano de 2015, ainda durante minha trajetória no Ára Verá, quando realizada uma pesquisa para este curso. O relato transcrito aqui é, portanto, uma elaboração a partir da sua narrativa.

> local chamava para localização antigamente que dava na língua). Esse lago era grande, tinha mata envolta tinha bichos de todas espécie porque era única que os bichos bebiam era ali no lago. Mas a gente ficou ali só de passagem e a água daquele lago era muito suja para beber. E todos os homens que vinham junto começaram a procurar uma mina de água, mas como o *xeru ãgue* (meu pai finado) era Hexakary o *yvyraija Yvate gua* (o bom espíritu celestial) falou para ele que tinha que seguir e mostrar minas de água para o Chiquito. Segundo informações quem estava com o Pa´i Chiquito disse que ele limpou o mato na mão e cavou a terra com a mão e já saiu a água bem gelada direto da mina. E a pessoa que estava testemunhando falou que Chiquito estava falando sozinho. Mas segundo informação do Chiquito ele viu o espírito celestial falando para ele que ali perto era para ele levantar casa de reza e começar a rezar para todo mundo ir com corpo e alma para subir no céu onde existe paraíso. (Pedro (a), 2015).

Na fala de dona Dorice, percebemos como a comunidade respeitava o Pa´i Chiquito e de que forma ela aponta que este foi o espaço revelado para ele, para que as pessoas se instalassem. Ela continua ao ser questionada quantas pessoas estavam neste momento:

> Quatros ou cinco pessoas com o Chiquito. O Chiquito e as pessoas que estavam com eles voltaram para o acampamento, para buscar as mulheres e crianças, mas no mesmo dia não veio, dormiu a noite e só de manhã foi para o perto do local onde foi furado a minas de água. E o local foi chamado pelo Yvy akandire. Mas com a chegada de branco perto do local que foi mudando o nome. (Pedro (a), 2015).

Atualmente chamamos esse córrego de água, do qual Dorice relata a nascente do córrego de Yju Mirim que em uma tradução poderia ser um pequeno córrego novo. O Yju Mirim se refere à língua kaiowá da aldeia Panambizinho, a água misturada um pouco com lodo de água bate na pedra e forma a bolha, essa todos junto é chamado de Yju Mirim, abaixo na foto:

Figura 4. Corrego de Yju Mirim





Fonte: Abrisio Silva Pedro Data: 08/02/2025

A foto do corrego é retirada perto da casa do Anastácio Peralta na aldeia Panambizinho, a água é muito suja quando a capivara cai na nascente e não serve para beber, só serve para lavar roupa e criança tomar banho para se refrescar na época do verão.

Para o nome do local que a Dorice nos conta de Yvy Akandire, recordo-me de sempre escutar das pessoas, como a irmã da Dorice, dona Luzia Pedro que naquele tempo, quando as pessoas iam pegar a água na mina a borboleta pousava e levantava da cabeça de um bicho grande, e que a pele dele parece papel e cabeça parece jacaré que chamavam de Mba`e kuatia (bicho que morava dentro da água) com esse mito começou a ser chamado este lugar de *tanambi* (borboleta) em Kaiowá e o branco copiou e chamou a vila de Panambi que antigamente era chamada de Vilas Cruz por ter vindo morar primeiro morador era chamado José Francisco da Cruz. Curiosamente o Distrito de Panambi mantém até hoje a rua principal com o nome José Francisco da Cruz.

No cartório do distrito Panambi tem um mapa trazendo o nome das pessoas que fundaram a vila e até tem rua no nome do Chiquito Pedro do Tekoha Panambizinho. A foto abaixo mostra o mapa do distrito Panambi com o nome que foi homenageado e fundador do distrito vila Panambi, que fica no Cartório Panambi.

Figura 5. Mapa do distrito de Panambi



Fonte: Abrisio Silva Pedro Data: 24/03/2025

Os indígenas que moram na aldeia Panambizinho, têm transitado pela vila Panambi com frequência para vender os produtos produzidos em suas roças, como: batata, abóboras, mandiocas, feijão catador e banana. Os jovens, homens indígenas, sempre vão à vila à procura de trabalho braçal, os quais os não indígenas se recusam a fazer, por exemplo: cavar foço, cavar valeta para colocar cano, cavar poço e etc. São os indígenas que sempre acabam fazendo com os trabalhos que os brancos não querem executar, porém com um preço inferior ao mercado.

Muitas vezes os indígenas que faz o trabalho braçal na vila Panambi, devido ao aumento de analfabetismo, e também muitas pessoas não são qualificadas para trabalhar no mercado de trabalho, então o morador da aldeia Panambizinho sempre transitou nesta vila desde que a vila era chamada de Vila Cruz, e a aldeia Panambizinho na época fazia parte do Posto Indígena da FUNAI em Panambi que é município de Douradina, segundo Silva (1982):

> Passaram algum tempo estando na jurisdição da Funai, sob o domínio do órgão tutelar. Panambizinho ou Vila Cruz, Sob a jurisdição do posto Indígena Panambi, tem uma população de 100 Kaiowá que se relacionam intensamente com os de Lagoa Rica. (Silva, 1982, p, 09).

A comunidade Kaiowá da aldeia velha de Panambizinho, situada em uma área de 60 hectares, tem enfrentado, historicamente, constantes pressões por parte de colonos e de instâncias governamentais que defendem a remoção dos indígenas desse território. A proximidade com

propriedades rurais de colonos tem sido um dos principais fatores de conflito e disputa pela terra. Em 1994 o Ministro da Justiça Nelson Jobim veio à aldeia Panambizinho a pedido dos indígenas para reconhecer o Tekoha Panambizinho. Importante considerar que os indígenas estavam restritos a um território de 60 hectares, sendo que na distribuição da CAND, cada lote era registrado com 30 hectares, portanto os indígenas com uma população de 255 pessoas na época estavam em 2 lotes.

O reconhecimento oficial da Terra Indígena Panambizinho foi resultado de uma longa e intensa luta por parte do povo Kaiowá da referida aldeia. Até o ano de 1995, essa terra não constava nos registros da Fundação Nacional do Índio (Funai) como território indígena oficialmente reconhecido. Foi somente nesse ano que o então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, esteve presente na Terra Indígena Panambizinho para formalizar o reconhecimento e assinar o documento que ampliava o território, passando de 60 hectares para 1.272 hectares. Esse marco representou um avanço significativo no processo de demarcação e garantiu maior segurança territorial à comunidade, conforme noticiado pelo jornal citado abaixo.

Figura 6. Matéria de jornal com a presença do Ministro Nelson Jobim



Amambai, MS — Josemar Gonçalves

Pintado no rosto pelos caiuás, Jobim assistiu à dança de boas-vindas

Jobim amplia terra dos índios suicidas

JANETE SAUD

AMAMBAI, MS — O ministro da Justiça, Nelson Jobim, assinou, na segunda-feira à noite, portaria que aumenta o território de 265 índios guaranis-caiuás, do território de Panambizinho, em Dourados, Mato Grosso do Sul, onde ocorreram 235 suicídios, nos últimos 10 anos, em função da miséria e da perda de terras. Poucas horas depois da visita do ministro, no entanto, mais um índio — André Paulo, de 20 anos — enforcou-se com uma corda.

A decisão de Jobim causou o protesto de vários fazendeiros da região. Mesmo observado por dois pistoleiros armados, o ministro assinou a portaria, que vai permitir que a Fundação Nacional do índio (Funai) conclua a demarcação da área. Os atuais ocupantes serão indenizados, mas apenas pelas benfeitorias, já que as 28 propriedades pertencem ao Estado.

Durante o ato, que aumentou o território de Panambizinho de 60 para 1.240 hectares, Jobim contou com um forte esquema de segurança, de policiais federais e militares armados.

Ontem, o ministro visitou a aldeia Limão Verde, em Amambai, onde vivem 3.427 índios e onde ocorrera, no sábado, o suicídio de Odair Lescano. Felizes com a visita, os índios pediram quebra-molas ao longo da rodovia que corta a aldeia — pois a alta velocidade dos automóveis também tem sido responsável pela morte de vários caiuás, por atropelamento.

Na chegada, Jobim foi cercado pelos índios, que, pintados e vestidos com trajes típicos, apresentaram o Maranhatu, dança típica que significa boas-vindas. Mas a presença do ministro — que foi até pintado pelos anfitriões — não alegrou a todos. Gabriela, de 10 anos — que encontrara o irmão Odair enforcado num galho de abacateiro — preferiu ficar em casa. Revoltada e impotente, a família decidira derrubar a árvore.

A morte de Odair é um exemplo do que ocorre com os jovens caiuás. Sem emprego, sem dinheiro e desiludido com a fuga da mulher, ele entrou em depressão e começou a beber, ao voltar de uma das usinas de álcool que empregam índios em regime semi-escravo.

JB 01/06/95

Fonte: Instituto Socioambiental. Acessado em https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/9613_20100308_085834.pdf dia 28 de julho de 2025.

A vinda do Ministro Nelson Jobim foi um marco histórico para o povo indígenas kaiowá da

aldeia Panambizinho, que ficaram mais confiantes para que o território fosse demarcado. O Jornal da época até colocou seu posicionamento dizendo que o Ministro estava com forte segurança e não se intimidou com os pistoleiros dos fazendeiros. De outra sorte, os colonos do distrito da vila Panambi ficaram com os ânimos mais acirrados, e com o passar do tempo com o andamento do processo de Demarcação essa situação se escalava.

Chegou a época em que os colonos pressionavam muito a comunidade indígenas da aldeia Panambizinho a sair do seu próprio *Tekoha* muitas vezes pressionava os indígenas, dizendo que aquele espaço não pertencia aos indígenas. E nesse sentido, Silva aponta que o pessoal ligado a CAND pressionava muito:

> Além das pressões da administração da CAND para que os kaiowá se retirassem da área da Panambi, existia a pressão mais forte por parte dos Colonos que receberam os títulos de propriedade. As famílias que resistiram a este processo, foram as que efetivamente conseguiram assegurar as terras dos kaiowás, para onde recentemente retornaram muitas das famílias que haviam se retirado na época dos confrontos com os brasileiros. Assim surge a atual aldeia Panambizinho, constituída por apenas 60 hectares (dois lados) que foram conservados graças à luta liderada pelo chefe de família extensa e paî-guassu Chiquito. A aldeia de Panambizinho talvez seja uma das mais pobres dos Guarani atuais, não é cortada por rio algum e não possui nenhuma área de mata. Os 240 hectares da aldeia de Lagoa Rica ou Panambi são parte dos 500 hectares que a administração reservou inicialmente como área de caça aos kaiowá. (Silva, 1982, p 23- 24).

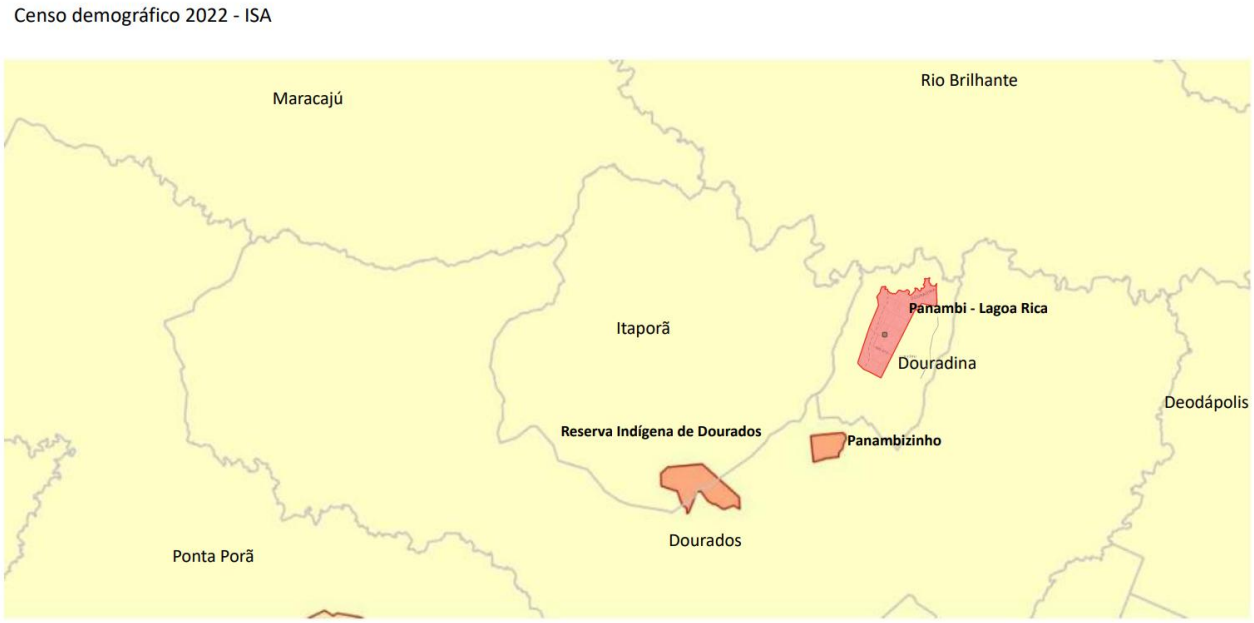
A aldeia Panambizinho e atual a aldeia Lagoa Rica ficam a 28 Km de distância uma da outra, mas a língua e jeito de viver, os parentescos são muito próximos, porque muitos parentes ficaram separados quando o governo de Getúlio Vargas deu títulos aos colonos, mas a aldeia Panambizinho e aldeia Lagoas Ricas muito parecidas. Até batismo de milho quando tem na aldeia Lagoa Rica o pessoal da aldeia Panambizinho vai para prestigiar a festa, muitos parentes que moram na aldeia Panambizinho têm parentesco com quem mora na aldeia Lagoa Rica Panambi. Nesse sentido, o Giliandro Pedro trouxe na sua dissertação a vivência kaiowá da aldeia Panambizinho e aldeia Panambi.

> A partir da instalação dos colonos e das fazendas no território do tekohaguasu, houve uma aglomeração dos indígenas numa porção ínfima do grande território que era anteriormente, mas a movimentação entre as duas localidades, Panambi e Panambizinho, continuaram a acontecer, através dos eventuais rituais e festas (Kunumi Pepy, Jerosy Puku, Jerosy Mbyky...), ocasionando a movimentação entre as duas localidades. Dessa forma, a nhe'ẽ (palavra) continuava a circular nesses locais, conforme citado anteriormente, de forma que o espaço ainda estava em poder dos Kaiowa. (Pedro(b), 2020, p. 58).

Com a separação dos Tekoha, mesmo com a divisão de território, os indígenas de duas

aldeias fazem ainda seu ritual de festa de milho para agradecer a colheita. As duas comunidades da aldeia permaneceram sem ser retiradas do seu Tekoha graças à liderança tradicional que não aceitou a proposta do governo. A proposta do governo era confinar os indígenas na Reserva Indígenas de Dourados (RID) e passar essas duas aldeias para o CAND. A foto abaixo mostra a atual aldeia Panambizinho - Município de Dourados - MS, depois de demarcação do território.

Figura 7. Mapa com as áreas da Terra Indígena Panambizinho, Terra Indígena Lagoa Rica e da RID.



Fonte: Imagem repassada pela Demógrafa Rosa Colmam. Professora que participa do Grupo de Trabalho do Censo do Instituto Socioambiental

A mesma situação também a aldeia Lagoa Rica Panambi-MS passou o território diminui para 400 hectares, e em 2006 avançou no território, mas foi impedido pelo segurança da fazenda para avançar nos seus territórios ancestrais e, em 2011, a retomada Guyra Kambi´y e Ka'aguyrussu Yta´y entraram na retomada da Lagoa Rica Panambi e não recuou mais. Assim o Pedro(b) trouxe a informação na sua dissertação:

> A demora no processo de regularização da terra indígena Panambi, somada às desavenças entre os principais grupos familiares, acarretou no retorno às antigas formas de resolução dos problemas, a mobilidade dos grupos insatisfeitos. A formação de um local independente da "Aldeia velha" colocou o grupo liderado por Joel Hilton, ainda que separado, ligado na mesma causa. Independentemente de ser um evento isolado, serviu para pressionar as autoridades frente à demora nos processos de demarcação da Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica. Após esses

> eventos em Itay Ka'aguyrusu, passaram-se ainda alguns meses sem que houvesse uma posição dos órgãos governamentais quanto ao processo de demarcação da terra. A demora no processo favoreceu a fragmentação de grupos que inicialmente tinham se unido e se mobilizado, buscando reconhecimento das suas terras tradicionais. Esta mobilização, até então, deu origem à Laranjeira Nhanderu e Itay Ka'aguyrusu. Em 25 de maio de 2011, uma sexta-feira, um novo grupo liderado por Ricardo Jorge voltou a retomar um dos locais anteriores, denominado Guyra Kambi'y, como forma de pressionar os órgãos governamentais, devido à morosidade na demarcação das Terras de Panambi. (Pedro (b), 2020, p.112).

Nesta dissertação do Gileandro está claro que os indígenas kaiowá entraram na retomada porque cansaram de esperar a demarcação dos seu Tekoha, na visão dos indígenas, só retomando o seu território ancestral que vai forçar a demarcar a sua terra pelo poder judiciário e poder executivo.

Cabe apontar que a Terra Indígena de Panambi - Lagoa Rica, teve o resultado do estudo de demarcação publicado pela FUNAI, com 12.196 hectares de TI reconhecidas já no ano 2011, contudo até hoje após inúmeros entraves judiciais os indígenas ainda não conseguiram ocupar o tekoha já reconhecido como Terra Indígena. Em 2024, a maioria dos indígenas da aldeia Lagoa Rica entrou nesta área reconhecida pela FUNAI, nomeando outras três retomadas: Yvy Ajere, Pikyxi´y e Kurupa´y ty. A foto abaixo mostra quando visitei o Pikyxi´y a foto da placa é a entrada para retomada e barraco de lona embaixo das árvores estava casa do Kaiowá em volta da casa estava queimada essa casa estava na retomada.

Figura 8. Área de retomada do Tekoha Pikyxi'y



Fonte: Foto 1: Abrisio Silva Pedro Data:31/08/2024 Foto 2: Abrisio Silva Pedro Data:31/08/2024

Lembramos ainda que a aldeia Panambizinho e Lagoa Rica Panambi faziam parte de um mesmo posto da Funai que ficava na aldeia Lagoa-Rica Panambi, municípios de Douradina MS, muitos parentes da aldeia Panambizinho moram na aldeia lagoa Rica e os indígenas das duas aldeias transitam de uma aldeia para outra.

Quando a comunidade da aldeia Panambizinho reivindicou a demarcação de seu território muitos colonos não gostaram e viram os indígenas com muito preconceito, neste momento

aumentaram os casos de discriminação diretas e indiretas. Os indígenas pediram o estudo antropológico do seu território. E nesse sentido, a antropóloga Kátia Vietta, responsável pelo laudo antropológico que subsidiou a demarcação, aponta que:

> Em todo caso, Panambizinho foi fundada na década de 1920. Com esse nome ele aparece só na segunda metade do século XX, constando nos documentos mais antigos somente o nome Panambi, tanto para a atual comunidade situada no município de Douradina como para a comunidade de Panambizinho, pertencente ao município de Dourados. Assim, um dos "pioneiros" de Dourados, o Senhor Albino Torraca, afirmou em 18 de junho de 1949, que ele habitava na região desde o ano de 1900 e que então já existia a aldeia de Panambi e que "isto" [a região] era habitada "por puros índios". (Vietta, 1998, p. 65).

Como em Dourados existia a Reserva Indígena de Dourados, criada em 1917 para reunir os indígenas da região, e também desta forma liberar o espaço para a colonização, Dona Dorice também aponta que a família de Pa'i Chiquito recebia constantes aliciamentos para que aceitassem serem removidos para a Reserva de Dourados.

> Com medo de serem removidos da sua residência para a Reserva de Dourados muitas autoridades ou se faz de autoridade vem procura Pa´i Chiquito para que ele e seu povo vão para a reserva de Dourados para deixar a terra para os colonos em troca os brancos ia dar arma de fogo para o Chiquito em troca de dois lotes de roça (Pedro (a), 2015).

Outra referência nos aponta a mesma informação, inclusive que procuravam Pa'i Chiquito para comprar a área de 60 hectares.

> Opyta mokõi kokwemi. Ndoikoveima ka`agwy, ha Yvyra tee ndoikoi. Há upéare haimete nhamoi Chuiquito nhomnbohasa reiete mbokare. Ombotuixa ha ojoko ixupe va´e missionária karai kunha héry va´e Loide missão pygwa, pea´ae raka´e ndoheja ukai, ha´e raka`e he´i nhamoi Chiquito oiko jevy hagwã yvy nheme´ê rapykweri, upépy akweopyta Panambizinho. (Concianza; Gamarra; Araujo Et. al. 2011, p. 50)[4].

Antes de a terra ser loteada pela CAND os territórios indígenas da aldeia Panambizinho eram chamado Tekoha Yvy Âkandire, hoje a aldeia Panambizinho, como apontamos, é a compra de parte de 60 hectares que o governo Getúlio Vargas deixou há época para a comunidade indígenas residir assim disse a Aparecida Monica de 93 anos. Contudo, mesmo estes 60 hectares, a aldeia antiga, não foi deixada de boa-fé pelo governo. O rezador tradicional Hexakary (pessoa que tem contato com a

[4] Ficou dois lotes. Não tinha mais mato, a madeira de verdade não tem mais. Nos dois lotes quase o avô Chiquito trocou por Revólveres. O que impediu ele de trocar a terra pelo revólver foi a missionária branca, o nome dela era Loide da Missão, ela falou para o Chiquito para não trocar por motivo que no futuro iria correr atrás da demarcação de novo. Assim ficou Panambizinho. (tradução de minha autoria).

divindade celestial) Pa`i Chiquito e pessoas ligadas a suas famílias tinham que lutar para permanecer neste lugar para não serem removidas para o confinamento da Reserva Indígena de Dourados (RID).

Dos dois lotes que o CAND que deixou para aldeia Panambizinho, 30 hectares ficaram para Chiquito Pedro e outros 30 hectares ficaram para o Martins capilé que é filho do Chiquito, somando, portanto, o total ficou 60 hectares para a comunidade de povos indígenas da aldeia Panambizinho. Esse acordo assegurou a permanência da comunidade na terra indígenas da aldeia Panambizinho. Sendo que havia mais famílias naquele local e o governo só deu dois lotes para a comunidade indígenas. O Thiago Cavalcante explica isso:

> Analiso agora, de maneira particular, a luta dos Kaiowá de Panambizinho para que os dois lotes de 30 ha, mantidos sob posse indígena durante o processo de esbulho perpetrado fossem reconhecidos oficialmente pelo Estado brasileiro como terra indígena. Mantida a posse dos 60 ha, os esforços se direcionaram no sentido da ampliação da área e para que a terra fosse demarcada tendo assim reconhecido o status jurídico de terra indígena, conforme a previsão do art. 231 da CF de 1988 e do art. 17 da Lei 6.001 de 1973.
> Entre 1949 e 1951, o antropólogo Egon Schaden esteve no sul do atual Mato Grosso do Sul onde realizou trabalhos de campo, cujos dados, juntamente com outros obtidos em aldeias guarani de São Paulo e Santa Catarina, serviram de base para a elaboração de sua obra clássica "Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani" (1962). Orientada pelo paradigma do culturacionismo, atualmente a obra perdeu parcialmente seu valor como norteadora teórica das reflexões acerca do mundo guarani e kaiowá. No entanto, a etnografa nela contida a transforma em leitura obrigatória não só para o conhecimento da história dos estudos sobre povos de língua guarani, mas também porque fornece dados etnográficos e reflexões etnológicas ainda muito valiosas. Tal avaliação ganha peso, sobretudo quando se leva em conta o fato de que, na última metade do século XX, ocorreram rápidas transformações no contexto local das aldeias guarani e kaiowá de Mato Grosso do Sul. Schaden trabalhou na região de Panambi, especialmente em Panambizinho, entre os anos de 1949 e 1951. Em 1949, segundo ele, havia 250 habitantes na área. Naquele momento, avaliou que poucos anos antes a aldeia mantinha os velhos padrões culturais do grupo. Tais padrões estariam, no entanto, em vias de dissolução devido ao avanço da CAND sobre as terras indígenas (SCHADEN, 1962, p. 17). (Cavalcante, 2022, p. 45).

Com muita luta para permanecer na terra indígena da aldeia Panambizinho, com pressão para deixar a terra Panambizinho para os colonos, a dona Dorice conta ainda que Chiquito fez a viagem a pé até em Campo Grande para denunciar o branco que queria tirar eles da sua terra à força, na viagem levaram a comida e *xixa* (milho fermentado), *mbaipy* (milho queimado ralado) e Arco e flecha para se defender da onça e caçar o animal para comer na viagem. Com muita resistência, o Serviço de Proteção ao Índio SPI permitiu para eles permanecerem nos 60 hectares que ninguém ia mais retirar deste local. O Giliandro trouxe na sua dissertação com quantos hectares a aldeia Panambizinho ficou na época do CAND.

> Com o passar do tempo, os Kaiowá de Ka'aguyrusu tiveram que se agrupar na margem direita do córrego Panambi. Outra parcela se reuniu em dois lotes de 30 hectares que deram origem à aldeia Panambizinho. Outros foram forçados a se instalar na Reserva Francisco Horta em Dourados, coagidos até mesmo pelos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para deixarem os locais onde habitavam. (Pedro (b), 2020, p. 57).

Com essa versão do Pedro, a realidade de informação captado é concreto a aldeia Panambizinho antes de retomar sua terra tradicional estava com 2 lotes de 60 hectares e hoje recuperou, ficando com um pouco mais de 1.289,57 hectares depois que retomou a sua terra tradicional que foi retirado do povo kaiowá da aldeia Panambizinho.

Toda essa história é narrada com muita luta do Pa´i Chiquito as autoridades ligadas a CAND conseguiram deixar a comunidade indígenas da aldeia Panambizinho em paz.

Contudo é importante observar que, mesmo com tantas adversidades dos *Mbairy* (brancos), a comunidades indígenas da aldeia Panambizinho não deixou de realizar o Kunumi pepy (ritual de passagem das crianças para a fase adulta), mas nos anos de 1992 foi a última que foi realizado essa cerimônia, a cerimônias não foi mais realizado por motivo de não ter mais espaço suficiente para realizar e quem realiza a cerimônia já estava na fase de fim da vida. Mas o *Jerosy* (Batismo de milho), sempre acontece em todos anos, por motivo de agradecer a colheita da produção que vem da terra.

A foto abaixo na cerimônia de festa de milho no Jerosy da aldeia Panambizinho na antiga 60 hectares, esse menino de foto é neto do Paulito Aquino que o jerosy foi realizado na casa do Paulito Aquino, esse menino já está com a mesma idade minha.

Figura 9. cerimônia de festa de milho no Jerosy



Fonte: https://www.forumdoc.org.br/filmes/kaiowa-de-panambizinho acesso em 15 de julho de 2025.

A cerimônia de Jerosy acontece em três dias e uma noite é só rezar em volta da xixa (suco de milho que é feito no pilão), até amanhecer o dia, no outro noite começa com Guahu para autorizar o Kotyhu (dançando em ciranda), festa com a mão dado um com a outra não importa o sexo. O Isaque João explica Jerosy na sua dissertação que:

> O xamã de Panambizinho, ao descrever o jerosy, o compara com o Congresso Nacional Brasileiro, onde os mboruvixa ou líderes discutem várias leis para aplicá-las na sociedade. No encontro ritual do jerosy, o canto é entoado no coletivo, mas o comando é exercido por um xamã de renome, prestigiado na comunidade, onde são decididos os rumos do grupo. (João, 2011, p. 59).

Com o acontecimento de Jerosy as famílias kaiowá já estão autorizadas a comer as plantações que foram benzidas na cerimônia, sem o benzimento as pessoas podem adquirir as doenças para o corpo kaiowá e também não produzir bem os futuros colheitas das plantações.

Desde os anos de 1990 a 2000 houve muitos suicídios na aldeia Panambizinho, por motivo da aldeia muito pequena e população aumentou, para amenizar os suicídios os indígenas procuraram a saída.

Um dos casos de suicídio foi o do meu irmão mais velho, Maurício da Silva Pedro, que tinha aproximadamente 19 anos em 1999. Ele se suicidou por enforcamento, sem que ninguém percebesse sua entrada na casa do meu avô. Lá, ele se pendurou em uma das vigas de madeira que sustentam a cumeeira da casa.

Nossa família tentou compreender o motivo do ocorrido. Muitos parentes por parte da minha mãe, Terezinha da Silva, acreditava que a causa estava relacionada à feitiçaria direcionada à família. Segundo informação de Seraguza:

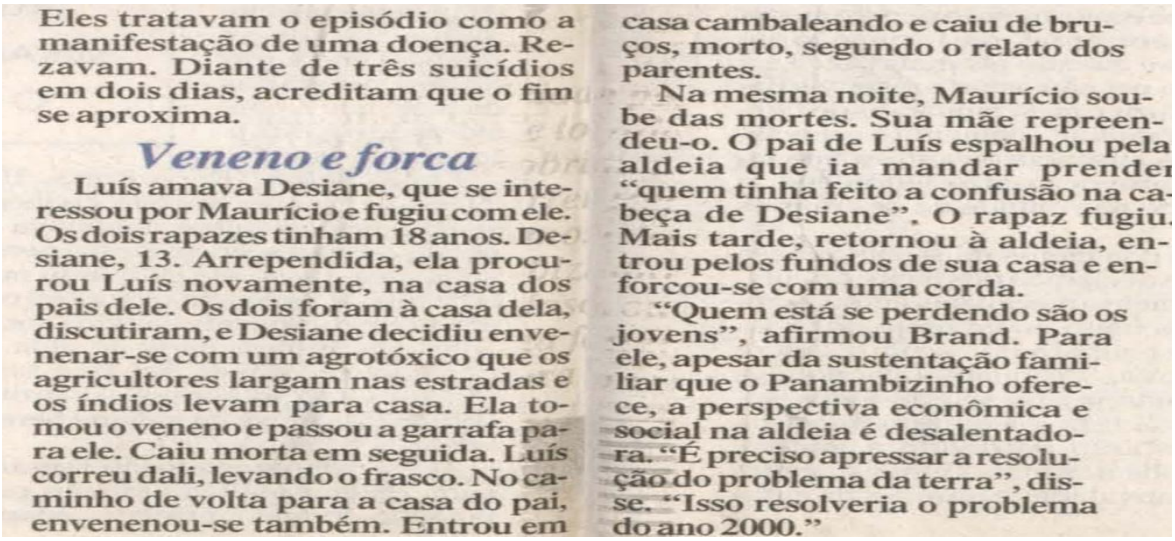
> Acusações de feitiçaria são recorrentes e históricas entre os kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul. Estão geralmente relacionadas a tensões e mal-estar associados à vida em reserva – processo histórico de "confinamento" (BRAND, 1997) — que obrigou distintas parentelas à vida comunitária, a partir da expulsão de seu *tekoha* e a desorganização de suas relações entre parentes e com o mundo, humano e não humano, a sua volta. A impossibilidade de reorganização da vida no tempo e espaço (ara) a que reserva impôs, a transformação radical da paisagem e da intensidade das relações na vida conjunta entre "não parente", tornaram-se cenário fundamental para que as acusações de *pajevai*/ feitiçaria fossem como vento adentrado cada terra, cada corpo, sendo, inclusive, um elemento reconhecido de espalhamento das más intensões ou intenções equivocadas.
> O corpo é o palco do combate: entre humanos, entre o "eu" e o "outro", entre o xamanismo e a feitiçaria, e este último, cena máxima da alteridade não controlada, pois o feiticeiro é sempre um outro, de fora, distante. A potência no plano discursivo faz da acusação de feitiçaria uma produtiva ferramenta de distanciamento social, de produção de parentelas e prestígios: elementos que configuram a ação política entre os kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul. As categorias de xamanismo e feitiçaria são enunciadas como presente na convivialidade e nas práticas rituais, e atuam no horizonte da produção, reprodução e extermínio da vida social. (Seraguza, 2022, p. 272).

A autora trouxe a sua visão de Mbairy como vê e entende a feitiçaria dentro da comunidade indígenas, mas cada Tekoha acredita do seu ponto de vista como age a feitiçaria na comunidade indígenas, e muitas famílias com medo da feitiçaria acabam entrando na religião evangélica, por incentivo do pastor. Com as famílias kaiowá com o medo de feitiçaria, o pastor evangélico acaba aproveitando a vulnerabilidade de desespero, incentiva mais a ter o ódio da pessoa que pratica a cultura tradição do seu ancestral.

Além dele, outros cinco jovens, todos com idades semelhantes à do meu irmão, também cometeram suicídio, ingerindo veneno agrotóxico na mesma época.

O jornal da época chegou a noticiar esses acontecimentos de suicídio na Aldeia Panambizinho.

Figura 10. Recorte da matéria sobre suicídio em Panambizinho.



Eles tratavam o episódio como a manifestação de uma doença. Rezavam. Diante de três suicídios em dois dias, acreditam que o fim se aproxima.

Veneno e forca

Luís amava Desiane, que se interessou por Maurício e fugiu com ele. Os dois rapazes tinham 18 anos. Desiane, 13. Arrependida, ela procurou Luís novamente, na casa dos pais dele. Os dois foram à casa dela, discutiram, e Desiane decidiu envenenar-se com um agrotóxico que os agricultores largam nas estradas e os índios levam para casa. Ela tomou o veneno e passou a garrafa para ele. Caiu morta em seguida. Luís correu dali, levando o frasco. No caminho de volta para a casa do pai, envenenou-se também. Entrou em casa cambaleando e caiu de bruços, morto, segundo o relato dos parentes.

Na mesma noite, Maurício soube das mortes. Sua mãe repreendeu-o. O pai de Luís espalhou pela aldeia que ia mandar prender "quem tinha feito a confusão na cabeça de Desiane". O rapaz fugiu. Mais tarde, retornou à aldeia, entrou pelos fundos de sua casa e enforcou-se com uma corda.

"Quem está se perdendo são os jovens", afirmou Brand. Para ele, apesar da sustentação familiar que o Panambizinho oferece, a perspectiva econômica e social na aldeia é desalentadora. "É preciso apressar a resolução do problema da terra", disse. "Isso resolveria o problema do ano 2000."

Fonte: Jornal o Estado de São Paulo, 6 de junho de 1999, https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/8386_20100201_095604.pdf acesso em 15 de julho de 2025.

Essa notícia apareceu até no noticiário nacional sobre acontecimento na aldeia Panambizinho, nessa época eu tinha 10 anos eu lembro quando aconteceu o suicídio dos jovens da época, que alguns jovens quando iam arrancar feijão, traziam escondido o agrotóxico da fazenda para a aldeia.

O pensamento dos jovens da época era que após a morte teriam paz e sossego, que o sofrimento da vida atual ia acabar, essa era a teoria do jovem da época da aldeia Panambizinho. Porque na época os jovens não tinham a oportunidade para nada comparar a de hoje. A escola só tinha até 4 série ensino fundamental I, não tinha escola na aldeia até o ensino médio e quando ia estudar na vila o pai não tinha dinheiro para comprar material escolar. Por esse motivo muitos jovens não tiveram saída e para completar a terra eram apenas 2 lotes de 30 hectares que totalizam 60 hectares. Isso mostra a importância da universalização da escola na Terra Indígena.

E teve época que os colonos não deixavam mais enterrar o defunto na divisa da aldeia, o motivo disse que estava invadindo a terra dos colonos. Por essa razão, também um dos problemas que levaram os jovens a cometer suicídio. Que no jornal da época o presidente da Funai comentou.

Figura 11. Recorte da matéria sobre suicídio em Panambizinho



MS *Dez participaram de tentativa na terça*

Três índios morrem em suicídio coletivo

da Agência Folha

Dez índios guaranis-caiuás participaram de uma tentativa de suicídio coletivo na última terça na aldeia Panambizinho, em Dourados (MS). Três morreram, dois foram internados por ingestão de agrotóxico e cinco foram salvos por agentes da Funai.

Morreram Sumara Arce, 12, Sivone Aquino, 15, e Vanderley Juca Pedro, 20. Adriana Alves Nunes, 17, recebeu os primeiros socorros e foi liberada. Luciane Arce, 14, irmã de Sumara, ficou internada três dias na UTI do hospital Evangélico de Dourados. Ontem, foi transferida para a enfermaria.

Para o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Márcio Lacerda, "os suicídios entre os guaranis-caiuás na região, 16 mortes de janeiro até agora, podem ser explicados pelo atraso na demarcação de uma área de 1.180 hectares da aldeia que atualmente é ocupada por 36 colonos".

Na região de Dourados vivem 14 mil índios espalhados em sete aldeias. Segundo o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), da Igreja Católica, de 1986 a 1996, 213 guaranis-caiuás se suicidaram.

Fonte: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/8404_20100201_110437.pdf

A segunda informação do jornal disse que os indígenas estão se suicidando por falta de território, e o que o presidente da FUNAI Márcio Lacerda confirmou e falou foi a verdade. Um dos problemas do suicídio é os territórios da época. Sem Territórios não há Tekoha sem Tekoha não a vida dos kaiowá. Com todos os problemas do suicídio da aldeia Panambizinho, os Kaiowá da aldeia Panambizinho era sempre voltar no seu Tekoha e os indígenas estava com contagem regressiva para entrar na retomada para recuperar os seus territórios esperava só o dia e hora certa para entrar na retomada.

Neste contexto, os indígenas da aldeia Panambizinho estavam se organizando a voltar a retomar o seu território ancestral, sempre faziam reuniões para buscar uma melhor estratégia para recuperar o seu território que a Nely Maciel (2012) escreveu no seu livro:

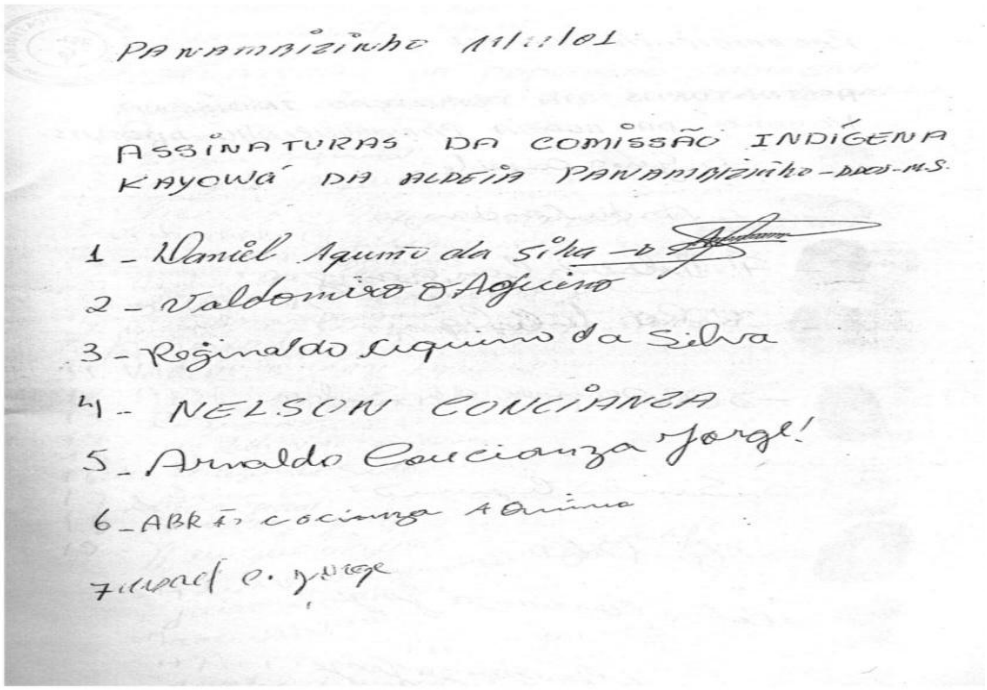
> Após 1988, as comunidades Guarani e Kaiowá mobilizam-se em torno de suas terras. A partir daí, elas estão revertendo situações contrárias a seus direitos, como no caso dos Kaiowá da Panambizinho. Passados os seis meses determinados pelo Juiz Federal Odilon de Oliveira, houve a compra da terra no município de Juti, Mato Grosso do Sul. Os colonos são indenizados e tiveram o prazo de três meses para se mudarem das terras indígenas em discussão. Antes do fechamento do processo, uma série de documentos é exigida por parte dos colonos, entre eles, os documentos pessoais, a assinatura do recebimento da terra, das benfeitorias e de um acordo de não continuar mais o andamento do processo, dando por reconhecida a terra como indígena, ficando o processo, a partir disto, excluso. Finalmente, após um longo período, os Kaiowá puderam voltar às suas terras. Não se pode negar, em hipótese alguma, a luta dessa Comunidade por mais de cinquenta anos, como diz o velho líder religioso Lauro Conciança, em sua entrevista, "muitos morreram e não conseguiram ver o sonho, o sonho de morar de novo em nossas terras, mais seus

> descendentes estão aí com as terras de volta", isso comprova que há muito os Kaiowá vinham lutando para retornarem às suas terras. (Maciel, 2012, p. 91).

As comunidades indígenas ficaram nos anos 2002 a 2004 na retomada. Na área da retomada o povo Kaiowá sofreu muito com a pressão dos colonos, inclusive com perseguições e ameaças, e alguns dos colonos tiveram a ideia de invadir a retomada para pressionar os indígenas a voltar a morar na área de 60 hectares, mas com muita luta os indígenas resistiram e permaneceram no local. As famílias que não aguentaram a pressão dos colonos e não acreditaram na demarcação da terra indígenas da aldeia Panambizinho, voltaram para a área de 60 hectares, uma delas é a família da minha tia Iraci da Silva.

No decorrer do tempo da retomada aconteceu muitas situações tristes, como: suicídio da filha do Nelson Concianza que na época era líder da retomada, a moça se chamava Fabiana Aquino Concianza que se enforcou no barraco do pai dela e o pai dela com essa situação ia voltar para aldeia velha, a Fabiana se enforcou na casa da retomada. Outras situações como mulher brigando com vizinha, mulher casada traindo marido, homem desentendendo com o vizinho, queima de casa por motivo de crianças brincar com fogo e etc. Com todos esses problemas, o foco era sempre a recuperação da sua terra, que essa terra foi retirada do seu ancestral pelos colonos. Até teve uma comissão de representante na retomada do Tekoha Panambizinho.

Figura 12. Comissão da retomada



Fonte Maciel, 2005, anexo.

Essa comissão que fazia parte da retomada do Panambizinho, quando uns da comissão iram para alguma viagem, por exemplo para denunciar pelos direitos à terra do Tekoha Panambizinho e o resto da comissão ficava na retomada para fortalecer as lutas pelos seus territórios.

Por outro lado, as coisas boas que aconteciam na retomada eram crianças todas de manhã indo para a escola da aldeia, mas quando os indígenas kaiowá da aldeia Panambizinho entrou na retomada durante 2 meses as crianças e jovens ficaram sem poder ir para a escola, o motivo era ninguém poderia sair da retomada, essa era estratégica para manter os indígenas unidos porque se alguém saísse talvez poderia acontecer alguma coisa com as pessoas, para evitar algo ruim que pode acontecer com os indígenas através dos colonos.

Cabe lembrar que na época os indígenas não tinham celular para se comunicar e acionar a autoridade o acontecimento que tinha na retomada. Quando os indígenas eram ameaçados de ataque dos colonos e capangas, os indígenas tinham outra comunicação para usar, usaram o rádio de comunicação da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), que cuidava da saúde indígenas da época, passava rádio para o pólo e o pólo da Funasa ligava para Polícia Federal e para Funai para evitar a atrocidade dos colonos com a comunidade indígenas que está na retomada do Panambizinho.

Com o passar do tempo os problemas dos conflitos da terra foram se amenizando e as crianças e jovens já estavam voltando para a cidade para estudar. Os pais indo trabalhar na roça da retomada que tinha arroz, mandioca, feijão, batata, melancia, banana e etc. Além disso, todo final de semana tinha reunião com a comunidade indígenas para discutir o problema da escola e dar solução para o problema da retomada e quem tinha que resolver o problema familiar era a família. Tudo se resolvia na base do diálogo embaixo de árvores grandes que ficavam na divisa da retomada.

A grande motivação de não desistir da luta da retomada, a maioria decidiu não voltar mais à aldeia velha que chama a 60 hectares foi a motivação da luta que o Pa´i Chiquito mostrou. Agora é a vez da comunidade lutar e demarcar o que foi tirado na época do Pa´i Chiquito. Como escreve a Nely:

> As perseguições sempre rondaram Pa'i Chiquito, desde a pressão para a venda dos lotes até o Processo Judicial de Reivindicação de Posse movida por Mário Bagordache em 1985, alegando ser dono dos dois lotes. Pa'i Chiquito manteve-se firme na defesa do território conquistado pela CAND sem se retirar do local. Vê-se que ele foi o primeiro responsável pela luta em defesa das terras dos Kaiowá, tomando-o como exemplo os demais. Por mais de cinquenta anos, os Kaiowá permaneceram nesses dois lotes. E somente em 2005, conseguiram aumentar a área para 1.272 hectares; pretendendo, ainda, aumentarem o território. (Maciel, 2012 p. 132).

No livro Maciel aborda que a comunidade da aldeia Panambizinho nunca teve paz com a chegada da colonização, e sempre era amedrontada de forma direta e indireta pelos colonos. Com o objetivo de serem expulsos e retirados dos 60 hectares do Tekoha Panambizinho.

Em 2005, as famílias Pedro, Silva, Capilé, Concianza, Aquino, Jorge, Severino, Gonçalves e outras começaram a se mudar da retomada para seus territórios de origem, que foram tirados durante a época da CAND. Após a demarcação de um novo território em 2004, os indígenas da aldeia Panambizinho começaram, definitivamente, a se deslocar para essa nova aldeia em 2005. Assim o documento da terra indígenas do Tekoha Panambizinho, abaixo mostra:

Figura 13. Decreto de Demarcação da TI Panambizinho

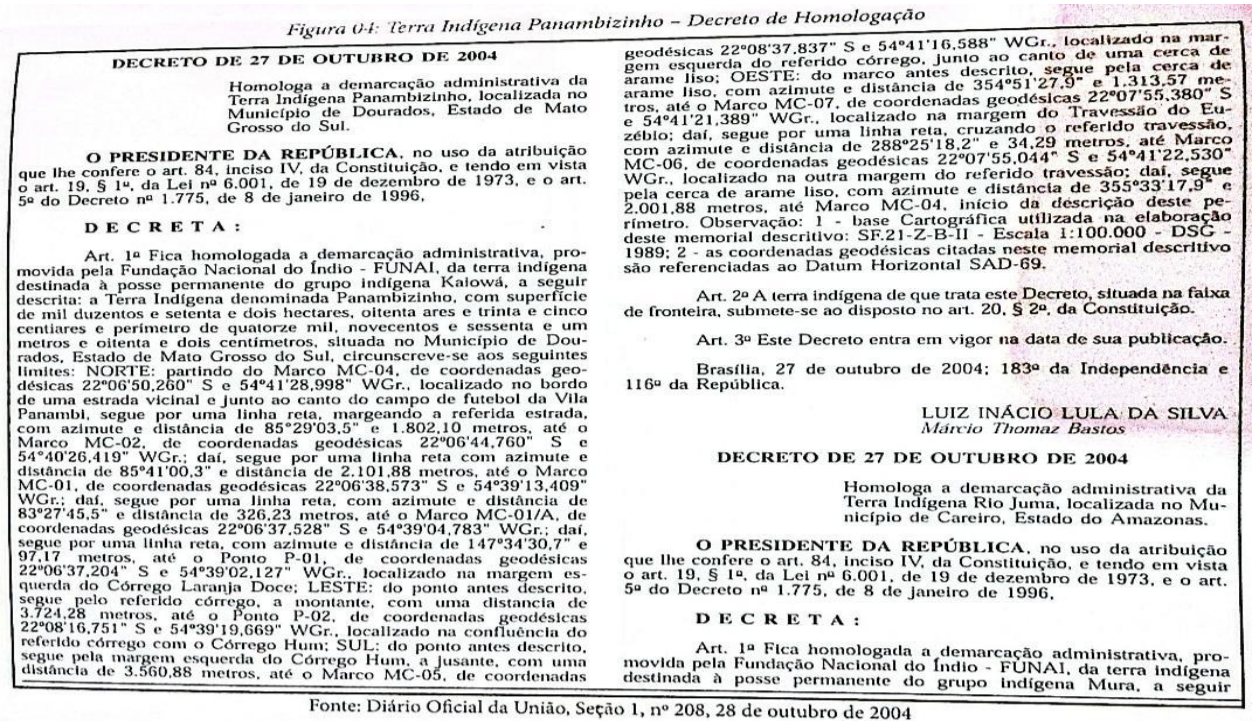


Figura 04: Terra Indígena Panambizinho – Decreto de Homologação

DECRETO DE 27 DE OUTUBRO DE 2004

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Panambizinho, localizada no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena Kaiowá, a seguir descrita: a Terra Indígena denominada Panambizinho, com superfície de mil duzentos e setenta e dois hectares, oitenta ares e trinta e cinco centiares e perímetro de quatorze mil, novecentos e sessenta e um metros e oitenta e dois centímetros, situada no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do Marco MC-04, de coordenadas geodésicas 22º06'50,260" S e 54º41'28,998" WGr., localizado no bordo de uma estrada vicinal e junto ao canto do campo de futebol da Vila Panambi, segue por uma linha reta, margeando a referida estrada, com azimute e distância de 85°29'03,5" e 1.802,10 metros, até o Marco MC-02, de coordenadas geodésicas 22º06'44,760" S e 54°40'26,419" WGr.; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 85º41'00,3" e distância de 2.101,88 metros, até o Marco MC-01, de coordenadas geodésicas 22º06'38,573" S e 54º39'13,409" WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 83º27'45,5" e distância de 326,23 metros, até o Marco MC-01/A, de coordenadas geodésicas 22º06'37,528" S e 54º39'04,783" WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 147º34'30,7" e 97,17 metros, até o Ponto P-01, de coordenadas geodésicas 22º06'37,204" S e 54º39'02,127" WGr., localizado na margem esquerda do Córrego Laranja Doce; LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo referido córrego, a montante, com uma distancia de 3.724,28 metros, até o Ponto P-02, de coordenadas geodésicas 22º08'16,751" S e 54º39'19,669" WGr., localizado na confluência do referido córrego com o Córrego Hum; SUL: do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do Córrego Hum, a jusante, com uma distância de 3.560,88 metros, até o Marco MC-05, de coordenadas geodésicas 22º08'37,837" S e 54º41'16,588" WGr., localizado na margem esquerda do referido córrego, junto ao canto de uma cerca de arame liso; OESTE: do marco antes descrito, segue pela cerca de arame liso, com azimute e distância de 354º51'27,9" e 1.313,57 metros, até o Marco MC-07, de coordenadas geodésicas 22º07'55,380" S e 54º41'21,389" WGr., localizado na margem do Travessão do Eu-zébio; daí, segue por uma linha reta, cruzando o referido travessão, com azimute e distância de 288º25'18,2" e 34,29 metros, até Marco MC-06, de coordenadas geodésicas 22º07'55,044" S e 54º41'22,530" WGr., localizado na outra margem do referido travessão; daí, segue pela cerca de arame liso, com azimute e distância de 355º33'17,9" e 2.001,88 metros, até Marco MC-04, início da descrição deste perímetro. Observação: 1 - base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SF.21-Z-B-II - Escala 1:100.000 - DSG - 1989; 2 - as coordenadas geodésicas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Horizontal SAD-69.

Art. 2º A terra indígena de que trata este Decreto, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de outubro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

DECRETO DE 27 DE OUTUBRO DE 2004

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Rio Juma, localizada no Município de Careiro, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena Mura, a seguir

Fonte: Diário Oficial da União, Seção 1, nº 208, 28 de outubro de 2004

Fonte: Chamarro, 2017;

Esses é um documento oficial da demarcação de terras indígenas Panambizinho, para os povos tradicionais do kaiowá do Tekoha Panambizinho é um troféu de sobrevivência um documento desse é marca de luta e de preservação de memória de ancestralidade do seu passado.

1.2 Algumas considerações sobre a Escolarização em Panambizinho

O processo de escolarização na antiga área do lote em que estavam reservados os indígenas de Panambizinho, que chamamos de aldeia velha, data de pelo menos a década de 1970, quando a

Missão Caiuá construiu uma igreja de alvenaria na aldeia Panambizinho no começo da evangelização, mas ao mesmo tempo usava o templo da igreja para alfabetização das crianças indígenas que eram alfabetizadas pela missionária. Na imagem abaixo, registrada em um ritual de Jerosy na década de 1995 a igreja que era usada para sala de aula, bem no fundo da foto.

Figura 14. Ritual do Jerosy com a escola ao fundo.



Fonte: Recorte da imagem do documentário Martírio de Vincent Carelli

A primeira pesquisadora que escreveu os primeiros registros sobre o grupo kaiowá da aldeia Panambizinho foi a dona Loraine Irere Bridgeman, que ouviu a pronúncia da língua kaiowá para escrever. Ela era uma missionária da Missão Caiuá, responsável pelos primeiros registros da língua Kaiowá.

Segundo informação do meu finado pai Sebastião Pedro, neto do Pa´i Chiquito, dona Loraine foi a primeira pessoa que ensinou a escrever às crianças que tinham interesse em aprender a escrever, sempre na língua materna. Com essa fala do meu pai está claro que ela foi a primeira professora informal a ensinar os indígenas kaiowá da aldeia Panambizinho. Mas na entrevista que ela deu para uma pesquisadora, Lourenço disse que nunca alfabetizou indígenas.

> Até fins da década de 50, não encontramos qualquer menção à educação escolar nos documentos manuseados junto aos índios Kaiowá do Panambi/Panambizinho. A partir de fontes orais, e do resultado de pesquisa na área da linguística, elaborado por uma missionária do S.I.L., é que vamos encontrar a comprovação do contato dos índios ali residentes com a cultura escrita, de forma sistemática. Consta no M/M 333 de 11 de maio de 1957, a apresentação dos lin-guistas Dale Ketzman, Loraine Bridgeman e Carolyn Bornan, procedentes de Oklahoma, E.U.A., para realizar tarefas de pesquisas das línguas faladas na região sul do então estado de Mato

> Grosso, especialmente junto aos Kaiowá Reserva de Dourados e em toda a jurisdição do Posto Francisco Horta. O referido memorando foi assinado pelo Chefe da I.R. n. 5, Sr. Érico Sampaio, sendo a apresentação recomendada pelo Sr. Chefe da S. E. e pelo Sr. Darcy Ribeiro. Não encontramos nenhum relatório sobre as possíveis pesquisas realizadas. Contudo, sabemos de sua existência, porque foram pesquisas realizadas para obtenção de títulos de pós-graduação nos E.U.A pela linguista Loraine Bridgeman. Até o fnal do ano de 2005, ela residia na Missão Evangélica Caiuá. Trata-se de uma senhora com idade bastante avançada, que, em fns do ano de 2005, voltou defnitivamente para os E.U.A. Quando questionamos D. Loraine, numa conversa informal, sobre a experiência que manteve com os índios do Panambizinho, ela alegou que sua memória se mostrava falha e os dados fornecidos oralmente eram pouco confiáveis. De qualquer forma, a sua presença junto àqueles índios aconteceu a partir do ano de 1957, continuando durante toda a década de 1960, por períodos intermitentes. (Lourenço, 2011, p.145).

Minha hipótese é de que, quando Lourenço entrevistou Loraine, já estava com bastante idade e não se recordava de todas as questões relacionadas a sua atuação na aldeia Panambizinho.

Com o decorrer do tempo a alfabetização na aldeia Panambizinho foi se transformando em uma escola formal. Com a Loraine veio a missionária da Missão Caiuá a pregar a evangelização ao mesmo tempo a alfabetizar na língua kaiowá também. Com a construção da igreja e barracão da Funai dentro da aldeia Panambizinho, essas construções de alvenaria foram usadas como sala de aula. Muitas crianças e adultos vão à igreja para a doação de roupa e comida, no mesmo tempo a missionária da missão Caiuá alfabetiza os adultos e crianças.

Essa história aconteceu mesmo sem os indígenas da aldeia Panambizinho soubessem de seus direitos a partir do estatuto do índio que foi criado no ano de 1973, assim escreveu Buratto.

> O Decreto nº 6.001, de 1973, criou o Estatuto do Índio com o objetivo de garantir a alfabetização dos indígenas "na língua do grupo a que pertença" (BRASIL,1973). E, em 1974, foi realizada uma ação conjunta entre MOBRAL-FUNAI e MEC-FUNAI visando à alfabetização entre diversos grupos indígenas (BURATTO, 2018, P.6).

Com esse decreto a escola no território indígenas no Brasil ganhou força, mas no Tekoha (Lugar onde vive), Panambizinho já tinha começado a escola informal dirigido pela missionária da Missão Caiuá da Igreja Presbiteriana Evangélica. O professor Misael que estudou e presenciou a alvenaria da igreja da missão, ele desenhou da memória. Desenho abaixo.

Figura 15. Desenho do Misael das escolas antigas



Fonte: Misael Concianza Data: 10/04/2025

O desenho à esquerda é a primeira casa de alvenaria da Igreja da Missão Caiuá que foi usado para sala de aula, para alfabetizar os indígenas da aldeia Panambizinho. Desenho à direita é o barracão desativado da Funai, que foi usado para uso de cozinha e tem separação para uso de sala de aula.

Considerando a Funai, encontramos um registro no ano de 1981, no relatório de viagem dá expedido pelo senhor Benedito Délcio Marostergan, engenheiro agrimensor do Departamento Geral de Patrimônio Indígena DGPI/FUNAI que ao descrever a infraestrutura do acampamento aponta que:

> uma pequena enfermaria, na qual o atendente é o Sr. Deoclides Correa Lulu. Funciona uma sala de aula com 45 alunos com Professor da FUNAI, Francisco Bezerra da Silva. Panambizinho é (ilegível) perto PI Panambi onde existem: 01 Trator, 01 Pick-up, 01 Semeadora e Adubadora 01 arado - 4 discos, 01 grade - 18 discos, 01 trilhadeira, 01 carreta agrícola, 01 cultivador 01 pulverizador. Panambizinho é atendido pela Cantina Reembolsável do PI Panambi.
> (Relatório de Viagem DGPI/FUNAI, 1981)[5].

Posteriormente, também na década de 1980 a Missão Caiuá tentou levar crianças para o internato para estudar, mas não deu certo por motivo de as crianças não aceitaram a religião Presbiteriana, além disso, houve desconforto com o internato uma vez que só poderiam visitar suas famílias nas férias. Com a dificuldade de levar crianças para outros espaços escolares, a Funai construiu um posto indígena e uma sala para escola que funcionava de forma multisseriada, além de

[5] Documento acessado em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-de-viagem-aldeia panambizinho na data: 17 de agosto de 2024.

uma sala para cozinha separada da cantina da escola. Até então naquele momento muitas crianças iam para escola vizinha que tinha no distrito de Panambi, mas não completavam os estudos principalmente pela dificuldade linguística e questões de preconceito dos filhos de colonos.

A professora da escola da aldeia Panambizinho na época da escola do posto da Funai era filha dos colonos que ensinava os indígenas a falar em português, os alunos desde a entrada para sala de aula tinham que se comunicar em português com todos colegas e quem desobedecia era colocada de castigo em cima de milho debulhado ou apanhava de vara das árvores de amoras. Com isso muita evasão escolar acontecia, uma vez que as crianças não gostavam dos castigos físicos, e alguns fugiam para trabalhar na fazenda da região, como catar algodão ou catar mato no meio da soja. Contudo, na época a "aldeia velha", todos se conheciam, uma vez que não tinham como sair e ir para outros lugares, logo quando um estudante faltava a escola, a professora ia na casa buscar e até convencer a mãe a mandar de volta à escola.

Nessa época, a aldeia Panambizinho não tinha o atual ensino fundamental II e nem ensino médio, só tinha até na antiga 4ª série, o relato do Abrão que entrevistei que era um estudante das primeiras turmas quando começou a implantação da escola.

O Abrão Concianza é vigia da escola da aldeia Panambizinho ele relatou que:

> quando tinha 6 anos, comecei a me alfabetizar na aldeia Panambizinho. A escola era improvisada embaixo de árvores, depois passou a ser embaixo da casa de sapé. O sapé foi feito por indígenas a pedido do Lauro Concianza que na época era capitão da aldeia depois do Pa´i Chiquito e o Lauro era o genro do Chiquito. A casa de Sapé era administrada pela igreja da missão caiuá que fornecia o banco para sentar e ao mesmo tempo escrever em cima o caderno em cima do banco, caderno e lápis a igreja trazia e Funai também ajudava no material escolar e livro era tudo escrito em português e a gente não sabem quem fornecia os livros. Os professores eram funcionários da Funai, que o nome dele era Chaga (Francisco Bezerra da Silva), que o indígenas conhecia, outra professora era Zeni Nogueira era filha do colono quando ela faltava o substituto dela era Quitéria, também era não indígenas, essas duas professoras eu não sei por quem era contratada (Concianza 2025).

Essa versão da escola foi administrada pela a igreja, Funai e Prefeitura de Dourados-MS, a Neuza Alziro Jorge liderança atual da aldeia Panambizinho relatou também que estudou com o Abrão, a mesmo relatado pelo Abrão a Neuza também relatou que está no começo do texto.

E no distrito de Vila Panambi os indígenas tinham receio de estudar, pois tinham que comprar material escolar e as crianças também sofriam muito preconceito e discriminação, pois a escola não aceitava que os indígenas se expressassem e se comunicassem com a sua língua materna. Muitos alunos indígenas desistiram de estudar na escola, devido a essa situação, e muitas vezes os pais também não tiveram condição financeira para manter os filhos na escola.

Como muitos jovens meninos iam trabalhar na usina de álcool para cortar cana, na época a usina não exigia a documentação por isso os meninos indígenas iam cedo a trabalhar na usina, as meninas que concluíam seus estudos na 4ª série casavam bem cedo e também não continuavam seus estudos.

Segundo a professora Veronice Rossato[6] no ano de 1985, uma moça filha do capitão Nelson Concianza chamada Fineida Concianza foi participar da formação de professores indígenas na aldeia Tey´ikue, município de Caarapó. Essa formação ministrada pela professora Veronice aconteceu a partir do Conselho Indígena Missionário (CIMI).

Veronice informa que essa formação foi a primeira tentativa de trabalho coletivo para oficinas de formação de professores e professoras voltados especificamente para indígenas realizada pelo CIMI. Contudo, no caso de Fineida, seu objetivo era voltar no Panambizinho para dar a aula em língua materna.

Conversei com a Fineida no ano de 2025. Ela é a segunda filha do Senhor Nelson Conciaza que o pai foi liderança indígena da aldeia Panambizinho até a demarcação de Terra Indígena no ano de 2004. A dona Fineida conta que, quando ela tinha 16 anos, foi convidada a participar do primeiro curso de magistério que foi realizado com apoio de indígenas como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), e outras instituições de apoiadores da formação dos professores indígenas.

Segundo informação da dona Fineida, ela começou a primeira etapa de formação de professores na capela da Igreja do Distrito de Vila São Pedro, Município de Dourados. Depois teve etapas de formação em campo, na aldeia Te´y kue, Município de Caarapó. Ela se recorda que as aulas presenciais sempre foram no distrito de Vila São Pedro. Um dos colegas de turma que se recorda foi o Valdomiro e Crispim, de Amambai e Caarapó, que são reconhecidas lideranças entre os professores indígenas.

Na formação, ela comenta que sempre foi enfatizado que os professores deveriam ministrar aulas na língua materna, devendo também alfabetizar as crianças indígenas na sua língua materna. Por essa razão, a dona Fineida informa que os professores dos cursos sempre ensinam os cursistas a desenvolver métodos para ensinar as crianças as suas tradições e cultura: como árvores genealógicas ou descobrir o nome das árvores para doença e nome dos animais que habitam na nossa região.

Na volta para aldeia Panambizinnho ela conta que foi a primeira indígena a ser contratada para dar as aulas, mas que logo depois foi impedida de continuar como professora, em virtude de algum conflito interno entre as parentelas. Fineida relata que as famílias de oposição ao Nelson

[6] Conversa informal realizada no mês de outubro de 2023 com Veronice Rossato, professora da Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul, professora do Magistério Ára Vera.

Concianza, arrombaram as portas da escola que era ainda no barracão da FUNAI, momento em que teria sido levado todas as merendas dos alunos e que ela teria sido responsabilizada por tal evento sendo acusada de desviar as merendas escolares. Em virtude disso a secretaria municipal da educação acabou afastando-a das atividades de docência.

Segundo o que conta Fineida, ela não pode mais retornar a escola como professora, pois com a oferta do Curso Ára Vera, esta primeira formação não foi mais reconhecida pela prefeitura como uma "formação oficial". Fineida relata ainda que em virtude da acusação que sofreu ela acabou perdendo a vaga para participar do Ára Vera, que por conta disso foi indicado Misael Concianza e Anardo Conciaza para o curso de formação de professor no Àra Vera.

> E quem indicou esses dois foi o Valdomiro Aquino por ser seu cunhado. Se não fosse armação para mim eu já estaria aposentada como professora. Mas a minha mãe também me impediu de continuar o curso, por motivo de boato que fala para ela, disse que vou no curso só para transar e disse que ia ter filhos sem pai, por essa razão também minha mãe não deixou eu continuar o curso, mas até hoje me arrependi de não ter terminado o curso. (Concianza, 2025).

Figura 16. Registro da conversa com Fineida Concianza

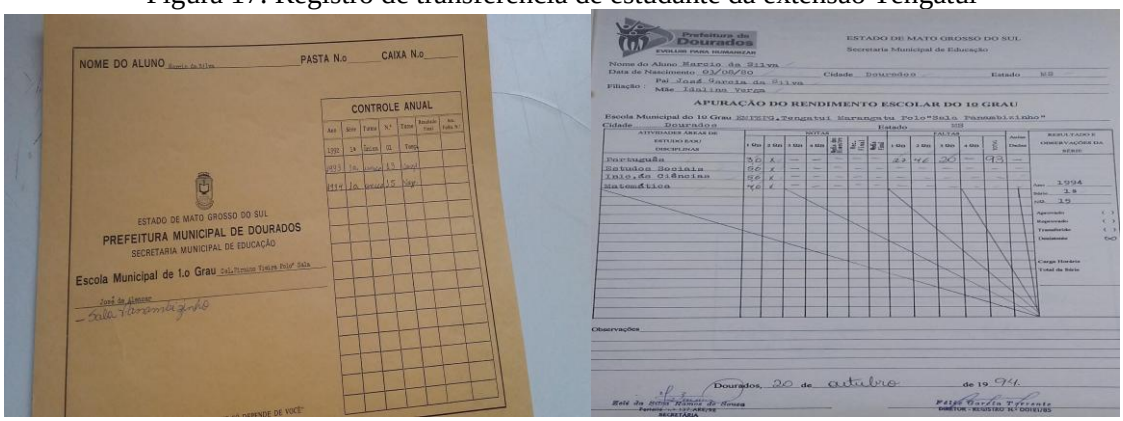


Fonte. Registro pessoal realizado no dia da conversa com Fineida Concianza dia 17 de julho de 2025

Assim somente, no ano de 1990 que começou a vir professores indígenas de outras aldeias como missionário da missão para ministrar aulas, isso ocorreu também porque aumentaram o número de alunos na escola, nesse período que a escola da aldeia Panambizinho teve extensão da escola Municipal Tengatuí Marangatu da Reserva Indígenas de Dourados tiveram com uma sala e

cozinha.

Figura 17. Registro de transferência de estudante da extensão Tengatuí



Fonte: Abrisio Silva Pedro Data: 13/09/2023

Este documento mostra que a escola teve a sala de extensão na aldeia Panambizinho mesmo que a escola não tivesse seu gestor próprio na aldeia.

E foi no ano de 2000 que indígenas nascidos na aldeia Panambizinho tiveram oportunidade de fazer curso de normal médio de Ára Vera, este curso em nível de magistério realizado pela Secretaria Estadual de Educação cujo objetivo é formar profissionais indígenas para atuarem em anos iniciais, curso específico para os indígenas Guarani e Kaiowá, com duração de quatro anos.

Naquele momento, dois estudantes de Panambizinho Misael Concianza e Anardo Concianza fizeram parte da primeira turma do curso que iniciou em 1999.

> Neste período, em meio à construção da política por uma educação escolar indígena, em consonância com as aspirações dessa comunidade surge a primeira escola indígena do município, que passou a ser denominada de Escola Indígena Pai Chiquito - Chiquito Pedro, na Terra Indígena do Panambizinho. Surgem também, através dos cursistas do Ara Verá, Arnaldo e Misael, muitas perguntas em relação ao território, seus costumes, sua cultura, sua espiritualidade. Assim, esses dois moradores do Panambizinho foram os primeiros indígenas a iniciarem a escrita da história desse território, pois antes eram somente os karaí quem as escreviam. E desse modo, observando a terra machucada, triste, nua e que não lhes daria condições de vida longa, esses dois pesquisadores do Panambizinho buscaram parcerias e também a execução das políticas públicas oferecidas pelos governos e por entidades parceiras. (Peralta, 2022, p. 15).

Esses dois irmãos Misael e Anardo no futuro foram efetivados como professores da aldeia Panambizinho na Escola Municipal Indígenas Pa´i Chiquito Pedro.

Posteriormente, em 2001, outros três indígenas foram estudar na missão Caiuá, Eu, Fábio Concianza e Voninho da Silva Concianza. No livro do Professor Pedro, ele relata quando cheguei

para estudar na Missão Caiuá.

> Dourados, 2001. Naquele ano chegaram para morar no acampamento três adolescentes vindos da aldeia Panambizinho, e esses três também marcaram muito minha vida. Falantes da língua kaiwá eu aproveitava para treinar com eles um pouco no quesito língua oral, esses treinos foram muito importantes para mim porque me ajudaram muito a conhecer melhor a língua e a cultura kaiwá. Seus nomes eram Fábio, Voninho e Abrísio. Este último é conhecido nacionalmente porque estrelou o filme "Terra Vermelha", ele foi o ator principal o que lhe rendeu muito prestígio e até viagens para fora do país, mas isso aconteceu quando ele já era maior de dezoito, em 2001 ele tinha apenas doze anos. (Ferreira, 2021, p.155).

Esse foi o relato escrito no livro de Biografia do professor missionário Pedro Ferreira da Missão Caiuá, que foi lançado no ano de 2021. Contando um pouco da minha vida quando estava estudando no internato da Missão Caiuá. A foto de baixo na esquerda na segunda deitado na cama sou eu lendo o livro de Dragon Ball Z, quando comecei a morar na Missão Caiuá para estudar.

Figura 18. Os três estudantes de Panambizinho na escola da Missão



Fonte: Arquivo pessoal de Gilson Ferreira, Data: 2001

O estudo na Missão Caiuá era em regime de internato, os alunos que foram estudar lá, só vieram nas férias de julho para visitar a suas famílias. No ano 2004 conclui a antiga 8ª série, mas como na missão não tinha o ensino médio, voltei à minha aldeia. Um dos meus colegas, o Voninho foi estudar o ensino médio comigo na escola agrícola e depois alguns meses voltou a morar na

Missão, mas foi estudar na cidade de Dourados na escola Getúlio Vargas, e outro Fábio foi fazer magistério de nível médio Ára Vera na Capela Batista.

Em 2002 a aldeia Panambizinho entrou na retomada e começou a atrapalhar a aula na escola. Porque os colonos não deixavam que passasse a professora que morava na cidade de Dourados para dar a aula, e por essa razão o cursista do Ára Vera teve oportunidade de dar a aula.

Como tinha muitos alunos concluídos a 4ª série muitos estudantes iriam ficar sem estudar, com essa razão a comunidade conversou com prefeitura, na época do prefeito Laerte Tetila, para conseguir o transporte escolar levar as meninas da retomada para a Escola Rosa Câmara de Dourados e os meninos são levados para Escola agrícola Padre André Capelli que fica localizada na rodovia Gumercindo Pimenta dos Reis (MS-379), km 1, no acesso ao distrito de Panambi.

A partir da retomada também em 2004, a escola foi construída e tinha aumentado mais salas e juntos conseguiram pôr 5ª a 8ª série (na época), assim a comunidade decidiu colocar o nome em homenagem a o fundador da aldeia Panambizinho Pa´i Chiquito como nome da escola. Como os alunos que estudaram na escola Agrícola e na escola Rosa Câmara tinha muita evasão escolar por motivo de discriminação língua ou por ter morado na área de retomada, até motorista do transporte falavam para eles que eles estavam invadindo a terra dos outros e que deveriam voltar para 60 hectares.

Até este momento, apenas alguns poucos alunos conseguiram concluir a 5ª série na Escola Rosa Câmara devido às dificuldades em se adaptar e compreender as aulas ministradas na língua portuguesa. Isso também ocorreu pelo estranhamento de turmas com mais de 40 estudantes. A mesma situação ocorreu na Escola Agrícola, onde alguns conseguiram concluir a 5ª série, enquanto outros avançaram para a 6ª série. No entanto, muitos desistiram devido à necessidade de dormir no alojamento de segunda a sexta-feira. A preocupação dos alunos era com a segurança no alojamento e com a possibilidade de invasões e conflitos no barraco da retomada, o que também contribuiu para a desistência.

Na escola Rosa Câmara, as alunas indígenas enfrentaram zombarias por parte dos alunos brancos devido ao corte de cabelo tradicional. Isso ocorria porque as moças indígenas Kaiowá da Aldeia Panambizinho costumavam ficar em casa por uma semana quando passavam da infância para a adolescência (reclusão, a chegada da primeira menstruação) e cortavam o cabelo depois desse período. Também era proibido para elas consumir certos alimentos, exceto aqueles que eram oferecidos a Ñanderu para rituais de oração (ohovasa) antes de poderem comê-los ou consumir carne. A Escola Rosa Câmara não estava preparada para lidar com essa realidade e proporcionar um ensino diferenciado aos alunos indígenas da Aldeia Panambizinho.

Quando a 5ª e a 6ª séries foram abertas dentro da Aldeia Panambizinho, muitos alunos que haviam abandonado a Escola Agrícola e a Escola Rosa Câmara se matricularam na nova escola. Todos os professores da 5ª à 8ª série eram brancos, com exceção da disciplina de língua materna, que era ministrada pelo professor indígena Cajetano Vera da aldeia Pirajuí efetivado da escola Municipal Tengatuí Marangatu que ministrava aulas de língua Kaiowá. Isso aconteceu após um pedido das comunidades, que foi aceito pelo Secretário da Educação do prefeito Laerte Tetila na época.

Mesmo com a escola da aldeia Panambizinho sendo aberta, a escola não tinha seu Prójéto Pedagógico Curricular próprio, foi seguindo o que vinha da SEMED (Secretaria Municipal de Dourados), assim disse o professor Fábio Concianza, até que a escola tivesse seu próprio Projeto Pedagógico. Mas quando começou o Projeto Pedagógico ser finalizado, aconteceu que a coordenadora Valdelice Veron se mudou para Missão Caiua com problema pessoal e perdeu esse rascunho de Projeto Pedagógico. E a escola tinha que se sentar de novo com a nova coordenadora a terminar. Por essa razão a escola sempre foi seguindo o parâmetro SEMED das escolas não indígenas.

Em 2007, a primeira turma concluiu a 8ª série na Aldeia Panambizinho no ensino fundamental II. No entanto, surgiu outro problema: não havia ensino médio na aldeia, apenas a vila vizinha Panambi tinha o ensino médio. Os alunos indígenas da aldeia começaram a reivindicar a criação de um ensino médio na própria aldeia, já que pessoas da vila vizinha estavam revoltadas ainda com a demarcação da terra indígenas da aldeia Panambizinho, por esse motivo os alunos não quiseram ir estudar no distrito Panambi e a escola vila Panambi não quis também implantar extensão do ensino médio na aldeia. O argumento do diretor da Escola Estadual Dom Aquino Corrêa da época disse que a extensão ia ficar muito perto da escola vila Panambi e não tinha lógica de colocar extensão na aldeia. A Escola Estadual Getúlio Vargas, localizada em Vila Vargas, foi a escola que concordou em estender sua oferta educacional para a aldeia.

Em 2009 a comunidade, liderança, pai e mães dos alunos da aldeia Panambizinho se reuniram e chamaram o Ministério Público Federal (MPF) para ter diálogos para encontrar a solução para ter ensino médio na aldeia. No mesmo ano, a Escola Estadual Getúlio Vargas concordou em abrir extensão na aldeia conforme documento elaborado e solicitado pela comunidade de aldeia Panambizinho para o MPF em Dourados.

Figura 19. Ata da reunião entre o MPF e os moradores da aldeia Panambizinho

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS
Rua Major Capilé, 1.590 – Centro – Dourados/MS – CEP: 79805-010 – Fone: (67)3411-1700 – Fax: (67)3411-1731

Dourados, 01 de março de 2010.

ATA DE REUNIÃO COM A COMUNIDADE DE PANAMBIZINHO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

No dia 1° de março de 2010, compareceram ao Edifício-Sede da Procuradoria da República em Dourados, Comissão composta por representantes da Comunidade Indígena de Panambizinho, a Diretora da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito Cheiquito Pedro, a Coordenadora e Professora do Ensino Médio, a Chefe do Setor de Educação da FUNAI. Diante mim, Marcos Homero Ferreira Lima, analista pericial, que digitei, narraram fatos atinentes ao funcionamento da educação escolar no ensino médio daquela comunidade.

Palavra franqueada aos presentes, narraram que as aulas da nova turma do 1° ano do ensino médio na escola Pa'i Chiquito Chiquito Pedro relativas ao ano letivo de 2010 ainda não se iniciaram. Esclareceram que a turma do 1° ano iniciado em agosto de 2009 está funcionando regularmente. O problema que se afigura consiste na nova turma do ensino médio que deveria ter se começado no início de fevereiro de 2010 – dia 08, tal como as demais Escola Estaduais em Dourados.

Explicaram que, em 16 de dezembro último, MÁRCIA e

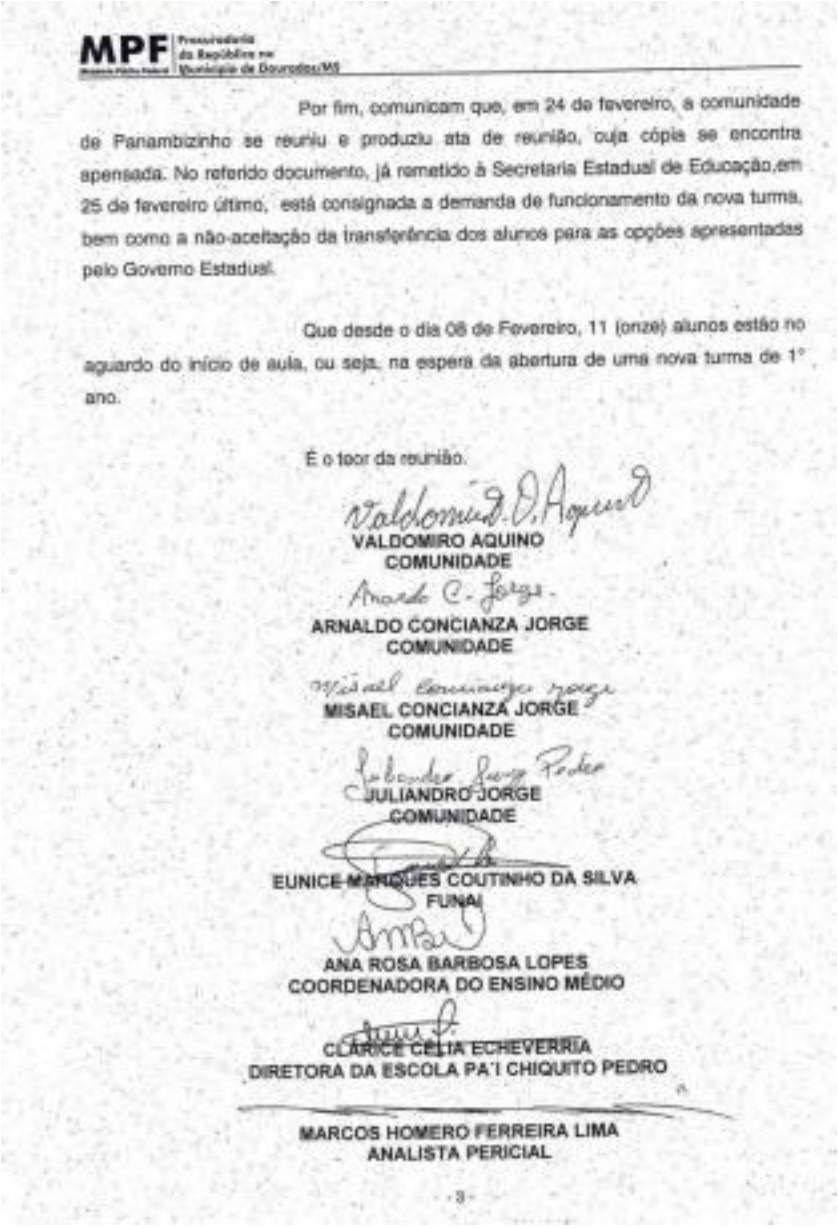
ALFREDO, ambos servidores da Secretaria Estadual de Educação, acompanhados da Supervisora Técnica de Educação de Dourados (Professora Aparecida) , compareceram à Terra Indígena Panambizinho, comunicando que a turma de 1º ano iniciada em agosto de 2009 teria duas opções, a saber: 1) os alunos seriam transferidos para a escola-pólo no Distrito de Vila Vargas; 2) os alunos estudariam na Escola Agrícola André Capeli. Para ambas as opções a Secretaria Estadual de Educação forneceria o transporte. A comunidade se manifestou contrariamente às ofertas.

A comunidade informou, através de ata de reunião remetida à Secretaria, a não aceitação.

No início do ano corrente, verificou-se a necessidade de criação de uma nova turma de 1º ano do Ensino Médio. A Diretora Cleide Garcia da Escola Pólo Presidente Getúlio Vargas, na Vila Vargas, procedeu à ligação telefônica para a "Pasta da Diversidade" da Secretaria Estadual de Educação, a fim de comunicar a nova demanda. A resposta ao telefonema deu conta de que a Secretaria Estadual de Educação não autorizaria a criação de nova turma na Terra Indígena Panambizinho. Outrossim, caso os alunos indígenas da nova turma quisessem continuar os estudos do Ensino Médio teriam que se deslocar para a Vila Vargas, a Vila Panambi, ou a escola Agrícola André Capeli.

A Secretaria Estadual de Educação alegou para a negação da demanda da comunidade fatos diversos: 1) o número insuficiente de alunos (o que não condiz com a realidade exposta pela comunidade indígena de Panambizinho); 2) o não-cumprimento do acordo/convênio realizado em meados de 2009 para a abertura do ensino médio naquela comunidade (a exemplo, do MPF que falhou na remessa dos documentos encaminhados pelo Governo do Estado para análise posterior pela Secretaria Municipal de Educação).

Quando representantes desta Comissão entraram em contato com a Secretaria Estadual de Educação, foram informado que se os índios de Panambizinho quisessem ter uma nova turma de 1º ano do Ensino Médio " que procurassem seus direitos".



MPF Procuradoria da República no Município de Dourados/MS

Por fim, comunicam que, em 24 de fevereiro, a comunidade de Panambizinho se reuniu e produziu ata de reunião, cuja cópia se encontra apensada. No referido documento, já remetido à Secretaria Estadual de Educação,em 25 de fevereiro último, está consignada a demanda de funcionamento da nova turma, bem como a não-aceitação da transferência dos alunos para as opções apresentadas pelo Governo Estadual.

Que desde o dia 08 de Fevereiro, 11 (onze) alunos estão no aguardo do início de aula, ou seja, na espera da abertura de uma nova turma de 1° ano.

É o teor da reunião.

VALDOMIRO AQUINO
COMUNIDADE

ARNALDO CONCIANZA JORGE
COMUNIDADE

MISAEL CONCIANZA JORGE
COMUNIDADE

JULIANDRO JORGE
COMUNIDADE

EUNICE MARQUES COUTINHO DA SILVA
FUNAI

ANA ROSA BARBOSA LOPES
COORDENADORA DO ENSINO MÉDIO

CLARICE CELIA ECHEVERRIA
DIRETORA DA ESCOLA PA'I CHIQUITO PEDRO

MARCOS HOMERO FERREIRA LIMA
ANALISTA PERICIAL

- 3 -

Fonte: Ministério Público Federal de Dourados-MS, ata da Reunião na comunidade indígena da aldeia Panambizinho.

Cabe observar que durante estes anos, entre 2007 e 2008, até a abertura do Ensino Médio alguns estudantes estavam sem estudar e enquanto outros estavam na vila estudando com má vontade em virtude de preconceito direto e indireto do branco na escola da vila Panambi.

Ao longo desse processo de construção da escola indígena na aldeia Panambizinho, a Secretaria da Educação de Dourados tentou fechar a Escola Pa'i Chiquito devido ao baixo número de alunos. Segundo informação da professora de Matemática Ivanuza da Silva Pedro, em conversa com ela, foi informado que, no ano de 2018, durante a gestão da prefeita Délia Razuk, a então

Secretária de Educação, Ana Paula Benitez Fernandes, convocou a liderança Valdomiro Aquino, da aldeia Panambizinho, e alguns professores para acompanhar uma reunião em que foi apresentado um projeto oral para deslocar os alunos da Escola Pa'i Chiquito para outras escolas, com o objetivo de fechar definitivamente a escola. Segundo a proposta apresentada, a escola somente seria reaberta caso aumentasse o número de alunos, sendo que os funcionários efetivos também permaneceriam na escola.

No entanto, esse projeto não foi registrado por escrito. A Secretaria de Educação informou que, caso houvesse aumento no número de alunos, a Escola Pa'i Chiquito poderia ser reaberta. Entretanto, a liderança e os representantes que estavam presentes na reunião não concordaram com a proposta. A justificativa apresentada pela Secretaria de Educação era de que havia muitos funcionários para poucos alunos, e também foi mencionado que o Ministério Público questionava os gastos públicos com uma quantidade reduzida de estudantes.

Diante dessa situação, a liderança e os professores presentes na reunião decidiram que a Secretaria de Educação deveria apresentar essa proposta pessoalmente aos pais dos alunos. A Secretaria concordou e foi até a aldeia Panambizinho para conversar com os pais e mães. Entretanto, os pais e mães não concordaram com o fechamento da escola. Por esse motivo, a Escola Pa'i Chiquito continuou funcionando, mesmo com um número reduzido de alunos, permanecendo em funcionamento até os dias atuais.

No entanto, graças à persistência das comunidades locais, a escola continua funcionando, embora com um número reduzido de alunos. Isso ocorre porque a população da aldeia Panambizinho tem crescido lentamente, e algumas famílias optam por enviar seus filhos para a escola no distrito de Panambi devido à preferência por professores não indígenas, do que professores indígenas que se formaram no curso do Ára Vera e na licenciatura do Teko Arandu.

Alguns pais alegam que a educação oferecida pelo curso de formação de professores Guarani Kaiowá Ára Vera e pela Faculdade Intercultural Indígena na UFGD, é desqualificada e inferior, preferindo que seus filhos frequentem escolas na cidade, acreditando que isso oferece uma educação de melhor qualidade. As autoras Moura e Santos explicam no capítulo do livro que A Formação Específica no Magistério Indígenas no Ará verá e Teko Arandu traz formação específica:

> A entrada em um curso específico, como a Licenciatura Intercultural *Teko Arandu,* parece se constituir também como um importante mecanismo de reafirmação da identidade étnica. Ainda que a lógica de produção da identidade kaiowá e Guarani tenha sido caracterizada por processos históricos pautados na colonialidade, é possível perceber na narrativa das interlocutoras que, após a

> formação específica, no *Ará Verá* e/ou no *Teko Arandu*, as identidades étnicas são reafirmadas em detrimento da lógica assimilacionista, que compunha suas trajetórias. (Santos; Moura, 2022, p. 256)

Essa informação reforça que a educação diferenciada nas escolas indígenas é importante para o povo indígenas Guarani Kaiowá do Cone-Sul do Mato Grosso do Sul, que prevalece seu costume étnico e sua preservação de língua materna no seu Tekoha através da contribuição da universidade.

Atualmente, observa-se que muitos alunos que estudaram na escola indígena estão na faculdade, enquanto a maioria daqueles que estudaram na Vila Panambi tendem a abandonar seus estudos e se envolver com o alcoolismo.

Na conversa com o ex-aluno da Escola Municipal Dom Aquino Corrrea do distrito Panambi, com Jeanlex Martins Pedro com idade de 26 anos. Ele informou que estudou a maior parte da sua vida na escola do distrito Panambi. A mãe do Jeanlex sempre colocou na sua cabeça que a escola da cidade que vai dar futuro melhor, ao contrário da escola da aldeia, que não vai dar o futuro melhor, porque ensinar na língua materna na visão da mãe dele, isso atrasa na formação dos indígenas.

Desde a pré-escolar o Jeanlex estudou na vila, se adaptou, a informação que ele falou, nunca teve formação sobre as questões indígenas, apenas ouviu na história sobre indígenas quando fala no descobrimento do Brasil.

O gestor da Escola Dom Aquino nunca tratou mal ele, por motivo de não querer perder o estudante. Quando estava na 8ª série ele desistiu, por motivo de seu pai foi na escola alcoolizado entrou na sala de aula, na aula de ciências, que os colegas Mbairy da sala dele se assustaram todos. Com tanta vergonha que ele ficou, o Jeanlex pegou sua mochila e saiu pela porta da escola pegou carona com um indígena que estava passando por lá e nunca mais voltou a estudar.

Agora trabalha como diarista quando acha, mora com a avó quando ganha dinheiro, a primeira coisa que compra é bebida alcoólica. O Jeanlex pretende voltar a estudar, mas está sem apoio financeiro das famílias.

Muitos igual Jeanlex estão na escola do mbairy por força da mãe, mas não por vontade própria. Vejo que muitos alunos que estudaram na vila e que estão nesta situação. As mães indígenas da aldeia Panambizinho desvalorizam a formação que passa pelo Ára Verá e Teko Arandu.

A partir desta questão, da forma como os pais e mães dos alunos percebem os cursos do do Ára Verá e do Teko Arandu, me levou a fazer TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), sobre trajetos de educação escolar do professor Eliel Benites. Que passou por ambos os cursos normal médio Ára Verá e na graduação pela Licenciatura Intercultural do Teko arandu. Hoje ele é mestre e doutor na área de ciências da natureza, concursado como docente na FAIND-UFGD e atualmente atua no Ministério dos Povos Indígenas.

> Eliel tem sido como um espelho, sobretudo para os jovens e as jovens indígenas kaiowá e guarani. A motivação que me levou a escolher este tema foi mostrar que a trajetória de formação do Eliel foi exitosa, apesar de muitos segmentos, inclusive indígenas que não acreditarem na formação específica e diferenciada dos cursos Ára Vera e Teko Arandu, atribuindo a eles uma desvalorização apenas pelo fato de que não seguem o padrão estabelecido pelo sistema escolar e acadêmico. Quero mostrar a grande contribuição destes cursos para a formação dos professores indígenas Guarani e Kaiowá, com qualidade e valorização dos nossos conhecimentos, enquanto saberes plenamente aptos a colocar-nos no mesmo patamar de qualquer acadêmico, além de nos mostrar os demais conhecimentos necessários ao enfrentamento do mundo contemporâneo. (Pedro (c), 2022, p. 7).

Aqueles que passaram pelo processo de educação indígena específica e diferenciada na escola indígena Pa'i Chiquito sentem um grande orgulho, pois a escola os acolheu e proporcionou um ensino de qualidade. Hoje, eles se consideram resultado dessa escola.

A Extensão da Escola Estadual Getúlio Vargas com Escola Pa´i Chiquito Pedro da Aldeia Panambizinho continua até hoje, os alunos que passaram pela escola municipal Pa´i Chiquito e extensão da Escola Getúlio Vargas já estão no mestrado, outros no Doutorado. Como registro traço os exemplos colhidos até 2024: Eu Abrisio Silva Pedro mestrando na Universidade Federal de Grande Dourados Programa de Pós- Graduação em História (UFGD-PPGH), Fábio Concianza graduado pela FAIND e Mestre pela Universidade Federal de Grande Dourados no Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (UFGD-PPGT), Geisabel Veron graduada pela FAIND e mestra pela Universidade Federal da Grande Dourados no Programa de Pós Graduação em Educação e Territorialidade (UFGD-PPGT), Marildo da Silva Pedro graduado pela Faind e Mestre (FCBA -UFGD) e Doutorando na Universidade Federal da Grande Dourados no Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Meio Ambiente (UFGD PPGBMA), Luciana Aquino Concianza graduada pela FAIND, mestra pela Universidade Federal da Grande Dourados no Programa Pós-Graduação de Educação e Territorialidade (UFGD PPGT) e recente entrou na Doutorada na Universidade Federal da Grande Dourados no Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Meio Ambiente (UFGD PPGBMA) , Ivanuza da Silva Pedro graduada pela

FAIND e Mestra pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Programa de Pós - Graduação em Educação Científica e Matemática (UEMS-PROFECM) e Doutoranda na Universidade Estadual de Maringá (UEM-PCM), no estado de Paraná.

Esses são ex-alunos que passaram pela educação escolar indígenas da aldeia Panambizinho, o futuro é construir a escola do ensino médio na aldeia. Ser a escola indígena do ensino médio do jeito indígena, ser o professor, gestor, faxineiro e vigia de todos indígenas na aldeia Panambizinho, com a visão do Kaiowá reko (jeito). Contudo, esse histórico mostra que a escola na aldeia Panambizinho produziu sim resultados positivos e, embora as dificuldades, os avanços e retrocessos existem sim coisas a se orgulhar.

Cabe ressaltar ainda que encontramos algumas dificuldades para continuar a pesquisa como: transpor e repassar a língua local para perguntar o objetivo da pesquisa nas conversas com os moradores de Panambizinho ou reunir uma documentação para além dos relatos orais sobre o processo de escolarização que ocorreram em Panambizinho.

Quadro 01. Os principais fatos sobre o processo de escolarização em Panambizinho

Ano	**Acontecimento**
Década de 1970	Sala de aula da Escola da Missão Caiuá
1981	Registro de funcionamento de uma sala de aula mantida pelo Posto da FUNAI de Panambi Lagoa Rica
1985	Fineida Concianza participou de curso de formação do CIMI, sem reconhecimento pela prefeitura de Dourados
1999	Misael e Anardo Concianza frequentaram a segunda turma do Curso Ará Vera
2001	Eu, Fábio Concianza e Voninho da Silva Concianza fomos estudar o ensino fundamental II na escola da Missão Caiuá - Francisco Meireles
2002	Com a retomada da aldeia, tiveram a dificuldade de professores não indígenas irem dar aula na aldeia.
2004	Funcionamento da Escola Pa'i Chiquito
2007	Formação da primeira turma do Ensino Fundamental na Escola Pa'i Chiquito
2009	Funcionamento de extensão do Ensino Médio na aldeia - E.E Presidente Getúlio Vargas

Quadro elaborado pelo autor.

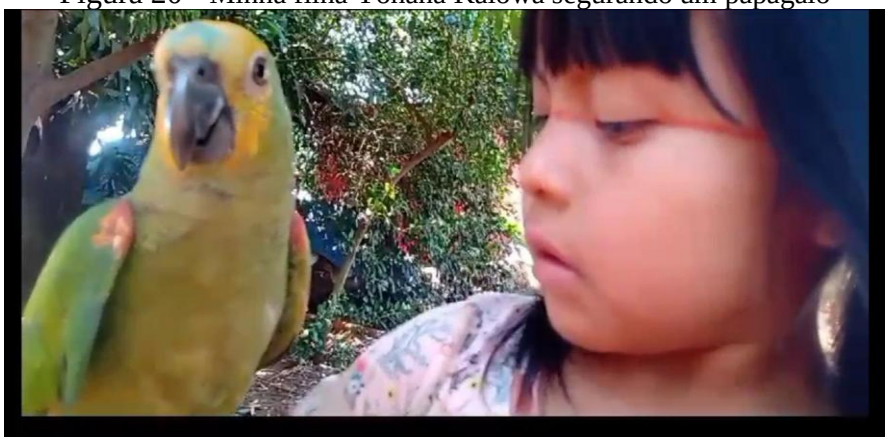
Capítulo 2. A Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada

2.1 O que significa uma educação escolar indígena específica e diferenciada

A educação escolar indígena, no meu ponto de vista, é um tema que os defensores da educação precisam tratar com muito cuidado, porque envolve muitos assuntos delicados, por exemplo: quando os parentes ou rezadores morrem fica uma semana de luta, por motivo de que Deus desceu esse rezador na terra, como o Deus vai se manifestar quando receber ele, outro é tocar assunto de tembetá (furo no lábios) para as mulheres é proibido, a primeira menstruação da menina só as mulheres pode tocar no assuntos, fazer a arte de morte para os indígenas kaiowá é premonição, etc.

Desde pequenos, as crianças Kaiowá já são ensinadas a respeitar os mais velhos, a escutar e respeitar as coisas dos outros. E também, desde cedo, as crianças já convivem com os animais domésticos, como galinha, porco, macaco, papagaio, periquito e outros. Como foto abaixo. a minha filha cuidando do animal silvestre:

Figura 20 - Minha filha Yohana Kaiowá segurando um papagaio



Fonte: Regineide Perito Concianza Data: 21/02/2025

Para ter responsabilidade de cuidar da sua vida e cuidar da vida dos colegas quando vê alguém sozinho, essa responsabilidade já é levada para a primeira aula da escola formal. E desde bebê, a criança Kaiowá já escuta as famílias conversando na língua materna. Isso faz com que os filhos indígenas Kaiowá cresçam como falantes da língua, aprendendo no modo Kaiowá. Assim, começam a se interessar pela cosmologia, pelas plantas medicinais, pelas rezas, pela festa do milho como jerosy e pelas histórias dos antepassados do povo Kaiowá.

Já é diferente quando as pessoas indígenas tentam ensinar os filhos só em português.

Quando o pai ensina a criança a falar em português — mesmo sendo o pai e a mãe falantes da língua indígena — a criança acaba crescendo com pensamento individualista, começa a ter preconceito com a própria etnia, e pensa que a língua materna atrasa a vida. Aí, a mãe busca colocar os filhos na escola fora da aldeia, pensando que a escola dos mbairy (não indígenas) vai dar mais oportunidade de emprego e um bom salário. Com esse pensamento os indígenas levam a valorizar mais a segunda língua que é português, esquecendo da sua língua raiz que é língua materna dos indígenas.

Quando a educação vem de casa, já é algo diferenciado. Mas muitas vezes, na escola, os professores não são indígenas, isso vai fazendo as crianças a valorizar e aprender os padroes da língua portuguesa com a obrigação do sistema que não usa no seu dia a dia. No meio do aprendizado, a cabeça da criança indígena embaralha tudo com o novo conhecimento do sistema dos mbairy. É, nesse momento, que a educação escolar indígena precisa ser feita por quem é da própria comunidade, para ajudar a criança a compreender o sistema de linguagem do mbairy pelos indígenas que conhecem a realidade local e que já têm uma formação diferenciada que passaram pela universidade, mas com outro olhar, e que podem aplicar o ensino valorizando os conhecimentos do povo indígena.

Esses professores podem trazer a Ñandesy ou o Ñanderu (senhora ou senhor de idade, os anciãos) para contar histórias ou fazer rezas e assim contribuir com o aprendizado dos alunos. Isso é o que chamamos de educação escolar intercultural e diferenciada.

Sobre isso, a professora Rita Potiguara já disse que “não é somente interculturalidade, precisamos formar advogados indígenas, formar médicos indígenas, enfermeiros indígenas!”. Importante não perdermos de vista que “cultura” é uma categoria de ida e volta, como “raça”, “higiene”, “trabalho”, “dinheiro”. (Apud Gallois, 2016, p. 512).

Essa Interculturalidade também que seja a motivação para os indígenas a ingressar no mundo acadêmico que pode atuar no mundo do mbairy com olhar dos indígenas, pode ser advogado, médicos e etc. Mas com pensamento e ideologia do seu povo. Para a construção deste pensamento, desta ideologia de preocupação com o seu próprio povo, a presença dos anciãos na escola é fundamental. Inclusive para os professores fazerem o material didático através da fala do Ancião.

Muitas vezes os gestores, profissionais de limpeza, merendeira, vigia e professores são todos indígenas na escola, mas o currículo escolar continua no modelo da escola do Mbairy. “Isso

não é educação escolar indígenas, todos os funcionários da escola sendo indígenas e disciplina contínua no modelo de não indígenas aplicada na aula." Assim a professora Veronice[7], diz.

A história que vou contar sobre uma indígena que não é letrado mas domina a fala português igual a pessoas letradas e essa história me fez lembrar do meu pai finado Sebastião Pedro que me incentivou muito a estudar que morreu sem saber escrever, essa história que me motivou a fazer a dominar o sistema da educação do Mbairy para digitar a nossa histórias kaiowá através da escrita, para outros indígenas letrados a ler.

> Certo dia, um pastor evangélico que aprendeu a língua Kaiowá chegou na aldeia onde a comunidade indígena estava vivendo, e ninguém era letrado. O pastor falou:
> — Venho trazer roupas para vocês, mas primeiro vamos fazer uma oração e depois louvar a Deus.
> Uma senhora idosa saiu do meio da mata e disse a ele:
> — Essa palavra de enganação vai durar por quanto tempo? Porque nossos antepassados caíram nessa conversa, perderam suas famílias porque vocês, brancos, inventaram a guerra com o Paraguai, e agora estamos vivendo desesperadamente, com os fazendeiros tomando e se apossando dos nossos territórios. Quando voltamos para o nosso tekoha (o lugar que nos pertence e onde vivemos), somos chamados de invasores. Já basta de os brancos acabarem com os indígenas.
> O pastor evangélico respondeu:
> — Mas eu vim só trazer a palavra de Deus que está nesta Bíblia, e ela trouxe salvação para vocês.
> A senhora idosa retrucou:
> — Se trouxesse salvação, já teríamos devolvido toda a nossa terra que os brancos nos tomaram. Igual quando levaram a salvação para a aldeia do SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Até hoje, os indígenas louvam o Deus de vocês e nunca mais recuperaram seus territórios. A cada mês, pagam para o Deus de vocês, trabalhando para a igreja, enquanto os homens de Deus ficam ricos e os povos indígenas vivem cada vez mais na miséria.
> O pastor insistiu:
> — Eu vou ler a palavra de Deus para vocês que está escrita neste livro.
> A senhora indígena respondeu:
> — O que está na sua mão é apenas um papel branco pintado com tinta preta, e vocês querem nos convencer através disso. Nosso Deus não usa tinta para se comunicar conosco. Por causa dessa tinta preta pingada no papel branco, muitos do meu povo foram enganados. Mas um dia, alguns do meu povo também vão dominar essa tinta preta pingada no papel branco e usá-la em prol do nosso povo. E eles também nos explicarão o que é essa tinta preta caída no papel branco.

Fui alfabetizado com essa tinta preta pingada no papel branco, e, através dela, venho registrar minha fala narrando as histórias da aldeia Panambizinho e da educação escolar indígena

[7] Fala proferida em palestra na Reserva Indígena Tei'ykue no Encontro de Professores Guarani e Kaiowá em 2024.

da Escola Municipal Indígena Pa`i Chiquito. Atualmente, muitos indígenas Kaiowá já dominam essa tinta preta no papel, ou seja, muitos indígenas já são bilíngues, pois falam, escrevem, compreendem e interpretam muito bem tanto a língua Kaiowá quanto a língua portuguesa.

Apesar de muitos desafios e da descrença na escola indígena, hoje percebemos que ela contribuiu muito no processo de ensino-aprendizagem das crianças. Nesse sentido, destaco que muitos que passaram pela educação escolar indígena já estão ingressando na pós-graduação (mestrado e doutorado).

O ensino na escola indígena sempre foi criticado e questionado pelos não indígenas que é contra o sucesso dos indígenas na universidade que ocupam cargos de confiança de cargo de instituição federal, estadual e municipal, isso incomoda o mundo da elite. Por essa razão muitas políticas partidários anti-indígenas atacam os indígenas na mídia para cortar verba que faz formação de sucesso aos indígenas.

As mídias, como sempre, ajudam a divulgar o lado negativo da escola indígena. Nesse contexto, podemos perceber notícias divulgadas por jornalistas, como no caso do Campo Grande News, que comparou o desempenho dos alunos da escola rural/indígena com o da escola militar, entendo que tal comparação não faz sentido, uma vez que essas escolas se diferem muito em seus objetivos.

Figura 21. Recorte de matéria comparativa



Fonte. Jornal Campo Grande News, 2024[7].

Para termos a noção, a nossa escola indígena não é quartel! A nossa escola indígena desenvolve a sua prática pedagógica conforme a sua especificidade, e isso se assegura na constituição de 1988. E a escola indígenas está seguindo o parâmetro lei federal que está em seu artigo 231:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus

bens. (Brasil, Constituição Federal, 1988, Cap.VIII, p. 73).

Na educação escolar indígenas deve ser respeitada às crenças indígenas e calendários diferenciados e a suas línguas, com essa razão a lei nacional (Lei nº 9.394, art.78) reforça mais a constituição federal Art. 231:

> O artigo 78 afirma que a educação escolar para os povos indígenas dever ser intercultural e bilíngüe para a "reafirmação de suas identidade1s étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e conhecimentos valorizados pela sociedade (Brasil, artigo 78 da LDB 9394 96).

De acordo com a legislação da educação escolar indígenas, tem que ser respeitada e ter respeito pela educação diferenciada que os povos ancestrais adotam.

Por exemplo, quando falamos em Educação Indígena lembramos das nossas tradições. Na última vez que teve Kunumi pepy na aldeia Panambizinho no ano de 1992 os indígenas se isolaram e não mandaram nem uns dos seus filhos que ia passar no ritual de fases para adolescentes a escola parou e nem professores não pode interferir para fazer processo de passagem as crianças para adolescente com Tembeta (lábios furados).

Figura 22. Registro do ritual de Kunumi pepy.



Ritual Kunumi Pepy entre indígenas Kaiowá, na Aldeia Panambizinho, em Dourados (Foto: Reprodução/Redes Sociais)

Fonte: Reprodução/Redes Sociais
Fonte: https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/apos-35-anos-ritual-de-iniciacao-de-meninos-indigenas-sera-retomado.

Esses processos duram um mês e nesse período a escola fica vazia e ninguém pode ir. Hoje vejo que os indígenas da aldeia Panambizinho na época faziam seu intercultural com o sistema do Mbairy sem conhecer a lei, hoje muitos os indígenas com formação avançada não conseguem

interagir com sistema para trabalhar conjunto e quem domina as escolas indígenas são as secretarias Municipais e Estaduais. A professora Clarisse Cohn debate essa atuação do governo nas escolas indígenas.

> A educação escolar indígenas é uma política cultural de dois pontos de vista - ou dos dois pontos de vista: é uma política de Estado, na medida em que se regulamenta desde a Constituição de 1988, e vem sendo legislada até hoje, merecendo inclusive uma Coordenadoria Geral na Secadi do Mec e cadeira no Conselho Nacional de Educação; e é também uma difundida política *indígena*, pela qual cada aldeia ou comunidade indígena, e os índios citadinos, demandam a implantação de escolas para seus povos, a garantia da continuidade dos estudos até o ensino superior, e a ampliação deste direito, incluindo-se o ensino infantil. Não seria insensato supor que esta é uma das políticas indígenas mais difundidas, ao lado do direito à terra. Por razões diversas, e de modos diversos, a maior parte da população indígena no Brasil tem demandado escolas, e em diversos lugares é hoje impossível "Levantar uma aldeia" sem que se garanta para ela uma escola. (Cohn, 2016, p.213).

A autora explica que depois da constituição de 1988 a escola indígena tem que ser diferenciada com autonomia de continuidade da escola indígena e ter continuidade no ensino superior. Mas com a visão de trabalhar com o direito à territorialidade.

As minorias do Mbairy (Branco), critica a educação escolar indígenas sem ter conhecimento ou falta ter alguma informação a respeito sobre a educação escolar do povo ancestral.

Na educação escolar do não indígena, impera o sistema de meritocracia capitalista, em que se ensina para competir no mercado de trabalho de grandes empresas privadas, já na educação escolar indígena são ensinando para a vida. Assim a Veronice diz na sua dissertação:

> O nosso sistema indígena é produzir pessoas que possam ser um bom Guarani/Kaiowá". Fazem questão de afirmar que a educação tradicional continua presente: "A educação guarani kaiowá não está perdida, ela continua até hoje, com sua educação própria, do jeito de ensinar seus filhos e de comportamentos, conviver na união". "Para o índio nunca faltou a educação [...] Os avôs e avós é que mais ensinam os novos.". Também percebem o preconceito da sociedade mais ampla sobre a educação própria: "[...]eles ainda acham que o índio não tem a sua religião, ou a educação que herdamos de nossos pais. (Rossato, 2002, p. 50).

A informação que a Veronice escreveu diz que a educação escolar indígenas não está perdida, muitos indígenas continuam ainda com seu ensinamento ancestral. Na maioria das vezes aqueles Kaiowá que passaram pelo processo de ensinamento do jeito de ensinamento ancestral do kaiowá prevalece ainda o seu ensinamento no clã familiar.

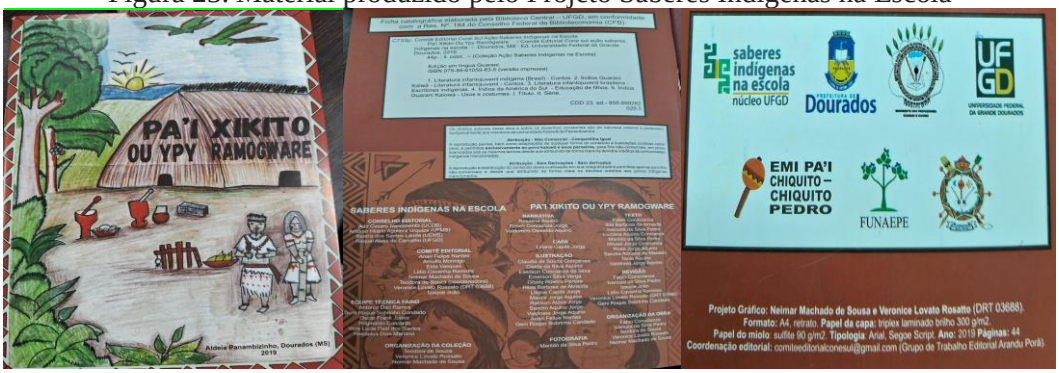
Na educação escolar indígenas específica no território Kaiowá, pela minha conclusão a

escola da aldeia tinha que ser ensinado na língua materna as disciplinas serem trabalhadas no jeito indígenas. Mas pelo que vejo e acompanho a escola, a realidade é diferente, o gestor da escola segue o cronograma da secretaria da educação do município só o nome diz, mas na prática é o contrário muitas vezes os professores não tem material para trabalhar na sua língua. Muitas vezes também os professores não querem trabalhar na língua materna.

Hoje em dia, os professores têm que mandar o planejamento das escolas indígenas para aprovação da secretária a partir de um sistema virtual que registra até a falta dos alunos. O sistema do mbairy.

Existem também boas experiências, por exemplo há universidades iguais a UFGD (Universidade Federal de Grande Dourados), elabora os materiais didáticos com o projeto de Saberes Indígenas na Escola, com os professores indígenas e com acadêmicos do Teko Arandu Licenciatura Intercultural Indígena da FAIND (Faculdade Intercultural Indígenas), para distribuir o material didático na escola indígenas para ser usado com os alunos do ensino fundamental. Esse material é sempre usado pelos professores de língua materna na escola e até usado pelos professores de ensino médio. Um dos materiais didáticos na foto abaixo.

Figura 23. Material produzido pelo Projeto Saberes Indígenas na Escola

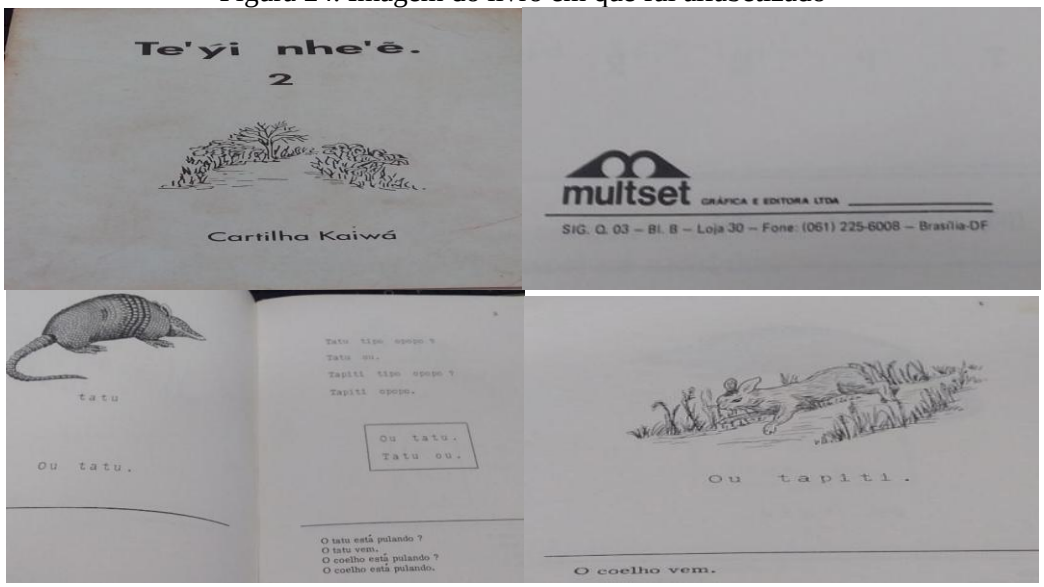


Fonte: Abrisio Silva Pedro Data: 20/02/ 2025.

Com esse material, os professores já começam a ter materiais didáticos para trabalhar com os alunos, se reinventar e criar mais ideias para aplicar nas aulas. Os materiais que são fornecidos pela Secretaria Municipal são todos didáticos em português, que já vêm direto do MEC (Ministério da Educação). Por esse motivo, muitos professores têm dificuldade para repassar esse conteúdo aos alunos indígenas. Se já é difícil para o professor interpretar, imagine aplicar esse material na sala de aula com alunos que não sabem falar nem entender bem o português. Isso mostra que alguns professores se esforçam para fazer o possível de mudar a disciplina para melhor para os alunos.

A professora Vânia Pereira, que era missionária na minha época, usava o livro didático em Kaiowá, que era feito pela igreja da missão. Isso facilitava muito o aprendizado da leitura e da escrita na língua materna. A minha alfabetização foi primeiro em Kaiowá. O livro que foi utilizado é este que está embaixo, mas havia toda uma coleção.

Figura 24. Imagem do livro em que fui alfabetizado



Fonte: Abrisio Silva Pedro, Data:10/05/2023

Esses exemplares do livro foram doados pela Missão Evangélica Caiuá para a escola da aldeia Panambizinho, na época da extensão da Escola Municipal Tengatuí Marangatu. A coleção ia do volume 1 até o volume 8. Os alunos recebiam os volumes aos poucos, conforme fossem dominando a leitura e a interpretação dos textos. Só depois disso é que recebiam a próxima coleção. Se o aluno não dominasse bem a leitura, ficava apenas com aquele volume, sem avançar.

Na sala de aula, os colegas tiravam onda e faziam sarro (em forma de brincadeira, como uma gíria entre eles) com os alunos que não conseguiam passar de coleção — mas isso acontecia sem a presença da professora. Muitos alunos não queriam ficar para trás, sem receber os outros volumes. Por isso, se esforçaram bastante para conseguir ler e entender os textos em Kaiowá, para poderem ler bem para a professora.

A professora era mbairy (branca), mas ela falava Kaiowá. Como era missionária da igreja, ela aprendeu a língua com os próprios indígenas, quando fazia trabalho missionário na aldeia. A cada nova coleção, os textos iam ficando mais difíceis de ler e entender. Quanto mais avançava, maior era o desafio.

2.2 Os avanços para construção de uma Educação Escolar Indígena específica e diferenciada

Quando pensamos na história da Educação Escolar Indígenas nós temos que voltar a entender que antes da promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 a educação escolar indígenas na aldeia era baseada no currículo da escola do Mbairy, com a ideologia de indígenas deixar de ser indígenas. Knapp descreve assim o primeiro momento da história da educação escolar para os indígenas.

> O primeiro momento remete à "*escola de catequese*", quando a escolarização servia apenas como ferramenta para a catequização e conversão dos indígenas aos ensinamentos cristãos, e também como mão de obra para a colonização. Esse momento é marcado pela chegada dos primeiros Jesuítas (1549) e perdura até a expulsão da Companhia de Jesus, tanto da colônia portuguesa (1759) como das colônias espanholas (1767). Além da Companhia de Jesus, cabe lembrar que, naquela mesma época, houve também outras congregações religiosas empenhadas na conversão dos indígenas no Brasil, como franciscanos, carmelitas, capuchinhos, beneditinos, oratorianos, entre outros. (Knapp, 2020, p. 30).

Essa foi a primeira educação escolar indígenas no Brasil, com alfabetização com Jesuítas de intenção de catequizar o povo indígena, para deixar o mundo indígenas, algumas delas: Como não casar com duas esposas, não adorar a sua doutrina através da sua dança e etc. O segundo momento da História da educação para os indígenas foi nos séculos XVIII e XX segundo informação do Knapp:

> O segundo período da Educação Escolar para as sociedades indígenas no Brasil vai do século XVIII até o século XX, e é denominado de "*As Primeiras Letras e o Projeto Civilizatório*". Esse período ainda se caracteriza por dois momentos: a "Fase Pombalina" e "O Império, a Primeira República e as Ditadura".
> O primeiro, a "Fase Pombalina", o próprio nome remete ao período que instituiu o "Diretório Pombalino", em 1757. Esse Diretório foi uma diretiva composta por homens de confiança do governo português, cuja função era gerir os antigos aldeamentos e, dessa forma, desintegrar as antigas missões comandadas pelas congregações eclesiais.
> De acordo com o Diretório, deveria ter duas escolas públicas em todos os povoados, umas para os meninos onde se ensinaria a doutrina cristã, a ler, a escrever e a contar; outra para meninas, onde além de serem instruídas na doutrina cristã, aprenderiam a ler, a escrever, a fiar, a fazer renda e todos os mais "ministérios" próprios daquele sexo. (Knapp, 2020, p. 39-40).

Nesse texto está claro que a educação para populações indígenas do Brasil veio para catequizar e mudar a sua ideologia através da ideologia ocidental e através da igreja, deixar o seu Reko (o jeito de viver). Na terceira fase da educação escolar indígenas no Brasil o Knapp aponta

que.

> Como já afirmamos, o terceiro período da história da Educação Escolar Indígena é denominado "O ensino Bilíngue", dividido em duas fases "A FUNAI, o SIL e a educação bilíngue de transição" e "O Indigenismo Alternativo, o Movimento Indígena e as Escola indígenas". Esse período compreende os anos de 1970 até o século XXI.
> Com a criação da FUNAI, ocorreram algumas mudanças nas ações para a educação escolar nas sociedades indígenas. A partir desse momento "elege-se oficialmente o ensino bilíngue como forma de respeitar os valores tribais"(NOBRE, 2005, p. 4), e, cria-se ainda o Estatuto do Índio sob a Lei 6001/73, que tornou obrigatório o ensino das línguas maternas em escolas indígenas(NOBRE,2005). Percebe-se, com isso, que apenas com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ocorreram algumas mudanças nas ações governamentais relacionadas à educação escolar nas sociedades indígenas. (Knapp, 2020, p. 44).

A partir da FUNAI e SIL (Summer Intitute of linguistic), que muitas instituições escolares das aldeias indígenas do Cone Sul de Mato Grosso do Sul passaram a adotar o Ensino Bilíngue na educação a partir da criação do Estatuto do Índio. Com essa Lei do estatuto dos índios Lei 6001/73 que era obrigatório na escola indígenas implantar o ensino bilíngue, muitos indígenas foram alfabetizados na sua língua por essa lei, mas mesmo assim era repassado ainda as disciplinas do currículo escolar dos Mbairy na às aldeias, a língua materna usada, portanto como meios para o aprendizado do português.

Em 1988 veio a grande data para educação escolar indígena a partir da Constituição Federal, sobretudo, com o artigo 231 já mencionado anteriormente. Esse artigo da constituição federal abriu a porta para discutir o modelo de educação escolar indígena do jeito dos indígenas.

No Mato Grosso do Sul, foi a partir da Aty Guassu[8] que começou a discutir também como seria a educação escolar indígenas do Guarani e Kaiowá que surgiu o movimento do professor. Na pauta da Aty Guassu, especificamente a discussão sobre a educação escolar indígenas, havia menos espaço, pois o foco principal é para a questão territorial. Com essa limitação sobre a pauta da educação que surgiu o 1º encontro do Movimento de Professores Indígenas Guarani e Kaiowá no ano de1991, foi para discutir a pauta da educação escolar indígenas do guarani kaiowá no Mato Grosso do Sul, com apoio da liderança e anciãos indígenas Guarani kaiowá, para colocar no papel o ensino do jeito de guarani e kaiowá no currículo escolar. A Moura traz isso no seu texto.

[8] A Aty Gussu (Grande Assembleia) é um movimento tradicional dos Guarani e Kaiowá. A partir do processo de retomadas aos tekoha tradicionais na segunda metade do século XX, esse movimento passa a ganhar destaque para consolidar a luta pelas demarcações das Terras Indígenas.

> Em 1991 aconteceu o primeiro Encontro de Professores e lideranças Guarani e Kaiowá, quando foi criado o Movimento de Professores kaiowá e Guarani de MS (MPGK), hoje reconhecido em âmbito regional e nacional, cujo objetivo é congregar todos os professores e gestores indígenas na luta por uma educação escolar que realmente possa contribuir para as demandas do povo. Já neste I Encontro foram definidas as linhas iniciais sobre como deveria ser a escola indígena, cujos princípios perduram até hoje e foram nas diversas legislações da educação escolar indígena. (Moura, 2016, p. 15).

A questão sobre o fortalecimento do jeito de ser guarani e kaiowá que já estava na pauta da assembleia do Aty Guassu ganhou mais força na discussão do movimento de professores Guarani Kaiowá. Importante observar que a preocupação com o jeito indígena de ensinar, já estava na discussão antes mesmo de outros instrumentos legais que veremos na sequência.

Em 1995 o movimento dos professores Guarani e Kaiowá já apresentava a demanda em âmbito estadual e nacional para ter uma um curso de formação diferenciada, que se consolidou com a criação do curso normal médio Ára Verá em 1999. Importante mencionar que esse curso surgiu mesmo antes da aprovação do RCNEI (Referências Curricular Nacional para as Escolas Indígenas) no MEC. O sonho do Ñanderu, líder religioso Atanásio Teixeira que fez a participação desde de o início começou a virar realidade na educação escolar indígenas diferenciado já estava amadurecendo.

Segundo informação da professora Veronice me informou no ano 2025, que o currículo do projeto Ára Verá foi baseado na formação do Projeto Tucum. O Projeto Tucum fazia a formação nos territórios indígenas de Mato Grosso, com indígenas e com não indígenas. O projeto do Tucum tinha 3 eixos norteadores do currículo: Terra, Vida e Língua. Mas foram adaptados para formação dos Guarani Kaiowá como tema gerador Teko (cultura), Tekoha (Lugar), Ñe´e (língua). Na dissertação da Toniazzo traz a informação o que era o Projeto Tucum.

> O QUE É O PROJETO TUCUM? O Projeto Tucum1* é um programa de formação de professores indígenas para o magistério voltado para as séries iniciais do ensino fundamental. Realizado de 1995 a 1999, o projeto 1 TUCUM: espécie de palmeira (Bactris sedosa Mart.). Palmeira rasteira, espinhosa característica dos campos e cerrados no médio norte do Estado de Mato Grosso. Suas folhas fornecem excelente e resistente fibra que é utilizada pelos indígenas na confecção de redes, cordas, barbantes e na tecelagem de peças artesanais. Seus frutos também são usados na confecção de peças artesanais. Sua resistência pode ser comparada à resistência dos povos indígenas." Daniel Matenho Cabixi. (Projeto Tucum,1996, 6). abrangeu 16 municípios do Estado de Mato Grosso, 11 tribos indígenas, num total de 200 professores índios. Esse projeto surgiu da união de

> parcerias das Equipes de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso – SEDUC, e das Coordenadorias de Assuntos Indígenas do Estado de Mato Grosso– CAIEMT; dos municípios de Campo Novo do Parecis, Barra do Bugres, Juara, Tangará da Serra, Campinápolis, Água Boa; da FUNAI, UFMT, UNEMAT e ONG's que detectaram necessidades tanto na área de formação e capacitação de professores indígenas nas séries iniciais do ensino fundamental como na área de formação de novos cidadãos. O projeto foi financiamento pelo Banco Mundial, através do PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento Agroambiental e com o apoio do PNUD –Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. As necessidades diagnosticadas pelos órgãos acima citados, foram: Ø A formação de índios como pesquisadores de suas próprias línguas, história, geografia, meio ambiente, saúde, Ø A formação de índios como alfabetizadores em suas línguas maternas e em português; Ø A formação de índios como escritores e redatores de material didático-pedagógico em línguas maternas e em português, referentes aos etnoconhecimentos de suas sociedades; Ø A capacitação de índios como administradores e gestores de seus processos educativos peculiares; Ø A formação e capacitação de assessores/ professores (formadores) especializados envolvidos em projetos de educação escolar indígena, para atuarem em parceria com os professores/ pesquisadores/ alfabetizadores indígenas no processo de criação da progressiva autonomia indígena em relação à sua educação escolarizada; Ø Finalmente não se pode esquecer a formação de técnicos/ assessores nas Secretarias de Educação e Administrações Regionais da FUNAI.2 Com base nas Diretrizes da Política Nacional de Educação Escolar Indígena o projeto visou assegurar: "uma escola pública diferenciada, específica, bilíngüe, intercultural e de boa qualidade". (Projeto Tucum,1996: 10). A estrutura do Currículo no Projeto Tucum foi o eixo fundamental da proposta pedagógica. O currículo do projeto estava voltado para o desenvolvimento das comunidades indígenas, e se baseou na Terra, Língua e Cultura. Na Terra por assegurar a sobrevivência, sendo a base material das comunidades. Na Língua Indígena por formar a estrutura do pensamento indígena. E na Cultura por expressar práticas sociais cotidianas das comunidades envolvidas. O currículo do projeto foi organizado em duas áreas de conhecimento: a de Estudos Profissionais Gerais e a de Estudos Profissionais Específicos, sendo que cada área tem as suas subdivisões. (Toniazzo, 2002, p. 31).

Com essa informação do Projeto TUCUM dá para entender que o projeto foi um pilar para o curso de formação dos professores Guarani Kaiowá ter seu começo para iniciar a sua formação, como o conhecimento ancestrais indígenas para ser valorizado na formação dos alunos indígenas na sala de aula e valorização dos anciões e anciãs.

Em 1996 vem aprovação da LDB (Lei de Diretrizes de Bases), (Lei nº 9394/1996) no artigo.

> Artigo 78- O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de educação bilíngue e intercultural aos povos indígenas. (LDB, 1996).

Essa Lei fortaleceu mais a educação escolar indígenas no parâmetro nacional, isso valorizou mais os professores indígenas a trabalhar na educação escolar indígena na sua língua materna. Com

essa lei do LDB o curso do Ára Verá também se fortaleceu para acontecer, para formar os professores indígenas.

Em 1999 veio a aprovação do RCNEI (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas) é um importante documento produzido pelo Ministério da Educação. Este documento foi produzido por especialistas nas temáticas indígenas, como historiadores, antropólogos, linguistas e pedagogos, juntamente com indígenas de todo o Brasil. Este documento tem por objetivo orientar a construção de um currículo específico para a educação escolar indígena, ainda que, sem ter aspectos formativos, isso é de norma, é um documento importante para o debate da educação escolar indígena.

O documento, no que se refere ao debate sobre História, apresenta "por que estudar Histórias nas escolas Indígenas?" Essa reflexão faz o profissional da educação indígena pensar, a partir da afirmativa de que o RCNEI repassa que:

> O estudo da história que está sendo praticado na sua comunidade, dedicando uma atenção especial às suas finalidades sociais, políticas, históricas e pedagógicas (RCNEI, 1998, p. 195).

Essas finalidades sociais e a política que foi inserido no RCNEI, é uma do dia-a-dia que a comunidade indígenas, convive e compartilha no seu Tekoha com seus familiares. Por essa razão as crianças devem aprender política não indígenas e interagir com conhecimento do seu povo.

Por exemplo, na terra indígena, tem muitas formas de trabalhar com os alunos através da disciplina de Histórias e povo indígena Guarani e Kaiowá que é muito rica na contação de história como: contar a árvores genealógicas de famílias, a histórias de começo de formação da aldeia como era antes e, etc. O modelo de repassar a disciplina para os estudantes vai depender de cada um dos professores. Tem professor que vai repassar através de filme exibido no Datashow ou contado na roda de conversa. Essa finalidade me levou a pesquisar como começou a desenvolver a disciplina de história quando começou a primeira escola no Yvy akândire, atual aldeia Tekoha Panambizinho.

A dificuldade que eu encontrei foi mapear algum ex-professor, a maioria das pessoas que atuaram como professores não reside mais aqui e outros já morreram, isso levou a pesquisa procurar outro caminho como entrevistar os ex-alunos como Abrão Concianza e Neuza Alziro.

No decorrer do tempo da pesquisa de campo, na conversa que fiz com ex-alunos da escola antiga da aldeia Panambizinho, destaquei o relato de Anardo Concianza, que atualmente é professor efetivo pela Prefeitura Municipal de Dourados. Ele contou que, antigamente, a maioria dos

indígenas só terminava o Ensino Fundamental I. Depois disso, já ia trabalhar nas fazendas, catando algodão ou carpindo, fazendo a catação de mato no meio da plantação de soja, em fazendas distantes da aldeia[9] e por causa disso, muitos não voltavam mais a estudar.

O Anardo só voltou a estudar com o incentivo do cunhado dele, Valdomiro Aquino, quando ficou sabendo da vaga que o Estado estava oferecendo para o curso de magistério de nível médio. Esse magistério dava direito de dar aula nas séries iniciais e era conhecido como Ára Verá.

A informação que Anardo me passou é que o Valdomiro, na época, era vice-liderança do Nelson Concianza. Quando o Nelson não podia ir às reuniões fora da aldeia Panambizinho, era o Valdomiro que ia representando a comunidade. Em uma dessas viagens, no encontro de lideranças do Cone-Sul, o Valdomiro ficou sabendo da vaga para o curso de magistério Ára Verá. Naquele tempo, a comunidade ainda não sabia o que era esse curso. Por esse motivo, muitas pessoas não aceitaram o Anardo como professor em sala de aula.

Como falamos no mesmo contexto da criação do Ára Verá, surgiu o RCNEI, que é como um tempero que ajuda o professor a caminhar com mais segurança dentro da sala de aula. Nesse contexto, o RCNEI e o Ára Verá contribuíram para a formação de pessoas que nem imaginavam serem professores em suas comunidades.

O RCNEI fortalece a aprendizagem dos alunos e ajuda também no ensino das disciplinas. Por exemplo, em um dos temas da disciplina de História, o RCNEI apresenta a proposta de estudar "Histórias indígenas: os tempos presente, passado e futuro como acontecimentos no tempo cronológico" (RCNEI, 1998, p. 195).

No mundo Guarani e Kaiowá o conceito de tempo cronológico é uma novidade, os indígenas usam o tempo outra definição Ara/Ary. Para os indígenas Kaiowá o tempo é entendido de várias formas. Contado depois do inverno e tem tempo de vento, tempo da chuva, tempo da fruta, tempo de plantar semente, tempo de colher e tempo de manejo. Cada tempo é contado através da história através da roda de conversa na hora do chimarrão de manhã, geralmente pelas pessoas com mais idade na aldeia.

Para o casal que está formando novas famílias, os Anciãos vão repassando para os filhos através do diálogo assim é contado o tempo na família Kaiowá. Pode ser contada na roda de fogo de conversa, esse método vai repassando de geração em geração. Esse é um tipo de educação da

[9] Muitos destes indígenas ficavam um mês ou mais fora da aldeia trabalhando no campo, ou ainda atuando como "gato", que era o cabeçante, isso é, o negociador entre o fazendeiro e os indígenas para levar para as fazendas.

vivência do Kaiowá que se reproduz na roda do fogo explicando como é viver a vida.

As histórias de Hexakáry (o rezador sábio que tem uma conexão com a divindade celestial), são respeitadas porque ele possui conhecimentos que vão além da compreensão comum. No mundo do mbairy, ele seria visto como uma 'fonte' de sabedoria. Quando um Kaiowá tem dúvidas sobre algum acontecimento da vida, sempre busca um conselho do Hexakáry. O Hexakary é quem dá a palavra final, decidindo se algo é viável ou não. Todas as decisões da comunidade são feitas na presença do Hexakáry, o que o torna a principal fonte de conhecimento para o povo Kaiowá.

Já para o mbairy a fonte de conhecimento é o documento ou assinatura no cartório, livro, jornal, arquivo e etc. Retomando ao RCNEI, isso nos ajuda a compreender como esses conhecimentos podem ser repassados na escola indígena.

> Durante muito tempo, o principal documento utilizado pelos estudiosos da História foi o texto escrito. Ele significava a ideia de testemunho, prova de que os acontecimentos do passado aconteceram, realmente, desta ou daquela maneira (RCNEI, 1998, p. 196).

Nesse parágrafo o RCNEI traz como os brancos guardam o documento e as histórias. Hoje os historiadores indígenas também adotaram o modelo de mbairy, para guardar a histórias na escrita que as anciões contam. A História contada é guardada no acervo de um site da universidade como pesquisa científica, TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), Dissertação do mestrado e Tese de Doutorados, por exemplo. Para maioria das etnias indígenas Brasileiras são os anciãos e anciãs que têm mais experiência de vida e por terem lutado pelo direito do seu povo, o historiador Kaiowá costuma indicar o local como uma prova ou desenhar no chão para tentar esclarecer o acontecimento.

Na aldeia Panambizinho ante de existir a escola formal, o mais velho e anciãos e anciãs contam a histórias do Ka`a guyrussu (Mata Grande), para as crianças entenderem que é preciso respeitar a natureza. Quando for jovem é preciso acreditar no seu potencial para preservação da flora da natureza, com essa doutrina as crianças indígenas vão crescendo respeitando e repassando para as futuras gerações.

Os historiadores mbairy são diferentes. “Os historiadores utilizam hoje diferentes documentos em suas pesquisas: relatos orais, construções, objetos, desenhos, imagens, textos e músicas. Os documentos também não são mais entendidos como registro de verdades absolutas (RCNEI, 1998, p. 196).

Na escola indígena, a disciplina de História precisa se tornar prioridade no currículo escolar porque é através da disciplina de histórias que se identifica e conhece sua identidade, por ser indígenas já nasceu lutando para viver no meio do sistema do modelo de viver no mundo capitalista. A História transforma o indígena como guerreiros para defender seus territórios e lutar pelo seu direito. Nessa questão os professores de histórias nas escolas indígenas têm que trabalhar os territórios como tema principal no seu material pedagógico.

Nas escolas indígenas a história ancestral, mito e piadas indígenas precisam ser trabalhadas. Na disciplina de história na escola do branco é estudado história ocidental. Mas se professores quiser pode trabalhar com dois temas histórias diferentes, mas ao mesmo tempo prevalecer a história indígena, nessa ideia o RCNEI traz.

> Nesta perspectiva, o ensino de história, nas escolas indígenas, não pode assumir as mesmas características do ensino nas escolas convencionais, principalmente porque o debate e o diálogo entre o professor, os alunos e a comunidade são fundamentais para explicitar a sua importância e suas finalidades sociais, históricas e pedagógicas. (RCNEI, 1998, p. 198).

Na disciplina de Histórias que foi colocado no RCNEI disse que não precisa ensinar as crianças indígenas como segue a escola padrão da cidade. Desde a chegada do primeiro europeu à América, com Cristóvão Colombo, em 12 de outubro de 1492, a história dos povos indígenas passou a ser desvalorizada. Os indígenas foram frequentemente retratados como um povo sem história ou religião, uma visão que reforçou a ideia de sua inferioridade em relação aos europeus. No Brasil, o chamado 'descobrimento' ainda é associado à chegada de Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500, com essa ideia de descobrimento do Brasil também o RCNEI traz que a visão do ocidental vê os indígenas como uma sociedade sem história.

> Durante muito tempo, a sociedade ocidental considerou os povos indígenas como povos sem História. Não os reconhecia como sujeitos históricos atuantes na transformação da realidade e nem valorizava suas narrativas sobre o passado. Os estudos tendem a desconsiderar as mudanças históricas que cada sociedade vive com o passar do tempo. A História dificulta o reconhecimento
> da coexistência da diversidade técnica em uma mesma época e difunde a ideia de que povos que não possuem escrita ou tecnologia são "menos evoluídos", "atrasados" ou "mais primitivos" (RCNEI, 1998, p. 199).

Portanto, o RCNEI retrata que o mundo ocidental vê os indígenas sem Histórias, para sociedade estudiosos europeu os indígenas que não tem escrita foram considerados como atrasados. mas isso vem mudando a cada tempo que passa dos anos. Isso desqualifica muito as histórias

indígena na sociedade atual. Na proposta de elaboração do currículo nas escolas indígenas na área de histórias, os professores precisam colocar na pauta a realidade da comunidade indígenas e trabalhar com o material que já foi desenvolvido no decorrer do tempo, por exemplo o material produzido pelo Saberes Indígenas que comentamos anteriormente.

A partir da construção de currículo de história com outras áreas é possível caminhar junto de forma interdisciplinar, para desenvolver as ideias para andar junto ao conhecimento. No planejamento é preciso inserir o modo de viver o seu povo, a realidade da sua comunidade, a organização da aldeia, o Bem-Viver da comunidade, com essa visão os alunos vão refletir a realidade dos seus territórios.

Uma das propostas para o professor na educação escolar indígena seria fazer uma roda de conversa para interagir em uma dinâmica de troca de conhecimento com aquilo que os próprios estudantes trazem às experiências de suas famílias e de suas comunidades. O trabalho do professor de história é provocar que os alunos se interessem pela disciplina de história através da dinâmica a contar o que entenda do mito indígenas, como sugestão. O professor tem o papel de valorizar o rezador ou ancião da aldeia, seu papel não é tomar o espaço do rezador, mas levar na casa dos mais velhos ou trazer o mais velho para escola como forma de respeito e valorização, essa informação o RCNEI passa para o professor seguir como roteiro, para trabalhar com a liberdade com os alunos indígenas, isso mostra no RCNEI.

> Dependendo dos temas selecionados para estudo e dos objetivos a serem alcançados, o professor pode criar diferentes recursos didáticos para o estudo da História. Por exemplo, pode considerar as situações em que os alunos são incentivados a pesquisar e a observar o cotidiano na aldeia, a ouvir e registrar (por escrito ou em fitas de áudio ou de vídeo) lembranças, mitos e narrativas dos mais velhos, a produzir textos e desenhos sobre os marcadores de tempo, os conhecimentos sobre a natureza, as festas, as danças, as pinturas no corpo e as técnicas de produzir objetos, enfeites, instrumentos de trabalho e casas. (RCNEI, 1998, p. 202).

Sabemos que hoje em dia é uma forma interessante para interagir com alunos pela tecnologia que existe, exemplo trabalhar com alunos através da rede social e fazer entrevistas com mais velho e depois postar no grupo de WhatsApp ou compartilhar no Facebook, Instagram por exemplo.

Outra forma para trabalhar é os estudantes ao estudarem histórias diferentes além das suas realidades, sociedades ou comunidades. Os problemas e dificuldades de outros espaços a

comparação é uma forma importante para o conhecimento de outras realidades. Na história, é importante estudar o modo de vida de outras sociedades indígenas.

O material didático deve ser usado para debater preconceito entre os indígenas e desigualdade racial, discriminação e luta por uma sociedade melhor. Na tentativa de esclarecer mais sobre discriminação podem ser mostrados filmes e documentários com assuntos sobre preconceito e desigualdade racial.

O assunto para trabalhar o tema, vai depender de cada ano escolar e realidade de cada etnia ou repassar o cotidiano do seu povo aos alunos. O RCNEI sugere:

> Tema I: Modos de viver: A proposta é que identifiquem essas atividades e os marcadores de tempo que orientam o seu início e o seu fim e organizem calendários. Como as atividades se repetem ao longo de ciclos - dias, noites, semanas, meses, estações -, os calendários podem ter uma representação correspondente: círculos divididos em cada parte colorida e ilustrada com desenhos.
> Muitas das atividades dos jovens e adultos estão relacionadas ao trabalho do professor pode propor estudos sobre os tipos de trabalho da aldeia, organizá-los com seus alunos em tabelas, identificar aqueles que são mais freqüentes, apontando os que mudam ao longo das estações, quais os locais onde estes trabalhos acontecem, se existe divisão de tarefas e/ou cooperação entre as pessoas nas atividades se existem diferenças e semelhanças entre os trabalhos dos homens, mulheres jovens e velhos.
> Tema II: A História de nosso povo: Deve ter claro que, entre vários povos, mesmo as crianças já têm contato com a história de seu grupo, por intermédio dos pais, avós ou outros que, na aldeia, se encarregam de contá-la. As histórias de vida foram consideradas temas históricos, os estudantes poderiam recolhê-las e elas serviriam de material para discussão em sala. O mesmo se aplica a outras narrativas, por exemplo, àquelas que se referem ao começo ou à ordem do mundo. (RCNEI, 1998, p. 205 a 207).

O RCNEI mostra não para seguir, mas sim para usar o modelo certo de ensinar o parente, irmão e familiar indígena na sala de aula. Dentro das histórias indígenas têm muitas riquezas de conhecimento. Exemplo: aquelas que são construídas pelos ancestrais indígenas quando o seu povo se desloca de um lugar para o outro, quando vai para a roça como se deve fazer manejo natural, quando a natureza diminui a fartura da alimentação o povo indígena sempre se muda para começar a construir a outra roça com esse de deslocamento já cria a sua história que pode passar e repassar para o mais jovem através da oralidade. Com essas histórias o professor pode construir mapas imaginários através da oralidade.

Hoje em dia é muito importante que os alunos indígenas registrem histórias contadas

através do celular, fotografia e gravador para guardar como arquivo. Antigamente não existia a tecnologia avançada que existe hoje para deixar registrado. Mas muito registro fica no celular pessoal, porque não tem ainda o acervo adequado para armazenar o registro de arquivo.

A participação dos indígenas na política dos mbairy avançou muito, mas na prática, ainda enfrenta muitos obstáculos. Um exemplo disso são os direitos territoriais: embora garantidos por lei, muitas vezes não são cumpridos. Esse tema pode ser explorado em uma roda de conversa com os alunos, discutindo a política indigenista. Seria importante abordar temas como o SPI, a Funai e os direitos indígenas garantidos pela Constituição de 1988.

Existem muitas leis que foram criadas para que refletem a territorialidade indígena como exemplo:

> Os direitos políticos:
> • Conhecer a Lei 6001/73 - Estatuto do índio.
> • Conhecer os direitos coletivos dos povos indígenas no Brasil.
> • Conhecer os direitos relativos à educação (OF e LDB).
> • Conhecer os órgãos oficiais encarregados das populações indígenas e suas atribuições, tais como FUNAI e Procuradoria Geral da República. Os direitos territoriais
> • Conhecer os artigos da Constituição Federal que estabelecem os direitos indígenas, especialmente o Capítulo VIII, artigo 231, da Constituição de 1988.
> • Entender o processo de reconhecimento oficial das Terras Indígenas. (RCNEI, anos 1998, pág. 213 a 214).

Com essa lei os indígenas garantem sua existência na constituição do estado Brasileiro, mesmo que os indígenas estejam no seu território ancestral precisavam dessa lei para garantir para permanecer no seu território, mas precisava colocar seu direito na constituição federal e hoje não está sendo respeitado e cumprindo pelo estado. Muitos indígenas têm dificuldade de voltar ao seu território de origem por motivo de ameaças de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e etc. Mesmo com reconhecimento do estado. Por esse motivo os indígenas têm dificuldade de voltar ao seu território de origem para que o estado o reconheça. Muitas das comunidades indígenas foram invadidas pelos madeireiros e garimpeiros, vivendo quase junto nos territórios, isso acontece mais na região do Amazonas. Cada etnia enfrenta problemas diferentes no Brasil, mas a luta pela demarcação de terra é de todos nós indígenas.

O professor de história pode refletir isso com os estudantes indígenas. Quais são as mazelas que existem como forma de mostrar que existem diferenças sociais entre as comunidades indígena. Pode também fazer a história comparada à perspectiva dos brancos: o que eles usam é o que pratica de lazer; qual a dança folclórica da sociedade branco e como são organizadas e discutir que branco

e indígenas vivem totalmente diferente; como é a infância da criança não indígena.

Formação do professor deve ter uma tradução na língua indígenas para criar autonomias de alunos e criar o material didáticos através da pesquisa com rezadores moradores local. Assim diz no livro do RCNEI.

> É importante também que, nos cursos de formação, exista o esforço de disponibilizar e indicar materiais para o professor desenvolver estudos com seus alunos, tais como gravuras, fotografias, textos, músicas, livros, revistas, vídeos e estudos de especialistas. Publicações com documentos históricos e teses acadêmicas são, em geral, de difícil acesso, mas existem algumas versões facilitadas. A cartografia histórica, como o mapa etno-histórico de C. Nimuendaju, pode auxiliar na identificação dos povos existentes, na sua localização e na identificação de seus troncos linguísticos. (RCNEI, 1998, p. 219).

Mas em alguns da escola e aldeia Guarani kaiowá do Cone-sul de Mato Grosso do Sul já utiliza o audiovisual para registrar para guardar a histórias no arquivo, isso é muito importante para a formação de jovens e adolescentes da comunidade local e na escola.

O livro do RCNEI só é seguido por algumas escolas indígenas do Cone-Sul de Mato Grosso do Sul. Outras escolas indígenas não seguem esses parâmetros. O motivo é que o próprio gestor indígena da escola muitas vezes leva adiante a doutrina do padrão mbairy. Só no nome a escola é indígena — na prática, segue o currículo da escola da cidade.

Essa informação foi repassada por alguns professores indígenas que atuam na fronteira entre Brasil e Paraguai. Eles preferiram não revelar o nome, com medo de sofrer retaliação por parte do governo municipal do seu município. Esses professores cursam licenciatura na FAIND/UFGD, mas mesmo assim, o próprio gestor indígena da escola impede a aplicação do que os acadêmicos aprenderam durante o tempo da universidade.

É muito importante que os professores indígenas Kaiowá que desenvolvem trabalhos na escola relatem tudo no caderno. Assim, depois podem analisar a prática pedagógica para identificar os avanços e as dificuldades que aparecem ao longo do trabalho nas escolas indígenas.

Para os professores que querem trabalhar com o modelo de ensinamento indígena dentro da escola, o RCNEI abre caminhos para desenvolver um bom trabalho com os alunos indígenas.

A escola indígena no território Guarani e Kaiowá já avançou muito em relação à infraestrutura. Houve a construção de novos prédios e também de prédios para o Ensino Médio, o que é uma novidade dentro da área demarcada. Mas ainda há muito a ser feito no território Guarani e Kaiowá. Um dos problemas mais graves é a precariedade de prédios nas áreas de retomada — há

locais sem escola, sem energia elétrica, sem água potável, entre outras dificuldades.

Mesmo com todos esses desafios, como transporte escolar e estrutura precária, as crianças indígenas continuam indo à escola. Isso mostra a força e a vontade de aprender, mesmo diante das dificuldades.

2.3 A Lei, o Currículo e a Educação Escolar Indígena

A Educação Escolar Indígena no Brasil vem ganhando força desde os anos de 1970, quando o Estado brasileiro começou a especificar a importância do ensino bilíngue para os povos indígenas. Com o passar do tempo, os indígenas passaram a ser ensinados de forma bilíngue em seus tekoha com o apoio de missionários da igreja. Esse método foi ganhando força, até que, na Constituição Federal de 1988, os povos indígenas conquistaram o direito à especificidade e autonomia para ter uma educação escolar indígena diferenciada.

A discussão sobre uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se deu início com a Constituição Federal de 1988. Em 1996, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e em 1997 a definição da criação do Plano Nacional de Educação, o primeiro aprovado em 2001. Com essas legislações, a educação escolar passou a ter mais força, abrangendo desde a alfabetização das crianças pequenas até o ensino médio para jovens e adultos. Através dessas, as crianças têm mais condições de compreender um conhecimento amplo nas disciplinas da escola.

Para além dos instrumentos normativos, a educação escolar indígena também ganhou força, especialmente com a elaboração do RCNEI como apontamos, que serve como orientação para uma educação mais próxima da realidade dos povos indígenas.

Com base na BNCC e no RCNEI, o Estado de Mato Grosso do Sul também aprovou, em sua Constituição Estadual, diretrizes para a área da educação, alinhadas à Constituição Federal, conforme o Artigo 189.

> Art. 189. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. (CEMS, 1989, p. 45 e 46).

Na Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul está bem claro que a educação escolar do estado do Mato Grosso do Sul prepara para o mercado de trabalho, mas ao contrário a educação escolar indígenas que prepara para a defesa do seu direito em prol da sua comunidade, e preparação

de resgatar a sua origem ancestral preparar para fazer a educação diferenciado como exemplo de valorização de ancião e anciã, resgatar a valorização do territórios e roça kaiowá. No ano de 2019 foi publicado pela SED (Secretaria de Educação), o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS). A aprovação do documento contou com discussões envolvendo representantes da coordenação das escolas Estadual e representantes do município do MS, participando na construção do CRMS. O que traz na educação diferenciada para educação escolar indígenas, diz:

> Em 1999, a Resolução CEB n. 3/CNE/99 fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas e estabelece no art. 1o "[...] no âmbito da educação básica, a estrutura e funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprio, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica". Em 2015, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul elaborou, com a colaboração dos povos indígenas e a devida homologação da Secretaria de Estado de Educação, a Deliberação CEE/MS n. 10.647, que fixa normas para a organização, estrutura e funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.
>
> Conforme o relato histórico apresentado, é evidente que atualmente os povos indígenas têm o direito garantido a uma escola específica e diferenciada, respeitando a diversidade, as diferenças étnicas, a língua, a cultura, as tradições e os costumes que constituem cada grupo. Diante dos avanços legais e sociais que as comunidades indígenas têm conquistado, verifica-se, de outro lado, a necessidade de que as escolas não indígenas tenham conhecimentos dessas realidades, principalmente porque essas estão inseridas no contexto histórico e social do Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, é preciso que as escolas contemplem em seus currículos as especificidades e diversidades locais e regionais, conforme preconiza a BNCC. (CRMS, 2019, p. 33).

Esse Currículo Referência do Mato Grosso do Sul, apenas seguiu os parâmetros da Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2017. Cabe observar que o trecho acima, apesar de reconhecer a legislação diferenciada para as escolas indígenas, não destaca a relação com o ensino bilíngue. Sobre isso é importante pontuar que desde que a escola existiu dentro da comunidade indígenas a escola sempre foi construída para respeitar à diversidade cultural como bilíngues. Como diz no artigo Medeiro.

> Uma novidade foi o convênio firmado em 1969 com o *Summer Institute of Linguistics* (SIL), cujo objetivo era estabelecer a educação bilíngue como um instrumento da integração, na medida em que a alfabetização em língua indígena seria um elemento de transição à língua nacional (Nascimento; Oliveira, 2012). Esta parceria entre a FUNAI e o SIL levou à criação de cursos de formação de

> monitores bilíngues destinados a indígenas para que esses professores auxiliares, depois de formados, mediassem a alfabetização em suas comunidades. (Medeiros, 2018, p.12).

A autora apresenta que a política da educação escolar indígena, não foi especificada na Constituição Federal, mas desde 1969 já está trabalhando com a inclusão da língua materna dos indígenas. Assim a Constituição Federal e na Constituição Estadual do Mato Grosso do Sul, só vem reforçar a valorização da Educação Escolar Indígena diferenciada. Para o gestor e administrativo da escola da aldeia, a trabalhar com a autonomia na educação indígena da comunidade.

O Currículo da Educação Escolar do Município de Dourados-MS, a educação para o povo indígenas de Dourados, segue os mesmos princípios da BNCC, da Constituição Federal e do Currículo de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, não saiu do eixo do Currículo do SED - MS. No Currículo Escolar de Dourados diz, para educação indígenas, segue abaixo.

> Especificamente em Mato Grosso do Sul, é possível recorrer ao Parecer Orientativo CEE/MS n. 131, de 2005, que afirma que a população brasileira foi privada, por meio da história contada, dos benefícios de uma cultura evidentemente plural e rica. Por fim, o Parecer determina que "a educação é um dos veículos de reprodução do racismo, preconceito e discriminação tão presentes na sociedade, portanto é tarefa da mesma desconstruir e transformar a situação posta" (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p. 11). (CD-MS, anos 2020, p. 29).

O currículo municipal de Dourados não está muito claro em relação à educação escolar indígena diferenciada para as populações indígenas da região da Grande Dourados, que tem crescido progressivamente nos últimos anos.

Na região da Grande Dourados-MS, existem 6 escolas indígenas que fazem parte do município de Dourados. São elas: Escola Municipal Indígena Araporã, Escola Municipal Indígena Agostinho, Escola Municipal Lacuí, Escola Municipal Ramão Martins, Escola Municipal Tengatui Marangatu e Escola Municipal Pa'i Chiquito. Além dessas, existe uma extensão da Escola Municipal Tengatui Marangatu localizada na retomada Passo Piraju- Porto Cambira, que fica às margens do Rio Dourados.

Portanto, a única escola municipal que fica fora da reserva indígena de Dourados é a Escola Municipal Pa'i Chiquito. Essa escola tem gestão própria, mas está sob ameaça de fechamento por causa da diminuição do número de alunos. Veremos no próximo capítulo então mais sobre a Escola Municipal Pa'i Chiquito localizada na Terra Indígena Panambizinho.

Capítulo 3 – A Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro

3.1 A História da escola Pa'i Chiquito: com disputas internas acabaram refletindo na escola

Na luta pela demarcação do território indígena Tekoha Panambizinho, as pessoas que falavam melhor o português, como segunda língua, eram escolhidas para conversar com as autoridades do Estado, com representantes de organizações não governamentais ou com entidades que apoiavam a causa indígena. Aqueles que não dominavam bem o português eram ouvidos com ajuda de tradutores, geralmente pessoas indígenas que já falavam essa língua.

Nesse contexto, Reginaldo Aquino teve destaque. Seu irmão, Daniel Aquino, já morava na aldeia, era agente de saúde e era conhecido e confiado pelas lideranças, moradores e rezadores. Com essa confiança, Daniel apresentou seu irmão Reginaldo à comunidade. Reginaldo acabou se casando com a cunhada do Valdomiro Aquino.

Depois, quando Daniel teve um caso amoroso com a filha do Valdomiro, o casamento dele com Clara Barbosa acabou, e os dois se mudaram para a Reserva Indígena de Dourados (RID). Com essa mudança, Reginaldo teve a oportunidade de assumir o papel de agente de saúde. Naquele tempo, ele era o único da comunidade com ensino fundamental II completo. A maioria da comunidade aceitou Reginaldo como agente de saúde. Isso foi no ano de 2002, durante o conflito da retomada da terra da aldeia Panambizinho.

Antes de vir morar na aldeia, Reginaldo vivia na vila do distrito de Panambi, com seu pai, Nairton Aquino, filho de Paulito Aquino. Nairton passou por perseguições durante o tempo do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), por ter sido acusado, junto com seus irmãos, de matar um funcionário da FUNAI na aldeia Lagoa Rica. Por causa disso, Nairton, sua esposa e filhos ganharam um pedaço de terra e uma casa no distrito de Panambi, como doação do patrão onde ele trabalhou muitos anos na roça. Os filhos de Nairton cresceram no meio da sociedade do Mbairy, e foi com essa mentalidade que Reginaldo entrou na aldeia. Ele conquistou a confiança da comunidade, mas também trouxe ideias de fora, tentando impor uma outra forma de pensar na aldeia demarcada.

Quando Reginaldo casou com Dilma, na aldeia Panambizinho, ele ainda não falava a língua kaiowá, não conhecia os Reko (modo de viver tradicional) e não entendia o sistema cultural da comunidade. Quem foi ensinando pouco a pouco os Reko foi sua esposa. Na época da retomada, Reginaldo sempre apoiou a demarcação da terra e a escola indígena. Para alguns, ele foi referência;

para outros, ele parecia oportunista, desarticulando a união da comunidade. Quando algumas famílias não aceitavam suas ideias, ele conseguia apoio de outras famílias para enfraquecer a resistência.

Em 2004, após a demarcação da terra da aldeia Panambizinho, o capitão Nelson Concianza deixou a liderança porque seu pai, Lauro Concianza, faleceu. Lauro era quem cuidava dos rituais tradicionais Kaiowá. Com a morte dele, Nelson assumiu o papel de xamã, responsável por guardar e cuidar do acervo espiritual da aldeia. Por isso, ele se afastou da capitania.

Com a saída de Nelson, Valdomiro assumiu a liderança de forma temporária. A comunidade estava feliz com a conquista da demarcação e não deu muita atenção à mudança de liderança. Aproveitando esse momento, Valdelice Veron, que era coordenadora indígena da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito, oficializou Valdomiro como novo líder, sem consultar a comunidade. A intenção de Valdelice era manter ela e sua família na aldeia e continuar na escola, mesmo sabendo que muitas pessoas não concordavam com essa escolha.

Valdelice era coordenadora de uma escola indígena valorizada, com muitos alunos. Mesmo assim, foi a segunda pessoa a matricular suas filhas na escola estadual Dom Aquino, no distrito de Panambi. A primeira foi uma aluna que terminou o ensino fundamental II. Muitas mães criticam essa atitude de Valdelice, pois ela trabalhava na escola indígena, mas não deixava suas filhas estudarem lá, o que foi visto como desvalorização da própria escola. Algumas mães diziam que Valdelice só usava a escola indígena como cabide de emprego para manter suas filhas estudando na cidade.

Em 2007, quando Valdomiro Aquino começou a comandar a liderança da aldeia, muitas mudanças aconteceram. Valdelice começou a dizer que estavam tentando expulsá-la da aldeia, queimando a área ao redor da sua casa. Mas, na verdade, as queimadas eram frequentes por causa do abandono da roça, falta de apoio do Estado e do mato de braquiária e colonião que tomou conta da terra depois da demarcação, já que essas plantas não são nativas da região. Com medo e insegurança, Valdelice e sua família saíram da aldeia e foram morar na Missão Caiuá, perto da RID.

Com sua saída, a Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro ficou sem coordenação. A professora Clarice Célia Echeveria que é professora na Escola Municipal Indígenas Tengatui Maragatu na aldeia de Jaguapiru RID, mas ela não assinava o documento como coordenadora, mas ela é coordenadora pela Secretaria Municipal da Educação de Dourados de

confiança, mas quem assinava era Seila Silveira Marques de Diretor Gerente de Núcleo de Estatística e Supervisão Técnica, a Clarice assumiu interinamente, por decisão da SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Dourados), até acontecer uma nova eleição.

Na época em que Valdomiro dividiu a terra entre as famílias, Reginaldo não foi beneficiado, porque tinha morado na aldeia velha e tinha zombado das pessoas que participaram da retomada. Por isso, ele começou a fazer política contra Valdomiro. Tentou desmobilizar a escolha dos professores indígenas, mas não conseguiu. Também tentou dividir a aldeia velha, vendendo pedaços de terra para pessoas de outras aldeias, tentando mostrar que existia uma nova liderança ali. No entanto, ele teve poder no posto de saúde, conseguindo colocar sua esposa como faxineira e o irmão como agente de saúde e AISAN (Agente Indígena de Saneamento).

Essa disputa pelo poder entre Reginaldo e Valdomiro desarticulou a comunidade, enfraquecendo a união. Chegou-se a pensar em dividir a aldeia Panambizinho em duas. Mas isso não aconteceu porque pessoas como Fábio Concianza, Ivanuza da Silva Pedro, Marildo da Silva, Luciana Concianza Pedro e Tânia Aquino, com outra formação, conversaram com Valdomiro e com a comunidade, mostrando que a divisão traria ainda mais confusão. Mas o dano já estava feito, e várias famílias que apoiavam Reginaldo já tinham levado suas crianças para estudar em escolas do Mbairy.

Em 2021, durante a pandemia, Reginaldo faleceu. Em 2023, Valdomiro também morreu. Em 2024, foi realizada pela primeira vez uma eleição de liderança na aldeia Panambizinho. Antes, o líder era indicado pelos rezadores, e somente quem dominava os rituais e a roça podia liderar. Na primeira eleição, o vencedor foi Lindomar, um morador de fazenda casado com uma mulher da aldeia, mas ele ficou com medo de assumir a liderança e renunciou. Lindomar era indígena, mas ainda estava aprendendo a língua kaiowá e os Reko com sua esposa. Na segunda eleição, Neuza Alziro Jorge foi eleita e segue como líder até 2025.

Essa longa disputa de liderança deixou muitas feridas e desentendimentos entre as famílias, e até hoje isso afeta a estrutura da escola indígena. Reginaldo e Valdomiro eram primos. Reginaldo cresceu no distrito de Panambi, com formação no pensamento dos mbairy. Já Valdomiro cresceu na fazenda e depois foi estudar na escola da Missão dos alemães da aldeia Lagoa Rica - Panambi. Assim dizia minha mãe, dona Terezinha, já falecida.

Quando o pai de Valdomiro, João Aquino, veio para Panambizinho, foi por causa de perseguição, também acusado no tempo do SPI. A mudança da família veio a convite de Pa’i

Chiquito Pedro, porque Paulito Aquino (avô) também praticava o ritual Kunumi Pepy. Abaixo está a foto de João Aquino, pai de Valdomiro, e ao lado direito, o irmão Nailton Aquino.

Figura 25. João Aquino e Nailton Aquino



Figura 2. (A) João Aquino, filho do cacique Paulito. Fonte: Guto Pascoal, 2002. (B) Nailton Aquino durante a pesquisa ensinando sobre os mymba. Fonte: Autores, 2021.

Fontes: Imagem I Marildo, 2021 p. 34; Imagem II Peralta 2022 p.23

A imagem abaixo mostra Valdomiro Aquino, filho do João Aquino, ao lado Reginaldo Aquino, o filho do Nairton Aquino.

Figura 26. Valdomiro e Reginaldo



Fonte: Imagem I Peralta, 2022 p. 24; Imagem II Fonte II: Publicado no MSTV 1ª Edição - Ponta Porã/ Aldeia Panambizinho, 17/06/2020

Os dois são primos e às esposas dos dois também são irmãs, a Roseli é esposa do Valdomiro Aquino e a Dilma que é irmã da Roseli é esposa do Reginaldo.

As mulheres indígenas Kaiowá da aldeia Panambizinho também se destacam desde o princípio da fundação do Tekoha Panambizinho. Um exemplo é Ramonita, esposa do Pa'i Chiquito, que faleceu no ano de 1990, já com idade avançada. Ela foi uma das pioneiras e uma importante

referência para as mulheres da comunidade. Muitas de suas filhas aprenderam com ela as práticas de reza e o conhecimento sobre os remédios tradicionais.

Durante o período da ditadura militar, as mulheres indígenas muitas vezes permaneceram em silêncio e tiveram pouca oportunidade de participar das decisões. Mesmo após a Constituição Federal de 1988, muitas mulheres indígenas ainda não conheciam os seus direitos garantidos pela legislação.

Entretanto, durante a retomada do Tekoha Panambizinho, as mulheres Kaiowá tiveram uma participação fundamental. Elas foram importantes para garantir a segurança das crianças, levando-as para locais considerados mais seguros caso acontecesse algum ataque dos colonos. Muitas mães também procuravam proteger seus filhos e seus maridos, evitando que eles avançassem contra os colonos e ajudando a controlar os conflitos.

Durante a retomada, as mulheres também contavam com o apoio dos guerreiros, principalmente para garantir a segurança da comunidade e para buscar lenha utilizada na preparação dos alimentos. Dessa forma, as mulheres tiveram uma participação importante não somente nos cuidados com as crianças e com as famílias, mas também na organização e na resistência da comunidade.

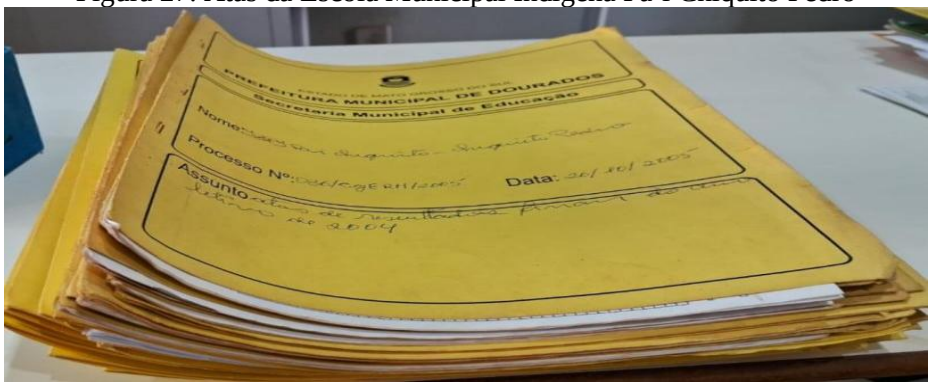
Mesmo depois da demarcação do território da aldeia Panambizinho, as mulheres continuaram participando das decisões importantes da comunidade. Um exemplo é Roseli, esposa de Valdomiro, que teve um papel importante para impedir que a aldeia Panambizinho fosse dividida ao meio. A proposta de dividir a aldeia havia sido apresentada por Reginaldo, que é cunhado de Roseli. Diante dessa situação, Roseli conversou com sua irmã Dilma e, juntas, procuraram convencê-la a conversar com Reginaldo para que ele desistisse da ideia de dividir o território.

Assim, a participação das mulheres Kaiowá esteve presente em diferentes momentos da história do Tekoha Panambizinho, desde a transmissão dos conhecimentos tradicionais até a luta pela retomada, a proteção das famílias e as decisões relacionadas ao território da comunidade.Com as brigas das lideranças dentro da aldeia Panambizinho, a escola acabou sendo prejudicada uma vez que as famílias tradicionais da aldeia começaram a desacreditar a escola da aldeia. Por outro lado, outras famílias passaram também a ficar ao lado da escola de modo que ela conseguiu se manter firme com a valorização de famílias que acreditavam na escola através da sua cultura, tradição, crença e língua e o modo de viver, para fortalecer e preservar a sua luta Kaiowá.

3.2 A trajetória de diminuição do número de estudantes na Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro

Com algumas famílias desacreditando na escola, a Escola Municipal Indígenas Pa´i Chiquito Pedro passou pela fase de evasão escolar, abaixo mostro imagens das atas da Escola Municipal Indígena Pa´i Chiquito Pedro:

Figura 27. Atas da Escola Municipal Indígena Pa´i Chiquito Pedro



Fonte: Abrisio, Data: 08/08/2025

Com essa pesquisa das Atas da escola consegui levantar algumas informações de quantos alunos passaram pela a Escola Pa`i Chiquito Pedro, e montar o quadro da série e quantidade dos alunos, quadro abaixo:

Tabela 1. Dados do censo escolar da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro. Série Histórica

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2004:				
1ª Série: 6 alunos	2ª Série: 17 alunos	3ª Série: 8 alunos	4ª Série: 19 alunos	5ª Série: 20 alunos
6ª Série: 10 alunos	7ª Série: 5 alunos	—	—	—
Total: 85 alunos				
Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2005:				

1ª Série: 12 alunos	2ª Série: 08 alunos	3ª Série: 18 alunos	4ª Série: 10 alunos	5ª Série: 22 alunos

6ª Série: 20 alunos	7ª Série: 07 alunos	8ª Série: 05 alunos	—	—

Total: 102 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2006:

1ª Série: 06 alunos	2ª Série: 12 alunos	3ª Série: 10 alunos	4ª Série: 16 alunos	5ª Série: 10 alunos

6ª Série: 21 alunos	7ª Série: 19 alunos	8ª Série: 06 alunos	—	—

Total: 100 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2007:

1ª Ano: 06 alunos	2ª Ano: — alunos	3ª Ano: 07 alunos	4ª Ano: 12 alunos	5ª Ano: 14 alunos

6ª Ano: 12 alunos	7ª Ano: 10 alunos	8ª Ano: 17 alunos	9ª Ano: 15 alunos	—

Total: 93 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2008:

1ª Ano: 10 alunos	2ª Ano: 03 alunos	3ª Ano: — alunos	4ª Ano: 09 alunos	5ª Ano: 11 alunos

6ª Ano: 20 alunos	7ª Ano: 11 alunos	8ª Ano: 10 alunos	9ª Ano: 11 alunos	—

Total: 85 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2009:

1ª Ano: 11 alunos	2ª Ano: 09 alunos	3ª Ano: 04 alunos	4ª Ano: 04 alunos	5ª Ano: 10 alunos

6ª Ano: 14 alunos	7ª Ano: 08 alunos	8ª Ano: 09 alunos	9ª Ano: 08 alunos	—

Total: 77 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2010:				
1ª Ano: 11 alunos	2ª Ano: 13 alunos	3ª Ano: 07 alunos	4ª Ano: 03 alunos	5ª Ano: 11 alunos
6ª Ano: 08 alunos	7ª Ano: 10 alunos	8ª Ano: 06 alunos	9ª Ano: 04 alunos	—

Total: 73 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2011:				
1ª Ano: 13 alunos	2ª Ano: 09 alunos	3ª Ano: 13 alunos	4ª Ano: 06 alunos	5ª Ano: 09 alunos
6ª Ano: 09 alunos	7ª Ano: 07 alunos	8ª Ano: 07 alunos	9ª Ano: 03 alunos	—

Total: 76 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2012:				
1ª Ano: 07 alunos	2ª Ano: 12 alunos	3ª Ano: 11 alunos	4ª Ano: 10 alunos	5ª Ano: 07 alunos
6ª Ano: 09 alunos	7ª Ano: 09 alunos	8ª Ano: 07 alunos	9ª Ano: 05 alunos	—

Total: 77 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2013:				
1ª Ano: 09 alunos	2ª Ano: 04 alunos	3ª Ano: 12 alunos	4ª Ano: 11 alunos	5ª Ano: 10 alunos
6ª Ano: 09 alunos	7ª Ano: 04 alunos	8ª Ano: 07 alunos	9ª Ano: 05 alunos	—

Total: 71 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2014:				
1ª Ano: 04 alunos	2ª Ano: 08 alunos	3ª Ano: 05 alunos	4ª Ano:12 alunos	5ª Ano: 10 alunos

6ª Ano: 12 alunos	7ª Ano:07 alunos	8ª Ano: 05 alunos	9ª Ano: 05 alunos	—

Total: 68 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2015:

1ª Ano: 05 alunos	2ª Ano: 05 alunos	3ª Ano: 08 alunos	4ª Ano: 06 alunos	5ª Ano: 14 alunos

6ª Ano: 10 alunos	7ª Ano: 11 alunos	8ª Ano: 06 alunos	9ª Ano: 05 alunos	—

Total: 70 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2016:

1ª Ano:03 alunos	2ª Ano: 05 alunos	3ª Ano: 07 alunos	4ª Ano: 08 alunos	5ª Ano: 06 alunos

6ª Ano: 15 alunos	7ª Ano: 09 alunos	8ª Ano: 11 alunos	9ª Ano: 05 alunos	

Total: 69 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2017:

Pré-único: 05 alunos	1ª Ano: 03 alunos	2ª Ano: 03 alunos	3ª Ano: 07 alunos	4ª Ano: 09 alunos

5ª Ano: 06 alunos	6ª Ano: 12 alunos	7ª Ano: 12 alunos	8ª Ano: 06 alunos	9ª Ano: 10 alunos

Total: 73 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2018:

Pré-único: 05 alunos	1ª Ano: 04 alunos	2ª Ano: 03 alunos	3ª Ano: 05 alunos	4ª Ano: 08 alunos

5ª Ano: 08 alunos	6ª Ano: 10 alunos	7ª Ano: 12 alunos	8ª Ano: 13 alunos	9ª Ano: 06 alunos

Total: 74 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2019:

Pré-único: 03 alunos	1ª Ano: 07 alunos	2ª Ano: 03 alunos	3ª Ano: 04 alunos	4ª Ano: 07 alunos
5ª Ano: 07 alunos	6ª Ano: 09 alunos	7ª Ano: 09 alunos	8ª Ano: 08 alunos	9ª Ano: 10 alunos

Total: 67 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2020:				
Pré-I: 03 alunos Pré-II: 02 alunos	1ª Ano: 02 alunos	2ª Ano: 08 alunos	3ª Ano: 03 alunos	4ª Ano: 04 alunos
5ª Ano: 08 alunos	6ª Ano: 07 alunos	7ª Ano: 09 alunos	8ª Ano: 07 alunos	9ª Ano: 07 alunos

Total: 60 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2021:				
Pré-I: 06 alunos Pré-II: 05 alunos	1ª Ano: 02 alunos	2ª Ano: 02 alunos	3ª Ano: 07 alunos	4ª Ano: 03 alunos
5ª Ano: 04 alunos	6ª Ano: 08 alunos	7ª Ano: 05 alunos	8ª Ano: 09 alunos	9ª Ano: 07 alunos

Total: 58 alunos

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2022:				
Pré-I: 04 alunos Pré-II: 04 alunos	1ª Ano: 08 alunos	2ª Ano: 01 alunos	3ª Ano: 02 alunos	4ª Ano: 06 alunos
5ª Ano: 03 alunos	6ª Ano: 03 alunos	7ª Ano: 07 alunos	8ª Ano: 06 alunos	9ª Ano: 07 alunos

Total: 51 alunos

Fonte: Abrisio, Data: 17/08/2025

Com este quadro dá para perceber que no começo de ano 2004 a escola começou a aumentar o número de estudantes matriculados na escola, mas ao passar do tempo veio despencando os alunos matriculados até o ano de 2022. Isto revela um percurso marcado por fases de crescimento,

estabilização e queda no número de matrículas.

No início da série histórica, em 2004, a escola contava com 85 alunos, alcançando seu maior número em 2005, com 102 estudantes, resultado que entendemos estar relacionado ao contexto da demarcação da Terra Indígena Panambizinho, ocorrida em 2004, e ao fortalecimento inicial da comunidade escolar. Em 2006, o número de alunos ainda se manteve elevado, com 100 matriculados, mas, a partir de 2007, iniciou-se um processo gradual de redução, chegando a 73 alunos em 2010.

Entre 2011 e 2016, observa-se uma relativa estabilização, com as turmas variando entre 68 e 77 alunos, o que demonstra certa regularidade na presença de crianças em idade escolar nesse período. Período esse marcado pela presença maior de professores indígenas cursando o Teko Arandu, ou já finalizando esse processo de formação.

Entre 2017 e 2019, houve uma pequena recuperação, chegando a 74 alunos, mas a partir de 2020 ocorreu uma queda acentuada. O impacto da pandemia de Covid-19 se evidencia na diminuição drástica das matrículas: de 67 alunos em 2019, o número caiu para 60 em 2020, 58 em 2021 e chegou a apenas 51 em 2022, o menor registro de toda a série analisada.

Cabe observar também que após o arrefecimento dos casos de COVID-19, as aulas retomaram primeiramente na vila, enquanto a escola da aldeia permaneceu fechada. Isso fez com que algumas famílias transferissem as matriculas dos filhos para a escola da vila, fato este que também fez com que diminuísse as matriculas na Escola Pa'i Chiquito.

Olhando para a distribuição interna de cada ano escolar, percebe-se que nos primeiros anos (2004–2006), as turmas iniciais eram maiores, chegando a 20 ou mais alunos na 5ª série. Porém, nos próximos anos as matriculas de 1º ao 5º ano caíram bastante, sendo que chegam a apenas três alunos em 2022 no 5º ano. Isso indica a diminuição da população infantil na escola indígena e também gerando dúvidas com relação a permanência destes alunos na escola.

Os anos finais do ensino fundamental de 6º ao 9º ano também sofreram oscilações. Mesmo que nos primeiros anos registrados houveram turmas mais cheias (com 21 alunos na 6ª série e até 17 no 8º ano) a tônica parece ser a mesma das demais turmas reduzidas com o passar dos anos registrados. Estes dados também nos levam a considerar uma grande preocupação com a permanência e a evasão escolar ao longo do ensino fundamental.[10]

[10] Para um olhar macro dos números de matriculas nas escolas indígenas, principalmente com relação a evasão no segundo ciclo do Ensino Fundamental ver em Knapp; Ferreira 2021.

Da mesma sorte, a partir de 2017 com o início da educação infantil, percebe-se que não houve um aumento significativo do número de matriculas, pois as turmas permaneceram pequenas, com números que não ultrapassaram seis crianças.

Podemos então sintetizar que a Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro passou por três momentos distintos: um crescimento inicial do qual pensamos estar diretamente relacionado com a demarcação da Terra Indígena; uma estabilização entre 2009 a 2019 e uma queda a partir dos anos 2020, também entendemos estar relacionado com a Pandemia de COVID-19.

Esse quadro foi feito pelo arquivo da ata da escola da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro de ano 2004 a 2022. Os dados das Atas do ano de 2023 a 2024 ainda estão na Secretaria Municipal de Dourados, na análise de técnico de SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Dourados), logo estas atas mais recentes não foram disponibilizadas na escola ainda. Contudo os dados de 2025 estão no computador da escola, com a autorização do Diretor foi repassado para este pesquisador, abaixo:

Tabela 2. Dados do censo escolar da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro. Ano 2025

Escola Municipal Pa`i Chiquito Pedro Atas de Ano Letivo de 2025:

Pré-I: 03 alunos Pré-II: 03 alunos	1ª Ano: 06 alunos	2ª Ano: 07 alunos	3ª Ano: 04 alunos	4ª Ano: 05 alunos

5ª Ano: 02 alunos	6ª Ano: 04 alunos	7ª Ano: 07 alunos	8ª Ano: —	9ª Ano: 06 alunos

Total: 47 Alunos

Fonte: Abrisio, Data: 20/08/2025

Essa Ata ano de 2025 foi repassado pela secretaria Marciane que trabalha na escola Pa´i Chiquito Pedro, mas o concurso dela é na Escola Municipal Francisco Meireles, a Escola da aldeia Panambizinho até secretario próprio não tem na escola.

Olhando os dados, percebemos que em 2025, a Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro registrou apenas 47 alunos matriculados, número ainda menor que o de 2022 (51 alunos) e o mais baixo de toda a série histórica analisada desde 2004. Esse número confirma a propensão da redução dos estudantes observadas a partir de 2020, números que não se reverteram mesmo depois da pandemia, ainda que possam ter se acentuado devido a ela.

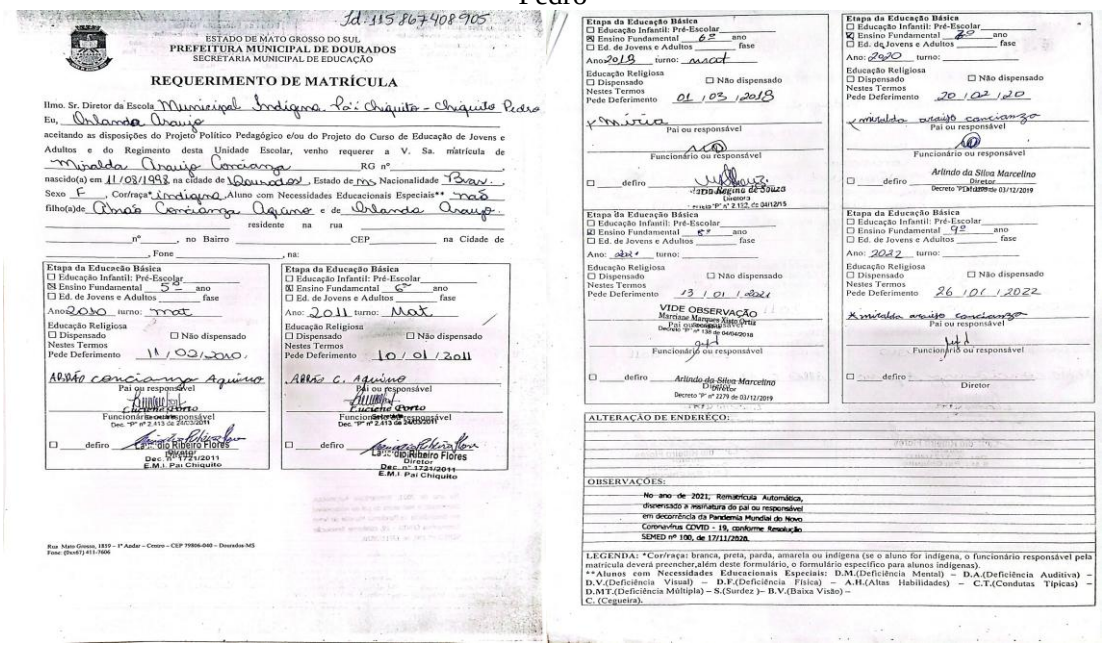
Analisando os números de cada turma, verifica-se a mesma trajetória dos anos anteriores. Os primeiros anos apresentam uma quantidade de apenas 6 alunos no 1º ano, 7 no 2º ano e 5 no 4º ano. O 5º ano, último ano do primeiro ciclo do ensino fundamental, conta com apenas 2 alunos, o que demonstra o cenário critico de forte diminuição da base escolar. Da mesma forma, os anos finais do ensino fundamental também se encontram enfraquecidos: a 6º ano registra apenas 4 estudantes, a 7ª conta com 7, e o 9º ano com 6 alunos. O dado mais impactante é que não existem estudantes no 8º ano.

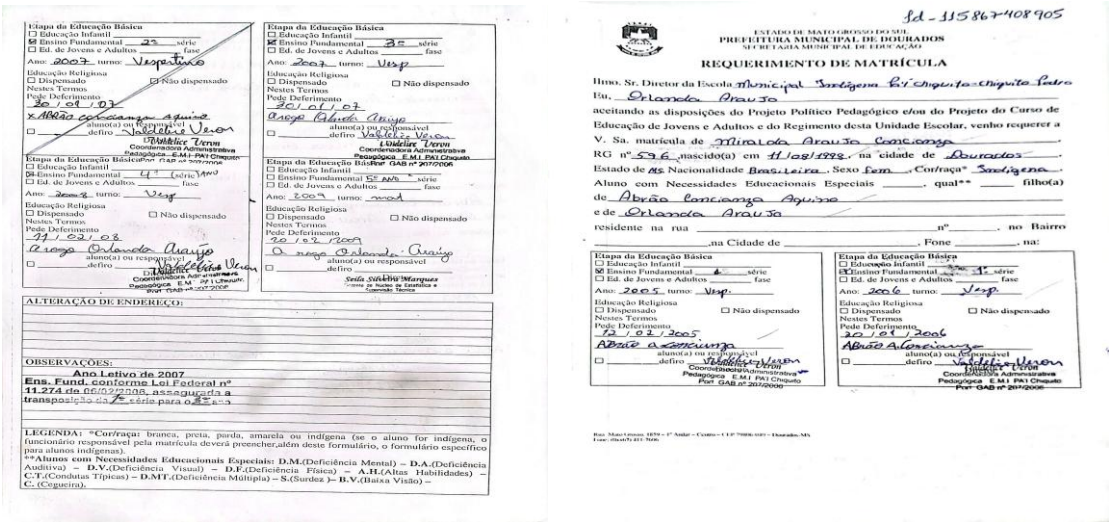
Com relação a Educação Infantil, os três estudantes no Pré-I e o mesmo número Pré-II, não dá conta de mostrar sinais de renovação significativa destes estudantes na escola, o que pode sugerir um desafio não apenas de escolarização, mas de dinâmica populacional da comunidade.

Por fim, os dados da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro de 2025 reforçam nossa interpretação de que a escola atravessa um momento de diminuição e enfraquecimento, que mesmo que seja agravado com a Pandemia tem origem nas disputas e divisões internas da Terra Indígena.

Com relação aos diretores que passaram pela a Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro temos alguns registros de seus nomes nos documentos abaixo:

Figura 28. Documentos com registros dos diretores da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro





Abrisio, Data: 08/08/2025

Esses registros, documentos escolares registram o nome dos seguintes profissionais que atuaram na escola na função de diretor ou coordenador escolar:

- Valdelice Veron no ano 2006;
- Seila Silveira Marques no ano 2007;
- Laucidio Ribeiro Flores ano 2011;
- Arlindo da Silva Marcelino no ano 2019.

Algumas mudanças na direção da escola ocorreram por motivos pessoais; em alguns casos, houve o falecimento do Diretor Laucídio, enquanto em outros, o afastamento do diretor se deu devido à interferência de problemas pessoais na gestão escolar, o que acabou levando à sua saída.

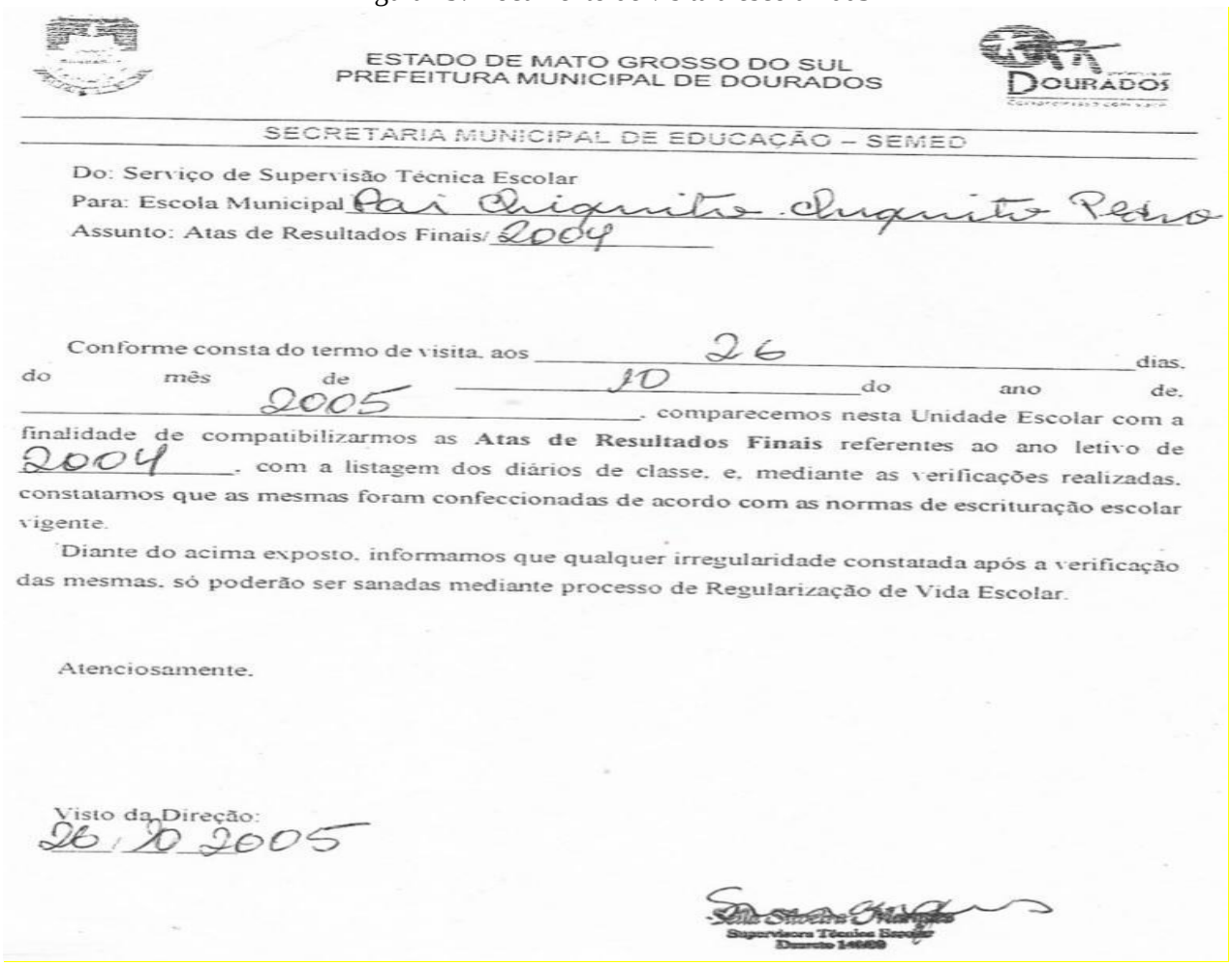
3.3 As aulas de História na Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro

A Educação Escolar Indígena no Tekoha Panambizinho ainda não tem um tripé fixo em relação à disciplina de História. O motivo é que o conteúdo dessa disciplina foi mudando com o tempo, principalmente por causa das mudanças na administração da escola. No início, os indígenas da aldeia Panambizinho foram alfabetizados por missionários. Depois, a escola passou a ser administrada pela FUNAI e, mais tarde, pela Prefeitura Municipal de Dourados, em convênio com a Missão Caiuá, como extensão da Escola Municipal Tengatui Marangatu.

No ano de 2002, a escola ganhou seu próprio nome, em homenagem ao fundador da aldeia Panambizinho: Pa'i Chiquito Pedro. A partir daí, passou a ter sua própria administração e gestão, com o início da construção do seu PPP (Projeto Político-Pedagógico). A escola começou a

funcionar com base nesse novo projeto, e no final do ano letivo de 2004 foram feitas as primeiras ATAS. Já em 2005, um técnico da SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Dourados) fez uma visita à escola, conforme registrado no documento abaixo.

Figura 29. Documento de visita a escola 2005



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

DOURADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

Do: Serviço de Supervisão Técnica Escolar
Para: Escola Municipal Pai Augusto. Augusto Pedro
Assunto: Atas de Resultados Finais/ 2004

Conforme consta do termo de visita, aos 26 dias. do mês de 10 do ano de 2005, comparecemos nesta Unidade Escolar com a finalidade de compatibilizarmos as **Atas de Resultados Finais** referentes ao ano letivo de 2004, com a listagem dos diários de classe, e, mediante as verificações realizadas, constatamos que as mesmas foram confeccionadas de acordo com as normas de escrituração escolar vigente.

Diante do acima exposto, informamos que qualquer irregularidade constatada após a verificação das mesmas, só poderão ser sanadas mediante processo de Regularização de Vida Escolar.

Atenciosamente.

Visto da Direção:
26/10/2005

Supervisora Técnica Escolar

Fonte: Abrisio Silva Pedro Data: 18/09/2024

Com as várias mudanças de administração e gestão na escola da aldeia Panambizinho, muitos professores de outras áreas acabaram assumindo a disciplina de História, mesmo sem ter formação específica nessa área. Os professores repassam os conteúdos com base no seu próprio conhecimento e experiência na sala de aula. Por essa razão, a escola não possui registros ou atas que comprovem os conteúdos que foram trabalhados na disciplina de História ao longo dos anos. Com esse problema, não foi possível mapear o que os professores realmente ensinaram para os alunos da escola da aldeia Panambizinho.

Segundo informações do secretário Márcio Adriano Ramos Velasques, da Escola Municipal Indígena Pa’i Chiquito Pedro — que atualmente está cedido pela Escola Municipal Francisco Meireles, mas atuou na Escola Municipal Indígena Pa’i Chiquito - Chiquito Pedro desde o ano de 2010 —, até hoje a Escola Municipal Indígena Pa’i Chiquito - Chiquito Pedro ainda não possui um secretário próprio. Ele relatou que, devido às constantes mudanças na gestão da escola, muitos documentos e atas anteriores à criação do nome próprio da escola foram perdidos ou nem chegaram a ser produzidos. Por isso, não há comprovação oficial dos professores que lecionam na escola da aldeia Panambizinho antes da existência da Escola Municipal Indígena Pa’i Chiquito Pedro.

A partir do momento em que a escola passou a ter seu próprio nome, os documentos dos alunos começaram a ser organizados e arquivados oficialmente, a partir do ano de 2005, como mostra a lista de documentos abaixo.

Figura 30. Registro escolar de avaliação bimestral

Prefeitura Municipal de Dourados
Secretaria Municipal de Educação
AVALIAÇÃO BIMESTRAL DO ENSINO FUNDAMENTAL

Escola Municipal Indígena Pai Chiquito -Chiquito Pedro

Aos dezessete dias do mês de dezembro 2004 terminou o processo de apuração das avaliações dos alunos do Ensino Fundamental, matriculados na 5ª série da turma única do turno matutino deste Estabelecimento de Ensino, com os seguintes resultados:

Nº de chamada	Nome do(a) aluno(a) Carga Horária Anual: 1000 h/a	ENSINO FUNDAMENTAL – ÁREAS DE CONHECIMENTO – BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA										
		Língua Portuguesa	Matemática	Ciências	Geografia	História	Educação Artística	Educação Física	Língua Inglesa	Cultura Indígena		
1	Anderson Verga Concianza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Repr
2	Celma da Silva Concianza	7,13	6,00	6,13	6,00	6,00	6,63	7,63	7,13	6,88		Aprov
3	Cleber Severino Gonçalves	7,25	6,75	6,38	6,88	6,25	7,63	8,75	7,38	6,75		Aprov
4	Demaercio Airton Perito	6,63	6,00	6,00	6,00	6,00	6,38	6,13	6,38	7,25		Aprov
5	Elidane Capilé Jorge	7,38	7,25	6,50	6,88	6,50	7,13	7,63	7,50	7,00		Aprov
6	Elizeu Aquino	7,13	7,00	6,25	6,50	6,75	7,63	6,88	7,38	6,75		Aprov
7	Janete Capilé Jorge	7,13	6,25	6,13	6,13	6,25	6,88	6,88	7,13	6,88		Aprov
8	Joelma Jorge Aquino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Repr
9	Marcia Pelinxo Perito	6,75	8,00	6,63	6,50	6,38	7,13	7,00	6,88	7,38		Aprov
10	Miller Araujo Concianza	7,50	8,13	6,75	6,38	6,50	8,88	7,88	7,75	7,00		Aprov
11	Nilson Severino Aquino	7,13	7,63	6,63	6,63	6,25	7,38	8,00	7,25	6,88		Aprov
12	Patricia da Silva Pedro	7,00	6,63	6,75	7,00	6,63	6,75	7,63	6,88	7,63		Aprov
13	Regiéli Severino Aquino	7,13	6,13	6,88	7,25	6,50	6,88	6,00	7,38	7,25		Aprov
14	Rose Jorge Aquino	7,13	0,00	0,00	7,13	6,13	6,75	7,00	7,13	0,00		Repr
15	Regina Aquino	7,13	6,00	6,63	6,88	7,13	8,50	7,88	7,13	6,75		Aprov
16	Saletia Aquino Jorge	7,00	6,88	6,25	6,63	6,50	7,13	6,88	7,13	6,75		Aprov
17	Suziamar Aquino Jorge	7,13	7,50	6,38	7,38	7,50	7,38	6,00	7,38	7,25		Aprov
18	Juliandro Jorge Pedro	7,13	7,00	6,38	7,13	7,00	7,63	6,50	7,13	7,63		Aprov
19	João Francisco Severino	6,38	6,00	6,00	6,00	6,00	7,88	7,63	6,63	6,75		Aprov
20	Regiane Severino Aquino	7,38	6,13	6,13	6,63	6,50	7,13	7,63	7,25	6,88		Aprov
21												
22												
23												
24												
25												
26												
27												
28												
29												
30												

Observações:

Para constar, eu Sandra Maria Silva lavrei a presente ata que assino juntamento com o(a) Diretor(a).
Dourados-MS, 21 de fevereiro de 2005.

Ass. Secretário(a)
Sandra Maria Silva
Secretária
Dec. "P" nº 2.413 de 24/03/2011

Ass. do(a) Diretor(a)

Selia Silveira Marque
Inspetora Escolar
Decreto Nº 140/00

Fonte: Abrisio Silva Pedro Data: 18/09/2025

Nessa lista consta os alunos que terminaram a primeira turma da 5ª série na escola da aldeia Panambizinho que foi chamada com o nome de Escola Municipal Indígena Pa´i Chiquito Pedro, antes a escola era extensão da Escola Municipal Tengatui Marangatu da Reserva Indígena de Dourados, que faz parte da aldeia Jaguapiru.

3.2.1 O perfil dos professores indígenas que atuam na disciplina de história

Segundo o relato dos ex-alunos Abrão, Anardo, Neuza e Misael, que passaram pela escola da aldeia Panambizinho, antigamente apenas um professor era responsável por todas as disciplinas, antes mesmo da criação da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito. Só depois que a Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedrofoi criada é que o Ensino Fundamental II começou a funcionar, com professores da cidade de Dourados ministrando as disciplinas de Geografia e História.

Um dos professores de História naquele período foi Reginaldo Candado. Mais tarde, a indígena Tânia Fátima Aquino — nascida na aldeia Panambizinho — entrou para o curso de Licenciatura Intercultural Indígena da FAIND/UFGD (Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados). Como ainda não havia professores formados na área de História na aldeia, ela começou a dar aulas como professora leiga, para o ensino fundamental II. na área de disciplina de história de ensino fundamental I quem estava dando a aula era os professores efetivados e que quase todas as disciplinas eram ministradas pelos professores efetivados. Só a Educação física e Educação Artística era dada pelos outros professores.

Os primeiros professores nascidos na aldeia Panambizinho que deram aulas para sua própria comunidade foram Anardo Conciánza e Misael Conciánza, no ano de 2002, ambos com formação em magistério de nível médio pelo curso Ára Verá. Anardo contou, durante uma roda de tereré (cuia, erva e água gelada), que antes de fazer o Ára Verá, ele só tinha o Ensino Fundamental I. Quando voltou do curso, passou a alfabetizar os mais velhos da aldeia.

Segundo o professor Anardo, a primeira sala de aula que assumiu foi no projeto MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), implantado entre 2003 e 2016, com parceria da Petrobras e do Instituto Paulo Freire. Os alunos eram, em sua maioria, seus próprios familiares: suas irmãs Senaide e Nair, seu cunhado Misael Perito e outros, todos com idade avançada.

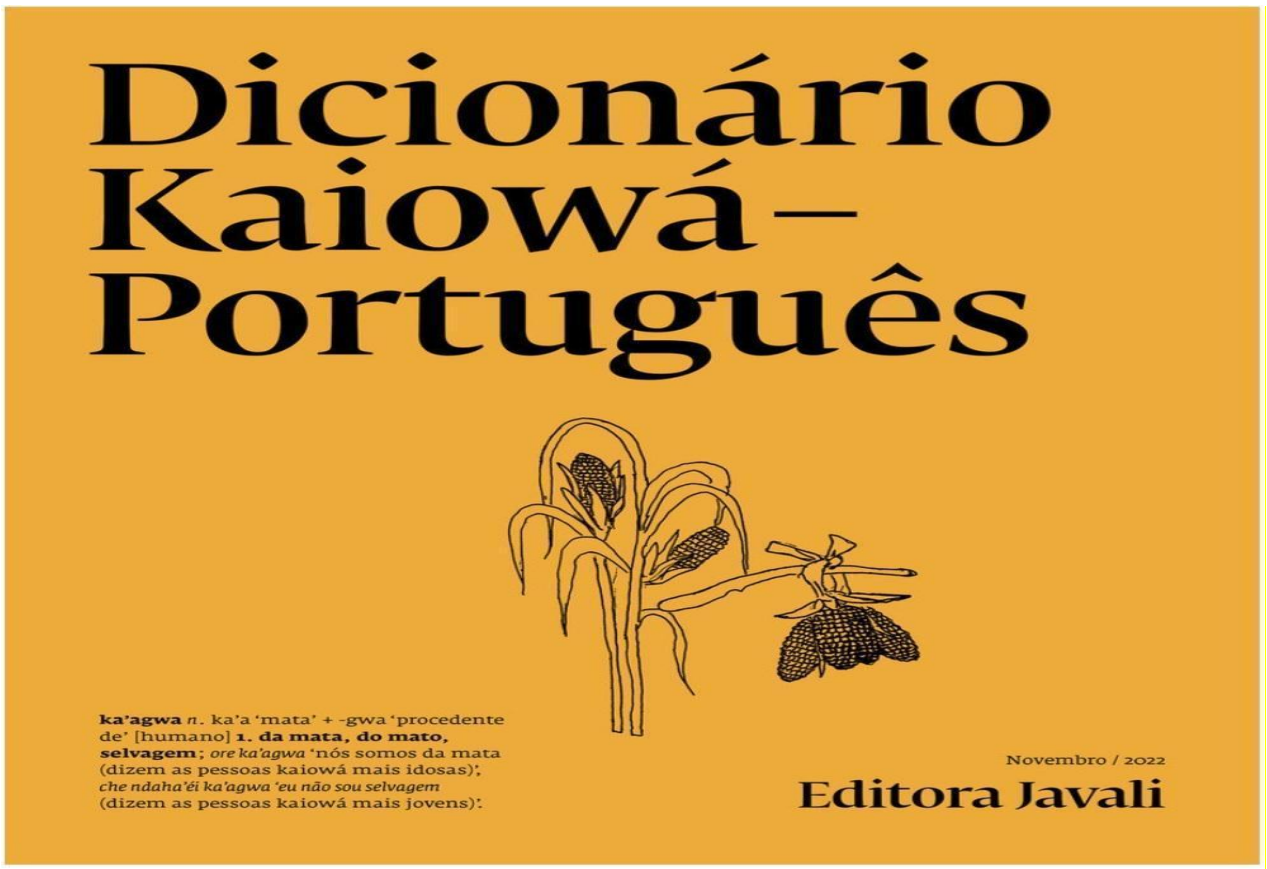
A primeira fase do MOVA era a alfabetização — o ensino do nome e sobrenome. A segunda fase era a leitura. Eles usavam os livros deixados pela SEMED, mas também contavam histórias próprias nas aulas, especialmente histórias do passado, da tradição oral. Com o tempo, alguns alunos pararam de frequentar a escola, e o projeto MOVA foi encerrado. Mesmo assim, alguns aprenderam a escrever nome e sobrenome, outros apenas o nome, e alguns não conseguiram aprender a ler e escrever.

Quando Anardo foi contratado pela Prefeitura para lecionar nas séries iniciais, ele contou que um único professor era responsável por todas as disciplinas. Por isso, não era possível focar apenas em uma matéria. Na disciplina de História, usavam o livro fornecido pela SEMED e complementam com relatos e vivências.

Mais tarde, Anardo foi efetivado na disciplina de Arte, mas a Secretaria Municipal de Dourados continuou passando para ele várias disciplinas das séries iniciais, mesmo ele sendo formado para ensinar Arte no Ensino Fundamental II. Como não havia professores formados na aldeia Panambizinho, ele teve que assumir essas disciplinas. Muitos professores de fora não queriam dar aula na escola da aldeia, por conta da distância. Além disso, a SEMED só oferecia transporte (viatura da prefeitura) para professores do Ensino Fundamental II, e não havia pagamento de difícil acesso. Assim, Anardo era obrigado a dar aulas de História mesmo sem formação específica.

Misael Conciánza, ao retornar do curso de formação de nível médio do Ára Verá, também foi obrigado a dar aulas de Educação Física e da terceira série, incluindo a disciplina de História. A Escola Municipal Pa'i Chiquito, naquela época (2002), ainda não contava com professores formados. Misael é conhecido por ser desenhista e por ter colaborado na produção de cartilhas de prevenção na época da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde). Atualmente, está afastado da sala de aula por motivos de saúde, mas é concursado para atuar nas séries iniciais e em Educação Artística. Ele também foi um dos colaboradores do Dicionário Kaiowá-Português, organizado por Graciela Chamorro.

Figura 31. Foto do dicionário Kaiowá- Português



Capa do *Dicionário kaiowá-português* (imagem: divulgação)

Fonte: https://www.editorajavali.com/product-page/dicion%C3%A1rio-kaiow%C3%A1-portugu%C3%AAs?srsltid=AfmBOoqZ2khxjpFEdnq-7DA_Lr6o43CA_Yz6xu8QNqOiDdDFNRorG8Oa data: 25/11/2022

Misael e Anardo são irmãos e os dois também passaram pela 2ª turma do curso de Licenciatura Intercultural do Teko Arandu pela FAIND-UFGD. O Anardo concluiu o curso de Ciências Humanas e o Misael não concluiu por motivo de saúde.

Quando Tânia Fátima Aquino entrou na FAIND/UFGD (Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados), cursando a habilitação em Ciências Humanas, o professor que administrava as disciplinas de Geografia e História passou para ela a responsabilidade de dar essas aulas. Desde então, Tânia vem atuando na área de Ciências Humanas na escola. No ano de 2024, ela concluiu o mestrado no PPGG/UFGD (Programa de Pós-Graduação em Geografia). No entanto, a carga horária de História e Geografia é muito pequena, devido à baixa quantidade de alunos.

Todos os anos, a Prefeitura de Dourados-MS realiza um processo seletivo para contratar professores para as escolas indígenas. A diferença nesse processo é que os professores são classificados conforme a pontuação dos títulos acadêmicos e das formações realizadas fora da escola. Os professores selecionados, ao serem chamados pelo RH (Recursos Humanos) da SEMED, têm a opção de escolher em qual escola desejam trabalhar. Por esse motivo, a Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro quase sempre fica com a professora Tânia, já que muitos professores evitam essa escola devido à distância. A maioria prefere atuar nas escolas da RID (Reserva Indígena de Dourados). Outro fator é o número reduzido de horas-aula, já que há poucos alunos na escola.

Segundo informações do diretor Josias Aêdo, em 2024 o número de alunos da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito subiu de 38 para 48, atendendo do 1º ao 9º ano. Esse aumento foi considerado um resultado positivo, mesmo sem grande comemoração. O diretor disse que está fazendo o possível para atrair mais alunos. Em 2024, a escola não tinha turmas de séries iniciais, mas em 2025 essas séries foram reabertas. No entanto, um ponto preocupante é que, em 2025, o 8º ano não tem nenhum aluno matriculado, como apresentamos na tabela 2.

Além da falta de alunos, e algumas mães matriculam os filhos no distrito Panambi, são de 40 alunos indígenas, esse é relato da Geisa que trabalha como monitora no transporte escolar que puxa alunos na aldeia. A aldeia Panambizinho enfrenta outro problema: a baixa taxa de natalidade e a alta taxa de mortalidade entre os jovens por alcoolismo. Muitos casais indígenas não estão tendo filhos, e o número de jovens que morrem por causa do alcoolismo é muito alto. Segundo informações de agentes de saúde da aldeia, quando falou na sala de aula do bloco comum no Teko Arandu, nascem apenas 2 bebês indígenas por ano, enquanto 4 jovens morrem por alcoolismo, isso a partir do relato do agente de saúde Samuel Aquino. Esse problema também impacta diretamente na diminuição de alunos na escola da aldeia Panambizinho.

3.2.2 O Currículo da disciplina de História da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro

A Escola Municipal Pa'i Chiquito é uma das escolas que, até hoje, ainda não teve seu PPP (Projeto Político-Pedagógico) aprovado oficialmente pela SEMED. A questão é que, sempre que se tenta avançar na construção ou finalização do PPP da escola, algum imprevisto acontece e o processo acaba sendo engavetado novamente. Um dos principais problemas é a troca repentina da

direção da escola.

O morador da aldeia Panambizinho que está efetivado na escola municipal Indígenas Pa´i Chiquito Pedro só tem 2 professor efetivo que é concursado, um deles que é Misael Concianza, mas está fora da sala de aula por motivo de reabilitação de afastamento da doença, por esse motivo não pode ser diretor da escola e o Arnaldo Concianza que já foi o diretor substituto no anos de 2024, mas a mãe não elegeu ele por motivo que os netos deles estão tudo na escola do distrito da vila Panambi. Na visão da mãe o Anardo está só pelo interesse de emprego na escola, mas não para ensinar e valorizar a escola indígenas. Outros motivos que não tem professor efetivado, a prefeitura faz há algum tempo que não abre concurso para os professores municipais de Dourados-MS.

Por causa disso, a Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro ainda utiliza um antigo PPP, que está em processo de reformulação desde 2017.

Figura 32. capa do PPP da Escola Municipal Indígena Pa`i Chiquito.


PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOURADOS
ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA PA'I CHIQUITO - CHIQUITO PEDRO
TERRA INDIGENA PANAMBIZINHO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – MITÃ REKWATY (LUGAR DE CRIANÇAS)

Dourados, Maio de 2017

Fonte: Abrisio Silva Pedro, Data: 23/08/2025

Esse PPP que a maioria dos professores usa para seguir como guia para dar as aula. Esse PPP permanece parado até hoje. Essa informação foi repassada pelo secretário da escola, Márcio. Segundo ele, como o currículo da escola também está sendo reformulado, o gestor atual da escola não pode fazer o repasse oficial do novo PPP.

No entanto, tive a oportunidade de acessar o PPP antigo que ainda está em uso na escola, antes de ser reformulado. A seguir, apresento o trecho referente ao currículo da Escola Municipal Pa'i Chiquito, conforme consta no PPP antigo.

> A escola é orientada em seu currículo com a proposta da Secretaria Municipal de Educação. O currículo proposto elenca algumas disciplinas necessária no ensino aprendizagem dos alunos. O currículo da escola é elaborado a partir dos problemas enfrentados na comunidade escolar.
>
> A elaboração desse currículo é de acordo com conhecimento indígena, incluindo o que é exigido na grade curricular da educação básica de cada área de conhecimento. Com base na educação escolar específica, que é amparada legalmente a escola trabalha com uma educação intercultural, comunitária e bilíngue. (PPP, 2017, p.7)

Este PPP é antigo e está em processo de reformulação, mas ainda serve como referência para o coordenador e para os professores, funcionando como um roteiro para orientar o trabalho pedagógico. Muitos professores indígenas das séries iniciais seguem as diretrizes desse PPP antigo como referência curricular. No caso do Ensino Fundamental II, não é possível confirmar se os professores seguem o currículo, pois não houve oportunidade de analisar os planejamentos pedagógicos. A coordenadora também não conseguiu localizar esse material nos arquivos da Escola Municipal Pa'i Chiquito.

3.2.3 Os diários de classe da disciplina de História da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito - Chiquito Pedro

O secretário da Escola Municipal Pa'i Chiquito informou que, atualmente, todos os diários escolares são preenchidos de forma online. Cada professor tem sua senha pessoal para acessar a plataforma da SEMED, onde lança as notas e registra as faltas dos alunos. Apenas as atas das reuniões continuam sendo arquivadas fisicamente na escola.

A professora de História utiliza o material didático que é repassado e orientado pelos(as) coordenadores(as) pedagógicos(as), para ser aplicado em sala de aula. O coordenador pedagógico da escola também é contratado pela SEMED, e por isso a escola nunca sabe, com antecedência, quem será o coordenador no início de cada ano letivo.

Um dos materiais didáticos utilizados durante a gestão da coordenadora Josy Moreira Aêdo — mas que já vinha sendo aplicado desde a gestão anterior — é usado atualmente pela professora de História Janice Maria Gyorf Rohling, que dá a aula para ensino fundamental I, ela aplica esse

material nas turmas do 3º, 4º e 5º anos. Os temas trabalhados são os seguintes:

> **III - OBJETIVOS**
> Conhecer os motivos dos fazendeiros e dos militares no processo de independência. Identificar a nova forma de governo republicano no Brasil.
> Conhecer as características do trabalho escravo e trabalho assalariado
> **IV - CONTEÚDO**
> Nova república,
> A realidade do negro e do índio no Brasil. (Rohling, 2023, p.2)

Esse é um dos temas repassados para os alunos indígenas na escola da aldeia Panambizinho. No entanto, muitas crianças indígenas não têm conhecimento prévio sobre esse tema. Como educador, eu me pergunto: *o que será que passa na cabeça dessa criança indígena ao estudar um conteúdo que não faz parte da sua vivência?*

Durante o trabalho de campo, comecei também a analisar o que os professores de História aplicam nas aulas para as séries finais do Ensino Fundamental I, especialmente o 5º ano. Um dos temas que encontrei no planejamento da professora Janice me chamou atenção...

> PLANEJAMENTO DE HISTÓRIA 5 ANO
> TEMA Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social
> UNIDADE TEMÁTICA: O que forma um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados
> HABILIDADES: (MS.EF05HI01.s.01) Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado. DD.EF05HI00.n.01 Identificar esses grupos e refletir como suas atividades buscam perpetuar a cultura. DD.EF05HI00.n.02 Identificar e reconhecer que cada grupo social percebe e registra a história de uma forma. DD.EF05HI00.n.03 Refletir que as fontes históricas podem ser; uma entrevista oral, fotos documentos, jornais, pinturas, filmes, materiais iconográficos.
> OBJETIVOS: Desenvolver e estimular a curiosidade e a criatividade dos alunos Conscientizar os alunos sobre a importância das formações culturais. Estimular para perceber a importância do homem na transformação do meio em que vive e o que as interferências negativas têm causado à natureza.
> CONTEUDO: Uso não sustentável dos recursos naturais; Urbanização e meio ambiente. (Rohling, 2023, p.1)

Esses são alguns planos que o metodologia a professora aplica na sala de aula, como usar “uma entrevista oral, fotos, documentos, jornais e etc”. A professora de História no ensino fundamental I é a professora efetiva que passa a disciplina de histórias, por esse motivo a professora Tânia do morador da aldeia Panambizinho só dá aula para o ensino fundamental II com a aula

reduzida, outro motivo é que há poucos alunos na Escola Pa`i Chiquito. Essa informação foi repassada pela secretaria da escola Pa`i Chiquito.

A coordenadora atual, do ano de 2025, me repassou sobre a disciplina de História. A disciplina que estão passando na história estavam guardados no computador da escola e foram elaborados pela gestão anterior, quando outra coordenadora aprovou os temas para que a professora aplicasse em sala de aula. Essa coordenadora hoje já não atua mais na Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito.

Com relação ao planejamento da disciplina de História no Ensino Fundamental II, a coordenadora atual relatou que não conseguiu encontrar alguns arquivos nos registros da escola. Essa é uma das dificuldades enfrentadas: a escola tem pouca organização ou estrutura para guardar o planejamento dos professores de forma segura e acessível.

A professora Tânia também comentou que, como a cada ano muda a coordenação pedagógica, fica difícil trabalhar com um tema fixo ao longo dos anos. Mesmo assim, os professores se esforçam e fazem o melhor possível para ensinar os alunos. Cada professor também adapta ou modifica os temas de acordo com a sua realidade e a turma que está atendendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de campo que tive foi a oportunidade de conversar com várias pessoas que viveram e compartilharam seus conhecimentos. Elas acompanharam a trajetória do começo da aldeia Panambizinho, nos dois lotes de 60 hectares, viveram o processo de demarcação da terra indígena da aldeia Panambizinho e também viram a construção da escola na comunidade.

Foi uma imensa oportunidade conversar com a filha do fundador da aldeia Panambizinho, a dona Elza Pedro. Ela me recebeu muito bem, com carinho, conversando e contando as histórias de seu pai, o Pa'i Chiquito Pedro, e também suas próprias histórias, desde quando veio do Guaviraty (lugar de guavira) para permanecer no atual Tekoha Panambizinho. Também tive a oportunidade de tirar uma foto da dona Elza com sua irmã, dona Adelina Merina. As duas, por causa da idade avançada, raramente se visitam.

Na entrevista, mesmo com um problema familiar que a impedia de contar partes do passado — porque a maioria das famílias hoje seguem a religião evangélica que é contra a educação escolar indígenas e a maioria das famílias coloca os filhos na escola do mbairy por motivo que a religião não permite que estuda a cultura indígenas e disse que a escrita na língua materna atrasa o conhecimento da criança — a fala da dona Elza foi um dos principais pilares para iniciar minha pesquisa de campo. A partir da história dela, comecei a avançar na leitura do livro de Schaden e de Nelly, para compreender a luta do povo Kaiowá da aldeia Panambizinho na defesa dos 60 hectares que restaram para a comunidade, tirados de seu território pelo CAND.

Existiam projetos que falavam que até os anos 2000 os indígenas do Brasil inteiro não falariam mais sua língua materna. Mas os povos indígenas resistiram. Um desses resistentes é a comunidade do Tekoha Panambizinho, que valoriza sua crença, sua cultura e seu modo de ser, ensinando às crianças na língua materna.

Desde a chegada dos colonos na região de Grande Dourados, os Kaiowá nunca tiveram paz na aldeia. Esta pesquisa traz essa reflexão para mostrar ao leitor.

Comecei também a entrevistar alguns ex-alunos da primeira turma da escola, tanto da forma formal como informal. Me surpreendi ao saber que, antigamente, a escola servia principalmente para evangelizar os Kaiowá da aldeia Panambizinho. Isso mostra que a escola veio como um instrumento para destruir a organização comunitária e desacreditar a crença indígena Kaiowá.

Com a passagem da escola para a administração do estado, o objetivo foi assimilar a língua materna dos Kaiowá. Quando a professora era filha de colonos e funcionária da FUNAI, ela ensinava de acordo com os interesses do Estado, que na época era a ditadura militar. Isso atrapalhou muito a organização Kaiowá, especialmente no sentido de proteger os ensinamentos das crianças sobre como ser Kaiowá.

Hoje, o ensinamento do Kaiowá está se perdendo a cada dia, tanto pelo avanço da tecnologia quanto pela falta de valorização da crença Kaiowá, inclusive por parte dos próprios indígenas. Mas, em 2002, com a retomada da aldeia Panambizinho, a cultura e o modo de ser Kaiowá foram recuperados, só naquele período. Porque depois daquele período com a demarcação homologada muitos que valorizaram se espalaram uns que casou foi morar na outra Tekoha e outros seguiu a ser evangélico, isso enfraqueceu a cultura kaiowá da aldeia Panambizinho. Na época da retomada a comunidade voltou a produzir seu próprio alimento, a compartilhar e distribuir comida para quem não tinha, e a fortalecer outros aspectos da vida comunitária. Foi também nessa época que a escola passou a ter professores indígenas nascidos na aldeia Panambizinho, valorizando os próprios indígenas.

Com a retomada, muitos jovens passaram a valorizar os anciãos e as anciãs, buscando conhecer histórias de origem. Histórias esquecidas foram resgatadas. Muitos indígenas compreenderam que, se não retomassem seus territórios ancestrais, nunca mais conseguiriam recuperá-los.

Os indígenas enfrentaram os colonos com grande organização. Eles sempre acreditaram que a justiça brasileira deveria ser cumprida a favor dos povos indígenas, porque os indígenas já foram muito prejudicados e até aniquilados pelos colonizadores e pelo Estado no passado. Por isso, o Estado tem uma grande dívida com os povos originários. Mas essa dívida nunca é cumprida. Assim, para acelerar esse processo, os indígenas seguem retomando seus territórios tradicionais.

O Tekoha Panambizinho entrou na retomada em 2002, mesmo quando aldeias vizinhas, como Lagoa Rica Panambi (município de Douradina-MS), não acreditaram que fosse possível. Hoje, a aldeia Panambizinho é exemplo: persistiu na luta, conquistou a demarcação de seu território e inspirou Lagoa Rica Panambi, que retomou em 2011.

A pesquisa também aborda os preconceitos que as crianças indígenas e seus pais sofriam ao passar pela Vila Panambi, por serem indígenas e pobres. O preconceito era ainda maior contra

as crianças que frequentavam a escola do distrito Panambi, por parte dos filhos de colonos. Isso foi relatado por ex-alunos.

Quando a escola da aldeia Panambizinho abriu o ensino fundamental II e o ensino médio, em extensão da Escola Estadual Getúlio Vargas (de Vila Vargas, Dourados-MS), muitos alunos voltaram a estudar. Porém, com o tempo, a população foi diminuindo e a escola indígena passou a ter menos alunos. Muitas mães levaram seus filhos para a escola do Mbairy, porque acreditaram na falsa ideia de que a escola indígena não ensinava bem e que a língua materna atrasava as crianças.

Na análise da ata escolar da Escola Municipal Indígena Pa'i Chiquito Pedro (2004 a 2025, exceto 2023 e 2024), percebi que o número de alunos do ensino fundamental I não cresceu ao longo dos anos, sendo que a partir de 2020 começa a diminuir significativamente. Isso se dá pela Pandemia, mas também pelas disputas internas que acabaram afetando a escola. Mas isso também ocorre porque o número de crianças nascidas na aldeia Panambizinho é baixo, e o crescimento da natalidade é menor.

Mesmo assim, a escola deu bons resultados: muitos ex-alunos chegaram à universidade e até ao doutorado. Alguns já são professores, como Ivanuza e Marildo, que continuam formando novos docentes.

Já outros, como Fineida e Neuza, não tiveram essa oportunidade. O senhor Abrão, vigia da escola, conseguiu terminar o ensino médio apenas depois de adulto, estudando na extensão da Escola Estadual de Vila Vargas.

Hoje a escola conta com apenas cinco funcionários concursados: dois vigias, uma faxineira, um professor e outro em reabilitação. Isso faz com que muitos professores venham de fora da aldeia, e a carga horária reduzida dificulta a permanência de docentes. Até o PPP da escola está desatualizado, mas segundo o professor Josias, a direção pretende atualizá-lo no próximo ano, junto com os pais.

Mesmo com poucos alunos, as crianças vão felizes à escola. E, apesar da falta de investimento do Estado, muitas famílias Kaiowá se orgulham da Escola Pa'i Chiquito Pedro.

Agradeço por poder contar um pouco da história de luta do meu bisavô Chiquito Pedro, que, mesmo sem ser letrado, não se cansou de lutar pelos 60 hectares. Ele permaneceu, resistiu e deixou seu legado para os netos, que continuam sua luta pela existência e pelo direito de ocupar o espaço que pertence ao povo Kaiowá da aldeia Panambizinho.

Referências

Referencias Orais

Alziro, Neuza: [2025]. [Entrevista cedida a] Abrisio Silva Pedro. Dourados, 2025. Arquivo de texto. Entrevista concedida no âmbito do projeto de trabalho de conclusão de Mestrado de curso desenvolvido por Abrisio Silva Pedro para o Programa Pós-Graduação de História - Universidade Federal de Grande Dourados.

Concianza, Abrão. [2025]. [Entrevista cedida a] Abrisio silva Pedro. Dourados, 2025. Arquivo de texto. Entrevista concedida no âmbito do projeto de trabalho de conclusão de Mestrado de curso desenvolvido por Abrisio Silva Pedro para o Programa Pós-Graduação de História - Universidade Federal de Grande Dourados.

Concianza, Anardo. [2025]. [Entrevista cedida a] Abrisio Silva Pedro. Dourados, 2025. Arquivo de texto. Entrevista concedida no âmbito do projeto de trabalho de conclusão de Mestrado de curso desenvolvido por Abrisio Silva pedro para o Programa Pós-Graduação de História - Universidade Federal de Grande Dourados.

Concianza, Misael. [2025]. [Entrevista cedida a] Abrisio Silva Pedro. Dourados, 2025. Arquivo de texto. Entrevista concedida no âmbito do projeto de trabalho de conclusão de Mestrado de curso desenvolvido por Abrisio Silva Pedro para o Programa Pós-Graduação de História - Universidade Federal de Grande Dourados.

Pedro, Doricia: [2015]. [Entrevista cedida a] Abrisio Silva Pedro. Dourados, 2015. Arquivo de texto. Entrevista concedida no âmbito do projeto de trabalho de conclusão de curso desenvolvido por Abrisio Silva Pedro para magistério Ará Verá junto à Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul.

Pedro, Elza: [2024]. [Entrevista cedida a] Abrisio Silva Pedro. Dourados, 2024. Arquivo de texto. Entrevista concedida no âmbito do projeto de trabalho de conclusão de Mestrado de curso desenvolvido por Abrisio Silva Pedro para o Programa Pós-Graduação de História - Universidade Federal de Grande Dourados.

Pedro, Ivanuza Silva: [2025]. [Entrevista cedida a] Abrisio Silva Pedro. Dourados, 2025. Arquivo de texto. Entrevista concedida no âmbito do projeto de trabalho de conclusão de Mestrado de curso desenvolvido por Abrisio Silva Pedro para o Programa Pós-Graduação de História - Universidade Federal de Grande Dourados

Referências Documentais

DGPI/FUNAI, Relatório de Viagem [1981], Site: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-de-viagem-aldeia panambizinho
Ferreira, Pedro da Silva. [2021], **Uma Vida na Mão de Deus.** 2021 Pedro Ferreira da Silva, Dourados, MS - Brasil.

ISA, Acervo. site:
https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/8404_20100201_110437.pdf

MEC, site:(http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf).
SIASI/SESAI de 2014. Fonte retirada de https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras indigenas/3959#direitos acesso em 30 de agosto de 2023.

MPF (Ministério Público Federal), [2010]. [Ata], **ATA DE REUNIÃO COM A COMUNIDADE DE PANAMBIZINHO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO,** 2010.

Referências Bibliográficas

Brand, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani**: os difíceis caminhos da Palavra. 1997. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

Buratto, L.G. **A educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais**. 2018. 23 f. Curso de Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

Cassiano, Luiz de Carcalho. **Marcha para o Oeste**: um itinerário para o Estado Novo (1937-1945). 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, 2002, p.69.

Cavalcante, Thiago Leandro Vieira. **Lugar de índio não é na reserva** - Panambizinho e Panambi Lagoa Rica: da luta pela permanência à luta pela demarcação das terras indígenas (1a Edição Impressa). 1. ed. São Leopoldo: Editora Karywa, 2022

Chamarro, Graciela. - **Panambizinho**: lugar de cantos, danças, rezas e rituais kaiowá. / Graciela Chamarro. São Leopoldo: Karywa, 2017.

Cohn, Clarice. [2016]. **Políticas Culturais e Povos Indigenas** / Organização Manuela Carneiro da Cunha, Pedro de Niemeyer Cesarino. - 1.ed **.** - São Paulo : Editora Unesp, 2016.

Concianza; Gamarra; Araujo Et. al. **Tekoha Ra'anga Kuatia Ñe'eme.** Secretaria Estadual de Educação SED-MS 2011

Constituição da República Federativa do Brasil. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília - 2023

Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul. (05 de Outubro de 1989)

Currículo de Dourados - MS, **Currículo da Rede Municipal de Ensino de Dourados**. Dourados-MS/2020 Material de Propriedade do Governo Municipal de Dourados-MS

Gallois, Dominique Tikin. [2016]. **Políticas Culturais e Povos Indigenas** / Organização Manuela Carneiro da Cunha, Pedro de Niemeyer Cesarino. - 1.ed **.** - São Paulo : Editora Unesp, 2016.

João, Izaque. **Jakaira Reko Nheypyrũ; Marangatu Mborahéi**: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

Knapp, Cássio. **Educação escolar indígena**: o ensino bilíngue e os Guarani e kaiowá / Cássio Knapp. - 1 . ed. - Curitiba [PR]; CRV, 2020. 360 p.

KNAPP, Cassio; FERREIRA, Paulo. Educação, Povos Indígenas e Populações Tradicionais: de sujeitos de direitos à objetos do Estado. In: KNAPP, Cássio; MARTINS, Daniel Valério (Org). **Etnogênese e Interculturalidade no contexto latino e ibero-americano**. Salamanca: Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León – IIACYL; Porto: Editora Cravo, 2021

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional**-1996

Lourenço, Renata. [2010], [artigo] **A Missão Evangélica Caiuá e a Educação Escolar para os Indígenas da Reserva de Dourados e Aldeia do Panambizinho - |De 1928 a 1968.** UFGD,Fronteiras, Dourados, MS.

Maciel, Nely Aparecida. **História dos Kaiowa da Aldeia Panambizinho da década de 1920 aosdias atuais**. Editoria EDUFGD, Dourados 2012.

Moura, Noêmia dos Santos Pereira, [2016], **Educação escolar Guarani e Kaiowá**: Território etnoeducacional cone sul. Vinha, Marina, coordenação geral.-- Dourados:UFGD, 2016. 44 p.

Pedro, Giliandro Barbosa. **Ore rekohaty** (Espaço de pertencimento, lugar que não se perde): Do esbulho das terras à resistência do modo de ser dos Kaiowá da Terra Indígena Panambi - Lagoa Rica em Douradina MS (1943 - 2019) [recurso eletrônico] / Giliandro Barbosa Pedro, – 2020.

Peralta, Anastácio. **Tecnologias espirituais**: reza, roça e sustentabilidade entre os Kaiowá e os Guarani. / Anastácio Peralta. – Dourados, MS : UFGD, 2022.

Projeto Política Pedagógico, Prefeitura Municipal de Dourados - Secretaria Municipal de Educação de Dourados - Escola Municipal Indígena Pa´i Chiquito - Chiquito Pedro - Terra Indígena Panambizinho - Projeto Político Pedagógico - Mitã Rekwaty(Lugar de Crianças), - 2017.

Referencial curricular nacional para as escolas indígenas / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1998.p.: il- 1. Educação escolar indígena. 2. Currículo.

Rohling, Janice Maria Gyorf, [2023], **Planejamento da aula de História**, na Escola Municipal Pa´i Chiquito Pedro, Aldeia Panambizinho, Município de Dourados - MS, - 2023.

Rossato, Veronice Lovato. [2002], Veronice Lovato Rossato**. Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul** – "Será o letrao ainda um dos nossos?". Campo Grande, 2002, 185p. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Educação. Universidade Católica Dom Bosco.

Santos, Nilvia Maria Trindade dos.- Moura, Noêmia dos Santos Pereira. Sobre mulheres e suas histórias: considerações sobre percursos formativos traçados pelas kaiowá e guarani no contexto universitário a partir da licenciatura intercultural indígena – TEKO ARANDU/UFGD (In). Antônio Augusto Rossotto Ioris, Levi Marques Pereira, Jones Dari Goettert (org.). **Guarani e Kaiow**á: modos de existir e produzir territórios; volume II -1. ed.-Curitiba: Appris, 2022. 483 p.; 23 cm. - (Ciências sociais).

Schaden, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, (1954) 1962.

Secretaria Municipal de Educação de Dourados-MS **Currículo de referência de Mato Grosso do Sul**: educação infantil e ensino fundamental /Organizadores Helio Queiroz Daher; Kalícia de Brito França; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral. Campo Grande : SED, 2019. (Série Currículo de Referência; 1).

Seraguza, Lauriene. Mulheres, xamanismo e acusações de feitiçaria entre os Kaiowá e Guarani (In) Antônio Augusto Rossotto Ioris, Levi Marques Pereira, Jones Dari Goettert (org.). **Guarani e Kaiowá**: modos de existir e produzir territórios; volume II/ -1. ed.-Curitiba: Appris, 2022. 483 p.; 23 cm. - (Ciências sociais).

Silva Pedro, Abrisio. **Transgredir e descolonizar a escolarização**: Trajetória do Kaiowá Eliel Benite. Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, 2022

Silva, Joana A. F. **Os Kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 1982

Toniazzo, Suzan L. Linhares. **Projeto Tucum e Formação de Professores Bororo em Meruri**. Campo Grande, 2002. 64p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, Universidade Católica Dom Bosco.

Vietta, Kátia, **Relatório final da perícia realizada na área indígena Panambizinho, distrito de Panambizinho, município de Dourados, Mato Grosso do Sul**. 1998. Autos nº 96158-8, 1ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

VINHA, Marina, **Educação escolar Guarani e kaiowá: Território etnoeducacional cone sul.** Dourados: UFGD, 2016. 15 p.